



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
SUBJETIVIDADES, POLÍTICAS E PROCESSOS PSICOSSOCIAIS

DANIELE VASQUES DE AMORIM MORAIS

A CONSTITUIÇÃO DA PARENTALIDADE NA ADOÇÃO TARDIA

Maceió

2023

DANIELE VASQUES DE AMORIM MORAIS

A CONSTITUIÇÃO DA PARENTALIDADE NA ADOÇÃO TARDIA

Dissertação de mestrado de Daniele Vasques de Amorim Morais a ser submetida à banca examinadora como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Paula Orchiucci Miura.

Maceió
2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

M827c Morais, Daniele Vasques de Amorim.
 A constituição da parentalidade na adoção tardia / Daniele Vasques de Amorim
Morais. – 2023.
 140 f. : il.

Orientadora: Paula Orchiucci Miura.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 125-132.
Anexos: f. 133-140.

1. Winnicott, D. W. (Donald Woods), 1896-1971. 2. Parentalidade. 3.
Vínculo parento-filial. 4. Adoção tardia. I. Título.

CDU: 159.924.7:347.633

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Nossa Senhora de Fátima, por todas as oportunidades concedidas a mim, pela força nos momentos de fraqueza e dificuldades.

Agradeço aos meus filhos, Júlia e Miguel que de certa forma cederam nossos momentos de convivência à construção desse trabalho. Agradeço por me motivarem a continuar dia após dia, nessa caminhada difícil de ser mãe e profissional concomitantemente, mesmo sem compreender a dimensão desse processo. Em especial ao pequeno Miguel que ao nascer logo precisou dividir a sua mãe com o mestrado, sendo amamentado e acalentado durante as aulas e supervisões. Dedico a vocês essa conquista!

Aos meus pais Tarcizio e Leana, pelo amor incondicional, sempre me incentivando a estudar e seguir o caminho que me faz feliz. Obrigada por estarem sempre disponíveis a receber meus filhos para que várias páginas a mais deste trabalho pudessem ser realizadas. Foram sempre um porto seguro. Aos irmãos queridos, agradeço pelo carinho.

Ao meu marido Zeuxis Emanuel, pelo amor, companheirismo, pela presença constante, incentivo e paciência, me fazendo acreditar que posso ir mais longe do que imagino. Sendo meu suporte emocional e financeiro, quando precisei me dedicar à maternidade e ao mestrado sem o auxílio financeiro da bolsa de pós-graduação. Obrigada por não me permitir desistir desse sonho!

À Professora Paula Orchiucci Miura, minha orientadora, que me inspira para a carreira docente, pela manifestação de incondicional apoio e disponibilidade, por ter escolhido o meu trabalho e ter avistado nele um potencial científico, pelo aconselhamento assertivo e estímulo permanente, pela sua amizade e humanidade em acolher o meu período de puerpério e as interrupções da minha maternidade. Que orgulho de ser sua orientanda!

Ao professor Jorge Artur Peçanha que pacientemente me orientou na elaboração de um projeto inicial para seleção do mestrado, quando eu não possuía nenhuma vivência de pesquisa acadêmica.

Ao grupo de pesquisa “ARUIM”, pelo acolhimento. Aos colegas orientandos da Professora Paula, que dividiram seus conhecimentos comigo em tantas reuniões. Em especial à amiga Amanda Coimbra por tanto carinho, que pacientemente me orientou e por vezes acolheu as minhas angústias nessa trajetória.

Aos pais adotivos que aceitaram participar, contribuindo com suas histórias, o meu respeito e minha gratidão!

*“Quando somos capazes de ajudar os pais a ajudarem os
filhos, o que fazemos na verdade é ajuda-los a eles mesmos”.*

(Donald Woods Winnicott)

RESUMO

Um processo de adoção tardia envolve necessidades peculiares de cada indivíduo e representações de suas histórias psíquicas, que refletem diretamente na relação a ser estabelecida. As situações de rompimentos de vínculos, rejeições, negligências e violências vivenciadas pela criança influenciam de forma significativa no desenvolvimento da relação parento-filial. A constituição da figura de mãe/pai também é afetada por essas feridas não cicatrizadas das crianças, bem como por perdas, sofrimentos e falhas narcísicas dos próprios adotantes. Esse estudo teve como objetivo analisar e compreender a experiência de pais adotivos em relação à constituição de sua parentalidade na adoção tardia de crianças. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de estudos de caso. Participaram cinco mães e um pai que adotaram crianças maiores de 2 anos e/ou adolescentes. Os pais adotivos responderam a um questionário sociodemográfico, uma entrevista semiestruturada e participaram do procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E). A análise dos dados foi sistematizada por meio da análise de conteúdo de Minayo e a interpretação dos dados fundamentou-se no referencial teórico psicanalítico de Winnicott e literatura atual sobre o tema. Os dados coletados possibilitaram a elaboração de três categorias temáticas: 1. Desromantização da parentalidade: medos, desafios e experiências de luto do filho idealizado (biológico e adotivo) e da família idealizada; 2. A vinculação parento-filial na adoção tardia: o peso do passado e suas repercussões; e 3. A participação da psicologia na constituição da parentalidade adotiva. Diante das discussões provenientes dos dados analisados, compreendeu-se que no caminho da adoção tardia os pais podem encontrar alguns obstáculos na constituição da sua parentalidade, como os estigmas vivenciados na infância, o desejo de reproduzir na vida adulta um modelo de família ideal que não foi vivenciado na infância, ou ainda a romantização da maternidade/paternidade por meio da idealização de um filho adotivo perfeito e de uma relação familiar perfeita, sem percalços na dinâmica de funcionamento. O luto não elaborado pelo filho biológico, bem como os medos, preconceitos e resistências à adoção tardia também são obstáculos que dificultam a aceitação da realidade estabelecida pelo processo adotivo, principalmente no início dele, visto que o período de adaptação da adoção exige que os pais saibam lidar com a história pregressa do filho adotivo, trabalhando os ciúmes, suportando as falhas dos pais biológicos, sem tentar apagar ou desmerecer o passado da criança, buscando, de acordo com a teoria de Winnicott, compreender a dinâmica inicial da vida da criança e quais os manejos necessários a fim de proporcionar um ambiente suficientemente bom ao desenvolvimento dela e a consolidação de um vínculo afetivo verdadeiro. Constatou-se também a relevância dos grupos de apoio à adoção na sensibilização e desmistificação da adoção tardia e no enfrentamento das expectativas e ansiedades dos pais adotivos, assim como a importância do apoio psicológico e a indispensável atuação do psicólogo antes, durante e depois da adoção, possibilitando um espaço de acolhimento e escuta as motivações, fantasias, medos e incertezas, contribuindo assim para a elaboração de conteúdos do psiquismo desses pais, bem como para a superação de desafios provenientes da convivência familiar, ressignificação de sentimentos e para a consolidação do vínculo parento-filial. Por fim, conclui-se que a maneira como os pais elaboram suas experiências subjetivas e acolhem as dificuldades do processo adotivo, por meio de uma adoção mútua, pode possibilitar a construção de um vínculo afetivo na relação parento-filial.

Palavras-chave: parentalidade; vínculo parento-filial; adoção tardia; Winnicott.

ABSTRACT

A late adoption process involves the peculiar needs of each individual and representations of their psychic histories, which directly reflect on the relationship to be established. The situations of broken ties, rejections, negligence and violence experienced by the child significantly influence the development of the parent-child relationship. The constitution of the mother/father figure is also affected by these unhealed wounds of children, as well as by losses, suffering and narcissistic failures of the adopters themselves. This study aimed to analyze and understand the experience of adoptive parents in relation to the constitution of their parenting in the late adoption of children. This is a qualitative research developed through case studies. Participants were 5 mothers and 1 father who adopted children older than 2 years and/or adolescents. The adoptive parents answered a sociodemographic questionnaire, a semi-structured interview and participated in the Family Drawing with Story (DF-E) procedure. Data analysis was systematized through Minayo's content analysis and data interpretation was based on Winnicott's psychoanalytic theoretical framework and current literature on the subject. The data collected enabled the elaboration of three thematic categories: 1. Deromantization of parenting: fears, challenges and grieving experiences of the idealized child (biological and adoptive) and the idealized family; 2. Parent-child bonding in late adoption: the weight of the past and its repercussions; and 3. The participation of psychology in the constitution of adoptive parenting. In view of the discussions arising from the analyzed data, it was understood that in the path of late adoption, parents may encounter some obstacles to the constitution of their parenthood, such as the stigmas experienced in childhood, the desire to reproduce in adult life an ideal family model that was not experienced in childhood, or even the romanticization of motherhood/paternity through the idealization of a perfect adopted child and a perfect family relationship, without mishaps in the dynamics of functioning. The unresolved mourning for the biological child, as well as the fears, prejudices and resistance to late adoption were also obstacles that make it difficult to accept the reality established by the adoption process, especially at the beginning of it, since the adaptation period of the adoption requires that the parents know how to deal with the past history of the adopted child, working on jealousy, supporting the faults of the biological parents, without trying to erase or belittle the child's past, seeking, according to Winnicott's theory, to understand the initial dynamics of the child's life and what handling is necessary in order to provide a good enough environment for her development and the consolidation of a true affective bond. It was also verified the relevance of adoption support groups in raising awareness and demystifying late adoption and in facing the expectations and anxieties of adoptive parents, as well as the importance of psychological support and the indispensable role of the psychologist before, during and after adoption, enabling a welcoming space and listening to motivations, fantasies, fears and uncertainties, thus contributing to the elaboration of contents of the psyche of these parents, as well as to overcoming challenges arising from family life, redefining feelings and consolidating the bond parental-filial. Finally, it is concluded that the way parents elaborate their subjective experiences and welcome the difficulties of the adoption process, through mutual adoption, can enable the construction of an affective bond in the parent-child relationship.

Keywords: parenting; parent-filial bond; late adoption; Winnicott.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fluxograma da seleção dos trabalhos.....	16
Figura 2 – Publicações por Ano	19
Figura 3 – Publicações por Instituição	19
Figura 4 – Desenho “Uma família qualquer” de Elaine	49
Figura 5 – Desenho “A família que gostaria de ter” de Elaine.....	49
Figura 6 – Desenho “A família em que alguém não está bem” de Elaine.....	50
Figura 7 – Desenho “A sua família” de Elaine.....	51
Figura 8 – Desenho “Uma família qualquer” de Ricardo.....	56
Figura 9 – Desenho “A família que gostaria de ter” de Ricardo	57
Figura 10 – Desenho “A família em que alguém não está bem” de Ricardo	57
Figura 11 – Desenho “A sua família” de Ricardo	58
Figura 12 – Desenho “Uma família qualquer” de Rita.....	66
Figura 13 – Desenho “A família que gostaria de ter” de Rita	66
Figura 14 – Desenho “A família em que alguém não está bem” de Rita	67
Figura 15 – Desenho “A sua família” de Rita	68
Figura 16 – Desenho “Uma família qualquer” de Ana.....	74
Figura 17 – Desenho “A família que gostaria de ter” de Ana	74
Figura 18 – Desenho “A família em que alguém não está bem” de Ana	75
Figura 19 – Desenho “A sua família” de Ana	76
Figura 20 – Desenho “Uma família qualquer” de Janine	84
Figura 21 – Desenho “A família que gostaria de ter” de Janine	85
Figura 22 – Desenho “A família em que alguém não está bem” de Janine.....	86
Figura 23 – Desenho “A sua família” de Janine.....	87
Figura 24 – Desenhos “Uma família qualquer” e “A sua família” de Ingrid	94
Figura 25 – Desenho “A família que gostaria de ter” de Ingrid.....	94
Figura 26 – Desenho “A família em que alguém não está bem” de Ingrid	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação das publicações selecionadas para revisão sistemática.....	17
Tabela 2 – Revistas que publicaram os estudos	20
Tabela 3 – Sujeitos e temáticas dos estudos.....	21
Tabela 4 – Dados sociodemográficos dos participantes.....	38
Tabela 5 – Categorias Temáticas.....	97

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 REVISÃO DA LITERATURA ¹	15
2.1 Não nascemos pais, nos tornamos pais: as motivações para a parentalidade na adoção tardia.	22
2.2 Pedras no caminho da adoção tardia: filho imaginário <i>versus</i> o filho real, bagagens da criança, mitos, crenças e preconceitos.	27
2.3 Criando laços fortes: a construção do vínculo parento-filial na adoção tardia.....	31
3 PERCURSO METODOLÓGICO	36
3.1 Aspectos éticos	36
3.2 Tipo de Pesquisa	36
3.3 Fonte de Dados e Cenário do Estudo.....	37
3.4 Coleta e Organização dos Dados	39
3.4.1 Questionário sociodemográfico.....	39
3.4.2 Entrevista Semiestruturada.....	40
3.4.3 Procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E).....	40
3.4.4 Procedimentos da coleta de dados.....	42
3.5 Análise dos Dados	42
4 RESULTADOS	44
4.1 Estudos de Casos	44
4.1.1 Caso 1 – Adotante: Elaine / Adotado: Rodolfo.....	44
4.1.1.1 Caracterização do perfil sociodemográfico	44
4.1.1.2 Entrevista Semiestruturada.....	44
4.1.1.3 Procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E)	49
4.1.1.4 Considerações sobre os Desenhos	51
4.1.2 Caso 2 – Adotante: Ricardo / Adotado: Rodolfo	52
4.1.2.1 Caracterização do perfil sociodemográfico	52
4.1.2.2 Entrevista Semiestruturada.....	52
4.1.2.3 Procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E)	56
4.1.2.4 Considerações sobre os Desenhos	58
4.1.3 Caso 3 – Adotante: Rita / Adotados: Heitor e Marcos.....	60
4.1.3.1 Caracterização do perfil sociodemográfico	60
4.1.3.2 Entrevista Semiestruturada.....	60
4.1.3.3 Procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E)	66
4.1.3.4 Considerações sobre os Desenhos	68
4.1.4 Caso 4 – Adotante: Ana / Adotada: Mikaela.....	70
4.1.4.1 Caracterização do perfil sociodemográfico	70
4.1.4.2 Entrevista Semiestruturada.....	70
4.1.4.3 Procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E)	74
4.1.4.4 Considerações sobre os Desenhos	76
4.1.5 Caso 5 – Adotante: Janine / Adotado: Daniel	77
4.1.5.1 Caracterização do perfil sociodemográfico	77
4.1.5.2 Entrevista Semiestruturada.....	78

4.1.5.3 Procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E)	84
4.1.5.4 Considerações sobre os desenhos	88
4.1.6 Caso 6 – Adotante: Ingrid / Adotada: Bruna.....	89
4.1.6.1 Caracterização do perfil sociodemográfico	89
4.1.6.2 Entrevista Semiestruturada.....	89
4.1.6.3 Procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E)	94
4.1.6.4 Considerações sobre os Desenhos	96
4.2 Categorias Temáticas de Discussão	97
4.2.1 Desromantização da parentalidade: medos, desafios e experiências de luto do filho idealizado (biológico e adotivo) e da família idealizada.....	99
4.2.2 A vinculação parento-filial na adoção tardia: o peso do passado e suas repercussões.	108
4.2.3 A participação da psicologia na constituição da parentalidade adotiva.	114
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121

1 INTRODUÇÃO

A parentalidade constitui uma das experiências mais gratificantes do ser humano, ela não pode ser pensada sem a filiação, já que ambos os processos são simultâneos e ligados entre si por uma recíproca dependência, afinal um pai não existe sem um filho e vice-versa. Ela é também considerada como a tarefa mais desafiante e complexa da idade adulta, podendo haver momentos extremamente exigentes, desgastantes e frustrantes. Cruz (2005) conceitua parentalidade como o “conjunto de ações instaladas pelas figuras parentais (pais ou substitutos) junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e, fora dela, na comunidade” (p. 13).

A parentalidade inicia-se no desejo de ter um filho e na atividade de simbolização das funções maternas e paternas (MACHADO; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015), reunindo os vínculos de parentesco e os processos psíquicos que se desenvolvem a partir desse desejo e evoluem com o desenvolvimento do indivíduo e do grupo familiar. Assim, os pais vivenciam uma reorganização mental, pois anteriormente estavam na posição de filho, com uma única imagem simbólica de si mesmo, a imagem de filho dos seus pais.

Machado, Féres-Carneiro e Magalhães (2015) apontam ainda que no processo de formação da parentalidade de um indivíduo, o filho tem uma atribuição essencial. Ele constrói seus pais, parentalizando-os ao mesmo tempo em que ele próprio é constituído pelos pais. Essa atribuição do filho proporciona a internalização de reconhecimento das funções específicas de pai/mãe do indivíduo, por meio do reforço do narcisismo desse indivíduo. O bebê, por exemplo, parentaliza-os quando identifica a voz e o rosto dos seus pais, diferenciando-os de outros rostos e concedendo-lhes sua atenção. Os pais por sua vez, precisam ter a capacidade de fazer o filho se apropriar da história familiar de cada um dos dois e, ao mesmo tempo, permitir que ele possa construir a sua própria identidade e história para que a filiação seja bem-sucedida.

Quando se pensa em parentalidade, geralmente se faz uma conexão com o aspecto biológico da gravidez e do nascimento de um bebê (SONEGO, 2007). Porém, a parentalidade está para além da função biológica do ser humano, pois durante a constituição da função paterna ou materna, podem surgir vários obstáculos que distanciarão o indivíduo da filiação biológica, levando-o a pensar no processo adotivo de um bebê ou de uma criança como solução.

Segundo Silva *et al.* (2018), a adoção é uma forma de exercer a maternidade e a paternidade entre pessoas sem filiação biológica, mas por consolidação de vínculo afetivo. Nesse sentido, a reorganização psíquica vai ocorrer independente do processo biológico, visto que é por meio das intersecções afetivas entre os adotantes e adotados que o desejo de ter um filho vai se realizar. Os pais em espera pela adoção, assim como os pais que gestam um bebê, também vivenciam em seu autoconceito um impacto decorrente da transição para a maternidade e paternidade. Tanto na parentalidade biológica, quanto na adotiva o tempo de espera que precede e também o que se segue à chegada da criança é fundamental para um processo cumulativo que contribuirá para a constituição psíquica do pai e da mãe.

Acerca do processo adotivo, Ayres (2008) afirma que ela é concebida como um ato jurídico pelo qual se constitui o vínculo de filiação. Granato (2010) refere que o objetivo de uma adoção é proporcionar à criança privada de sua família biológica, um ambiente familiar adequado ao desenvolvimento infantil. A legislação brasileira institui que o convívio familiar é um direito fundamental da criança. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] (BRASIL, 1990), deve-se assegurar que a criança em espera pela adoção, permaneça institucionalizada pelo menor tempo possível, a fim de reduzir os efeitos da privação afetiva que a vivência fora do seio familiar pode provocar.

O universo adotivo compreende a adoção de bebês recém-nascidos ou com poucos meses de vida, que ainda são a preferência entre os adotantes e a não menos importante, porém a mais discriminada, adoção de crianças maiores, acima de 2 anos, ou mesmo de adolescentes, nomeada também como “adoção tardia”. Para Barbosa (2006), tardio é um termo empregado na designação da adoção de crianças que possuem certa independência na satisfação das suas necessidades básicas e que já possuem a capacidade de se perceberem como um ser diferente do outro e do mundo. Essas crianças foram abandonadas tardiamente, de forma voluntária pelos pais, que por razões pessoais, não puderam continuar se incumbindo delas, ou ainda, foram retiradas de suas famílias pelo Poder Judiciário, a fim de que a integridade delas, física e/ou mental, fosse preservada (VARGAS, 1998).

Conforme pesquisas de Weber (2009), a adoção tardia ocorre apenas para 14,7% de crianças maiores de dois anos. Souza e Casanova (2011) referem que muitos casais justificam suas preferências pela adoção de bebês na crença de que as crianças maiores já possuem alguns hábitos específicos enraizados, deixando-os temerosos quanto à adequação dos padrões educativos, além da possibilidade de acompanhamento das fases iniciais de desenvolvimento infantil, que somente os bebês propiciam.

Independente da faixa etária da criança a ser adotada, Ladvocat (2008) recorda que primeiramente o processo adotivo dispõe-se ao interesse da criança, devendo concretizar-se como a melhor solução que acolha os interesses dela, ou seja, como um ambiente familiar saudável e com um desejo legítimo para a adoção. Contudo um projeto de adoção revela necessidades peculiares de cada indivíduo, representações de suas histórias psíquicas, que refletirão na relação e no vínculo a ser estabelecido com a criança. Para o psicanalista e pediatra Donald Woods Winnicott, o aspecto mais importante que ocorre na adoção não é determinado por fantasias inconscientes ou desejos dos pais. O fator essencial na escolha pela adoção revela-se na capacidade da família em cuidar de uma criança, adaptando-se às necessidades dela ao longo de seu desenvolvimento. Assim Winnicott (1997) reforça a importância da estabilidade e da continuidade do novo lar para o desenvolvimento saudável da criança.

Admitindo-se esse cenário, a adoção assinala-se como uma possibilidade de vivência positiva que tende a ser bem-sucedida, se associada à uma prática de parentalidade suficientemente boa dos pais adotivos para a criança adotada. Na teoria de Winnicott um ambiente suficientemente bom se configura no papel daquele ambiente (cuidador) que consegue identificar-se intimamente com a criança, adaptando-se prontamente e principalmente às suas necessidades primárias, criando assim condições para o amadurecimento emocional. Entretanto Winnicott ressalta que essa adaptação deve ser diminuída gradativamente ao longo do desenvolvimento da criança, na medida em que aumenta a capacidade da criança em tolerar frustrações e assimilar os fracassos da mãe. Visto que é por meio da relação saudável que ocorre entre a mãe e o filho, que emergem os fundamentos da constituição e do desenvolvimento emocional-afetivo da criança (WINNICOTT, 1993).

Orionte e Souza (2005, p 40) incluem que além da sua importância na relação entre mãe e filho, os vínculos afetivos contribuem ajudando as crianças maiores a enfrentar a sua realidade na instituição de acolhimento:

As vinculações afetivas estabelecidas antes da institucionalização, mediadas principalmente por violência de toda ordem, comparecem de forma sólida. Elas não se dissolvem com os anos vividos na instituição. Possivelmente, o pouco que obtiveram nas relações é guardado como um tesouro do qual não querem se desfazer. Percebe-se, no contato com as crianças, disponibilidade enorme para estabelecer novos vínculos. Evidencia-se, no primeiro momento, uma desconfiança bastante significativa, mas respeitado o tempo de cada uma, esse temor vai-se transformando, dando lugar à credibilidade, e uma gradativa confiança se estabelece. A desconfiança inicial reside principalmente no receio de não ser acolhido e também

na insegurança ante a possibilidade de um novo abandono. É, aliás, uma forma muito saudável de se proteger diante de tantas e repetidas surpresas massacrantes que a vida lhes tem proporcionado.

Destarte o processo de adoção tardia revela-se um caminho permeado de esforço e de extrema necessidade de sensibilidade e capacidade de ressignificação dessas pessoas que desejam serem pais adotivos, pois inclui questões relacionadas às perdas, sofrimentos e falhas narcísicas no que diz respeito à constituição da figura de mãe e de pai e por consequência a formação do vínculo de filiação. Weber (1998) salienta que a diferença fundamental da adoção tardia é que o adotado já tem um passado, e na grande maioria, é um passado que contém feridas não cicatrizadas, onde a criança conviveu por um período maior com a família biológica, na qual possivelmente sofreu negligência, violências, rejeições, rompimento de vínculos e abandono. Analisando-se o exposto, indaga-se: como ocorre a constituição desse vínculo parento-filial entre os indivíduos, que possui todas as suas questões psíquicas atravessadas pelo desejo da maternidade/paternidade e uma criança adotiva que já possui a sua história pregressa a ser elaborada?

A adoção, portanto, caracteriza-se como um tema complexo por envolver as necessidades individuais mais íntimas da constituição do indivíduo, a exemplo dos ideais parentais produzidos subjetivamente. Deste modo utilizando-se como base principal o referencial teórico de Winnicott, este trabalho se propõe a investigar a constituição do vínculo parento-filial nas adoções tardias, levando em consideração as motivações dos pais, as vivências anteriores das crianças, além das fantasias e expectativas relacionadas à criança imaginada, refletindo sobre o aspecto da constituição desses pais adotivos como elemento fundamental para o favorecimento do vínculo parento-filial.

Para tanto, é importante destacar que os estudos na perspectiva do processo de vinculação afetiva e formação da parentalidade entre pais e filhos adotivos ainda são escassos, conforme apontam as revisões de literatura no âmbito nacional (ALEXANDRE; VIEIRA, 2004; MENDES, 2007; SONEGO, 2007). A grande maioria das pesquisas concentra seu foco na criança e no seu ajustamento à família adotiva, em especial nos bebês adotivos, havendo, portanto, uma insuficiência de estudos sobre a temática de crianças ou adolescentes que são adotados tardiamente. De tal modo, esse estudo se justifica na medida em que se identifica uma importante carência nas produções científicas que abrangem a temática, principalmente sobre a investigação dos fatores que interferem de forma positiva ou negativa no processo de constituição da parentalidade em uma adoção tardia. Dentre os motivos elencados na maioria

das pesquisas, a infertilidade geralmente é vista como o motivo principal para a busca pela adoção, porém há outros motivos distintos da questão biológica, que levam as pessoas a buscarem a adoção, e que influenciam significativamente na constituição do vínculo parentofilial. (MOTTA *et. al*, 2003). É sabido que os sentimentos dos pais adotivos interferem na parentalidade, principalmente considerando-se a forma com que eles elaboram estes sentimentos, nesse sentido Gondim (2008) refere que na literatura o processo de adoção é transcorrido por vários receios, constrangimentos, ansiedades e inseguranças conscientes.

Em todo tipo de filiação, seja ela biológica ou adotiva, os pais, desenvolvem em seu psíquico uma criança “imaginada”, onde depositam a esperança de realização seus próprios ideais narcísicos na busca pela satisfação dos seus anseios e expectativas. Para situar o lugar e o valor da criança na estrutura familiar, Freud postulou uma expressão de referência, a famosa frase “sua majestade o bebê”, que demonstra a importância que a criança tem no imaginário dos pais, concentrando nela a fantasia de ser valorizado e privilegiado acima de qualquer outra coisa (LEVINZON, 2004).

Tanto na parentalidade biológica quanto na adotiva, os pais carregam a missão de adaptarem suas expectativas em relação à criança “imaginada” e à criança “real”. No entanto os pais adotivos possuem ainda as características peculiares de uma adoção como um fator que torna mais penosa a tarefa de aceitar as diferenças em relação àquilo que esperavam de seu filho imaginário. Segundo Levinzon (2006), no processo adotivo há particularidades que podem dificultar essa adaptação, como por exemplo, a ausência da ligação genética, o não acompanhamento das fases iniciais de desenvolvimento da criança desde o nascimento, as especulações em relação às características dos pais biológicos da criança e as distinções étnicas. Por isso, Winnicott (1997, p. 137) diz que é importante que haja a desconstituição do filho ideal “[...] as pessoas vão se preparando para a ideia da adoção, e a criança que querem é aquela que chega ao momento em que atingiram a fase certa. É o equivalente a estar grávida – um estado de sensibilidade”.

A descontinuidade biológica que a adoção traz é outro fator que proporciona para alguns pais a dificuldade de fazer um investimento narcísico na criança adotada tardiamente pela inabilidade em aceitar as expressões mais instintivas que criança apresenta (LEVINZON, 2006). Os comportamentos mais naturais como birras, curiosidade sexual, agressão, desobediência, entre outros, são interpretados precipitadamente como herança dos pais biológicos da criança. Levinzon (2006) relaciona essa interpretação especialmente aos casos em que há uma condição de infertilidade do casal mal elaborada, estando associada a todo um

conjunto de sentimentos inconscientes que prejudicam os relacionamentos entre adotantes e adotados.

Levinzon (2006) relata ainda que em razão das dificuldades e angústias enfrentadas no processo de adoção tardia, há pais adotivos que experimentam a coexistência de sentimentos opostos diante desse filho, nos momentos de irritação ou decepção. Esses pais se sentem inseguros e ao mesmo se esforçam para conservar a idealização da adoção, ou seja, o filho idealizado e dessa forma acabam erroneamente não admitindo que há nessa relação dificuldades comuns de uma parentalidade associada a faixa etária infantil. Esse movimento supervaloriza a relação com a criança e ao mesmo tempo dificulta a formação do vínculo parento-filial, podendo até conduzir o pai adotivo à desistência da adoção, fazendo com que a criança reviva a sua história de rejeição e abandono.

Com relação aos dados estatísticos sobre o assunto, o Brasil possui 4.121 mil crianças e adolescentes aptos para adoção e 32.781 mil pretendentes habilitados no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2022). Dessas crianças disponíveis, a maior parte não está mais na faixa etária da primeira infância, 3.237 têm mais de 6 anos e apenas 282 são bebês, com menos de 2 anos de idade. Segundo o CNJ (2022), atualmente, cerca de 17% das crianças aptas para adoção têm problemas de saúde, 10% têm algum tipo de deficiência, 2.207 têm um irmão ou mais. Apesar do número de crianças em espera pela adoção ser expressivamente menor do que o número de pretendentes à adoção, cerca de 2,2 mil crianças ainda não conseguem encontrar pretendentes interessados, pois 21,4% possuem problemas de saúde, 24,2% possuem algum tipo de deficiência e 85% tem acima de 10 anos. Ou seja, muitos adotantes possuem o desejo de se tornarem pais, mas poucos desejam consumir a parentalidade por meio da adoção de crianças maiores ou crianças com alguma particularidade. De tal modo, se o cenário da adoção já se demonstra adverso para as crianças maiores institucionalizadas, o que dizer então quando esses aspectos se aliam aos entraves burocráticos do processo judicial e preconceitos existentes, bem como falta de apoio psicológico para os adotantes?

Winnicott (1997) aponta que os entraves burocráticos possuem um efeito prejudicial na relação dos pais adotivos com a criança, como por exemplo, a espera dos pais pela demora excessiva do processo judicial que pode acabar suprimindo a disposição especial que eles desenvolvem quando se sentem prontos para adotar, fenômeno semelhante à preocupação materna primária que a gestante desenvolve, tornando-a apta a identificar-se com o bebê, compreendendo as necessidades dele. Isto posto, é importante que os pais adotivos, possam

desfrutar de um acompanhamento psicológico tanto antes, quanto após a adoção, investindo na prevenção de distúrbios na relação familiar e no equilíbrio emocional do filho e dos próprios pais, visto que as questões como o luto pela impossibilidade de gerar seu filho, a ambivalência presente no contato com a criança, a percepção e aceitação das diferenças físicas ou de temperamento na adoção tardia, sua persistência e tolerância diante das dificuldades inerentes ao processo de adoção, entre tantos outros temas, necessitam de um espaço de acolhimento para esses pais adotivos.

Segundo Nabinger (2010), quando se pretende ter um filho, é imprescindível passar por acompanhamento técnico. Pois tanto o fato de adotar uma criança, quanto o de "dar à luz" a uma, implica uma gestação, uma espera. Na gestação natural, faz-se o pré-natal e na adoção, é imprescindível a habilitação e o acompanhamento do estágio de convivência. Nesse contexto, o psicólogo deve ser um facilitador das expressões mais profundas, dos medos e expectativas em uma condução essencialmente de escuta compreensiva e orientadora.

Winnicott (1997) assinala que o prognóstico da adoção tardia depende em especial da capacidade dos pais adotivos em tolerar as consequências provenientes de erros e fracassos dos pais biológicos. Pois os primeiros cuidados que a criança recebeu, ou seja, a sua história pregressa possui grande influência sobre o psíquico dela. Diante disso, Verceze *et al.* (2015) expõem que a criança que não vivenciou um ambiente suficientemente bom nos primeiros meses ou anos de vida, ou seja, que sofreu deprivações emocionais, provavelmente figurará como um "encargo" para os pais adotivos, recaindo sobre eles a tarefa de oferecer um atendimento às suas necessidades, compensando as deficiências ambientais do início da vida de seu filho, sem subjugar o peso dos traumas vivenciados em sua história prévia, quase como uma "mãe-terapeuta" e um "pai-terapeuta" da criança (WINNICOTT, 1997).

Partindo-se dessas reflexões, é necessário debruçar-se sobre as experiências de parentalidade em indivíduos que optaram pela adoção de crianças maiores, buscando compreender como se dá o processo de vinculação parento-filial neste tipo de adoção tão delicada. Assim como objetivo geral, esta pesquisa buscou analisar e compreender a experiência de pais adotivos em relação à constituição de sua parentalidade na adoção tardia de crianças/adolescentes. Como objetivos específicos, pretendeu-se conhecer as motivações dos pais, as vivências anteriores das crianças, além das fantasias e expectativas relacionadas à criança imaginada, refletindo sobre o aspecto da constituição desses pais adotivos como elemento fundamental para o favorecimento do vínculo parento-filial.

Isto posto, a relevância social desta pesquisa destaca-se por meio dos estudos e informações que podem ser geradas sobre os aspectos psicológicos dos indivíduos em transição para parentalidade adotiva, a fim de que essa classe seja amparada no que diz respeito à promoção e à prevenção da saúde mental, refletindo significativamente na relação parento-filial de adotantes e adotados. No tocante à relevância acadêmica esta pesquisa contribuirá tanto pelo que já foi exposto, quanto por ser um estudo prospectivo, que poderá fornecer subsídios para temas subsequentes à vinculação parento-filial, dentro do universo da adoção, como por exemplo, a dolorosa devolução da criança à instituição e seus reflexos no psíquico de todos os envolvidos.

Assim, esse estudo encontra-se organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro deles introdutório onde foi exposto um breve histórico acerca da adoção tardia, vinculação afetiva e parentalidade como base para o desenvolvimento deste trabalho. Além disso, foram pontuados também as motivações, objetivos e justificativas da pesquisa.

No segundo capítulo é apresentada a revisão sistemática da literatura acerca da constituição da parentalidade na adoção tardia por meio de três categorias temáticas: 1) Não nascemos pais, nos tornamos pais: as motivações para a parentalidade na adoção tardia; 2) Pedras no caminho da adoção tardia: filho imaginário *versus* o filho real, bagagens da criança, mitos, crenças e preconceitos e 3) Criando laços fortes: A construção do vínculo parento-filial na adoção tardia. Essa revisão sistemática foi realizada por meio de buscas com inserção dos descritores “Parentalidade AND Adoção Tardia” e “Família AND Adoção Tardia” nas bases de dados SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Já o terceiro capítulo exibe a proposta metodológica da pesquisa por meio do seguinte detalhamento: 1) Aspectos éticos; 2) Tipo de Pesquisa; 3) Fontes de dados e Cenário do Estudo; 4) Coleta e Organização dos Dados e 5) Análise dos Dados. E por fim o quarto capítulo expõe os resultados da pesquisa com o detalhamento da coleta, discussão e análises dos dados relacionando-os com a literatura estudada. Esses dados coletados possibilitaram a elaboração de três categorias temáticas: 1. Desromantização da parentalidade: medos, desafios e experiências de luto do filho idealizado (biológico e adotivo) e da família idealizada; 2. A vinculação parento-filial na adoção tardia: o peso do passado e suas repercussões; e 3. A participação da psicologia na constituição da parentalidade adotiva.

2 REVISÃO DA LITERATURA¹

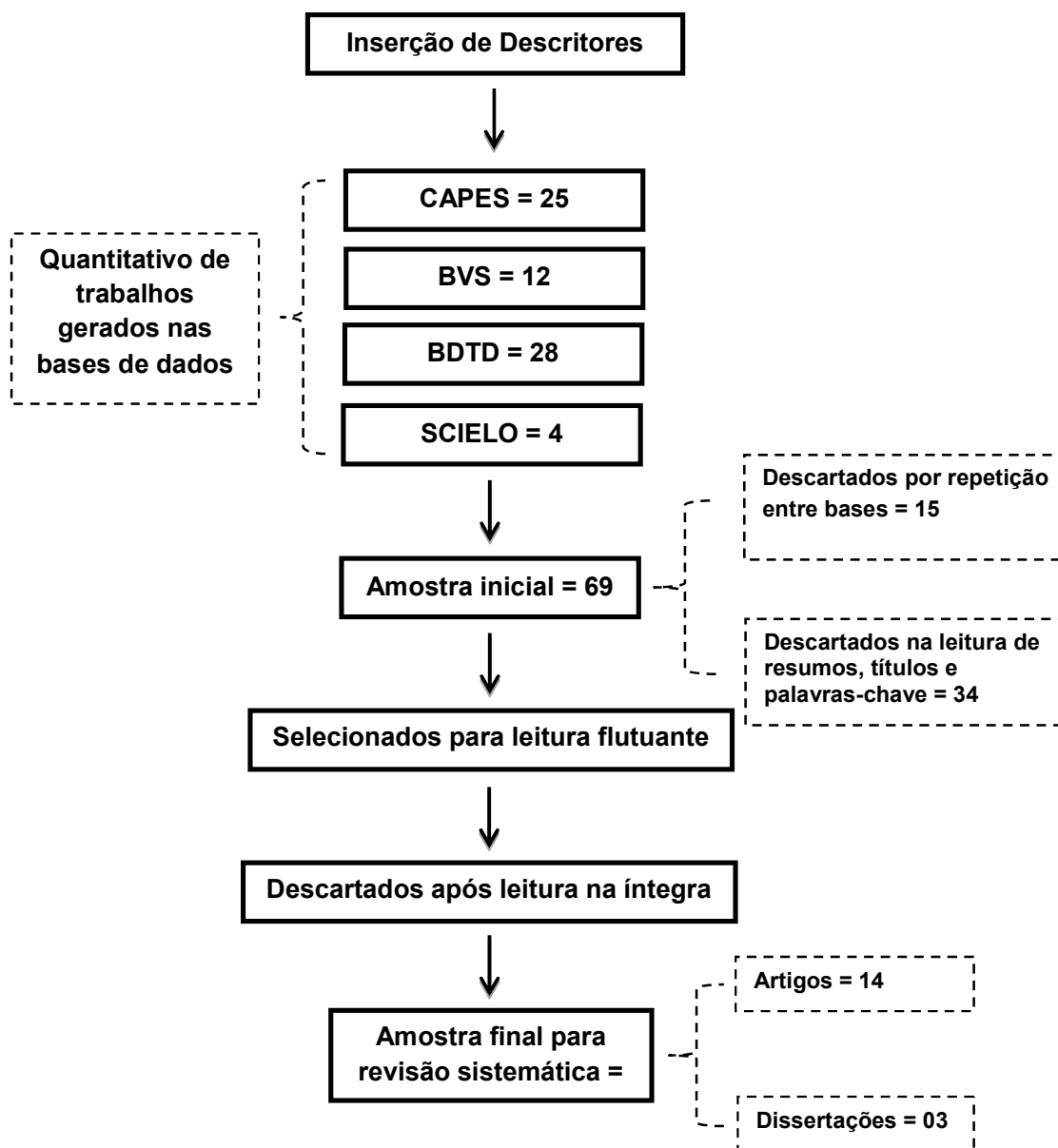
Foi realizada uma revisão sistemática da literatura com intuito de identificar e analisar o que vem sendo produzido pela academia sobre o processo de constituição da parentalidade na adoção tardia. Na primeira etapa foram selecionadas as bases de dados eletrônicas: SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os descritores utilizados foram: “Parentalidade AND Adoção Tardia” e “Família AND Adoção Tardia”.

Na segunda etapa estabeleceram-se os seguintes critérios de inclusão: (a) estudo em formato de artigo, tese ou dissertação, publicado entre os anos de 2012 a 2022, com idioma português, realizado em território nacional; (b) os participantes sendo pais e/ou mães adotivos; (c) crianças adotadas após os 02 anos de idade; (d) estudo correspondente ao objetivo desta revisão. Como critério de exclusão pensou-se em produções que não estivessem vinculadas ao tema supracitado, pesquisas sobre adoção que não abordassem a “modalidade” adoção tardia e que estivessem enfatizando outros aspectos da adoção tardia que não à constituição de vínculo parental.

No tocante ao número de produções encontradas, inicialmente, sem os critérios supracitados, revelou-se um total de 69 textos, dentre eles, 41 artigos e 25 dissertações e 3 teses. Dos 69 textos, 15 textos estavam repetidos e 34 foram descartados por não abordarem de forma específica a constituição do vínculo parental na adoção tardia, restaram como amostra final ao corpo desta revisão, 14 artigos: Sampaio e Magalhães (2021), Sampaio, Magalhães e Machado (2020), Sampaio *et al.* (2019), Sampaio, Magalhães, Féres-Carneiro (2018), Silva e Abrão (2021), Lima, Nácúl e Cardoso (2020), Dantas e Ferreira (2015), Queiroz e Brito (2013), Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2013), Pordeus e Viana (2020), Fernandes e Santos (2019), Luz, Gelain e Amaral (2014), Oliveira, Magalhães e Pedroso (2013), Silva *et al.* (2018) e 3 dissertações: Sampaio (2017), Albuquerque (2016) e Oliveira (2013). Abaixo a figura 1 permite melhor compreensão do processo de busca e seleção dos textos.

¹ Revisão Sistemática de Literatura publicada no dia 06/07/2023 na Revista da ESMAL - Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas (ISSN: 2525-9547) de classificação B1.

Figura 1 – Fluxograma da seleção dos trabalhos



Fonte: Autora (2022).

Na terceira etapa da revisão sistemática, foram selecionadas as publicações potencialmente relevantes dentro desses critérios, com base no título, no resumo e nas palavras-chave. A tabulação foi realizada de acordo com o título, tipo de texto, base de dados

onde o texto foi encontrado, ano de publicação, autores, programa de pós-graduação, área de conhecimento, instituição de vínculo dos autores, município-UF, região, financiamento, revista que publicou o texto, qualis da revista, método, instrumento, referencial teórico utilizado, sujeitos da pesquisa e temática central do estudo. A seguir na tabela 1, apresentam-se as principais características de identificação dos estudos selecionados para a amostra final.

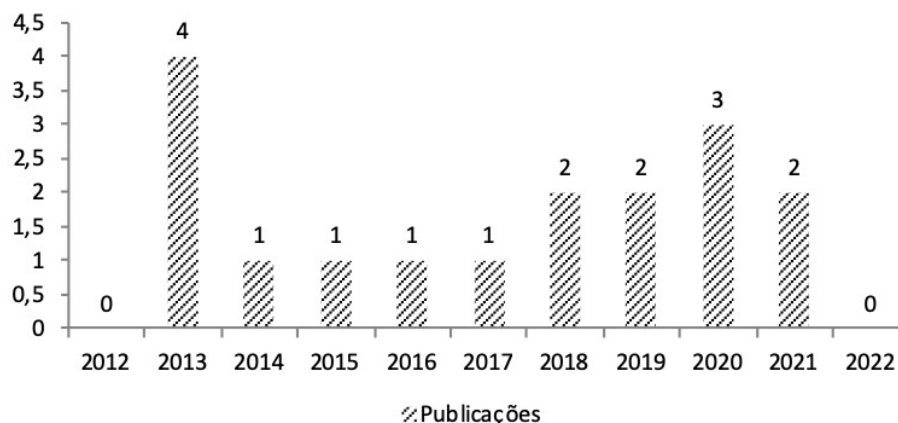
Tabela 1 – Identificação das publicações selecionadas para revisão sistemática

Nº	Título	Autores	Ano	Vinculação institucional do 1º autor	Campo temático	Abordagem Metodológica
1	Falhas no reconhecimento da alteridade nos casos de devolução em adoções tardias.	Sampaio, Débora da Silva; Magalhães, Andrea Seixas.	2021	PUC - RJ	Psicologia	Qualitativa
2	Motivações para adoção tardia: entre o filho imaginado e a realidade	Sampaio, Débora da Silva; Magalhães, Andrea Seixas; Machado, Rebeca Nonato.	2020	PUC - RJ	Psicologia	Qualitativa
3	Tornar-se mãe: Construindo o vínculo parento-filial na adoção tardia.	Sampaio, Débora da Silva; Magalhães, Andrea Seixas; Dantas, Cristina Ribeiro; Féres-Carneiro, Terezinha.	2019	PUC - RJ	Psicologia	Qualitativa
4	Pedras no Caminho da Adoção Tardia: Desafios para o Vínculo Parento-filial na Percepção dos Pais.	Sampaio, Débora da Silva; Magalhães, Andrea Seixas; Féres-Carneiro, Terezinha.	2018	PUC - RJ	Psicologia	Qualitativa
5	Do acolhimento institucional à família adotiva: a vivência da criança nesta transição.	Amanda Carollo Ramos da Silva; Jorge Luís Ferreira Abrão.	2021	UNESP	Psicologia	Qualitativa
6	A construção do vínculo parento-filial no processo de adoção tardia: uma revisão integrativa.	Lima, Bárbara Goulart; Nácul, Luisa Rebeschini; Cardoso, Nicolas de Oliveira.	2020	PUC - RS	Psicologia	Qualitativa
7	Adoção tardia: produção de sentidos acerca da paternagem e filiação em uma família homoafetiva.	Dantas, Fabiana de Souza e Silva; Ferreira, Sandra Patrícia Ataíde.	2015	UFPE	Psicologia	Qualitativa
8	Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária.	Queiroz, Ana Cláudia Araújo; Brito, Liana.	2013	UECE	Serviço Social	Qualitativa
9	Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos contextos para a parentalidade.	Otuka, Livia Kusumi; Scorsolini-Comin, Fabio; Santos, Manoel Antônio dos.	2013	Ministério Público do Estado de São Paulo	Psicologia	Qualitativa

10	A estrutura do vínculo familiar na adoção tardia.	Pordeus, Marcel Pereira; Viana, Rosemary de Abreu.	2020	UECE	Planejamento e Políticas Públicas	Qualitativa
11	Sentidos atribuídos por pais adotivos acerca da adoção tardia e da construção de vínculos parento-filiais.	Fernandes, Maitê Broering; Santos, Daniel Kerry dos.	2019	UNISUL	Psicologia	Qualitativa
12	Vivências das Famílias na Adoção Tardia.	Luz, Ariele Faverzani da; Gelain, Denise; Amaral, Luana Martini.	2014	Faculdade Meridional - IMED	Psicologia	Qualitativa
13	Família adotante: estudo de caso de adoção tardia.	Oliveira, Márcia Luzia Silva de; Magalhães, Celina Maria Colino; Pedroso, Janari da Silva.	2013	UFPA	Psicologia	Qualitativa
14	Fatores que influenciam a transição para a parentalidade adotiva: uma revisão sistemática.	Silva, Patricia Santos; Comerlato, Luísa Pellegrini; Wendling, Maria Isabel; Frizzo, Giana Bitencourt.	2018	UFRGS	Psicologia	Qualitativa
15	A Construção do vínculo parento-filial nas adoções tardias.	Sampaio, Débora da Silva.	2017	PUC - RJ	Psicologia	Qualitativa
16	O processo de filiação de crianças maiores aos pais adotivos.	Albuquerque, Carolina Mendonça Muniz de.	2016	UNICAP	Psicologia	Qualitativa
17	Adoção tardia de gêmeos: estudo de caso de uma família adotante.	Oliveira, Márcia Luzia Silva de.	2013	UFPA	Psicologia	Qualitativa

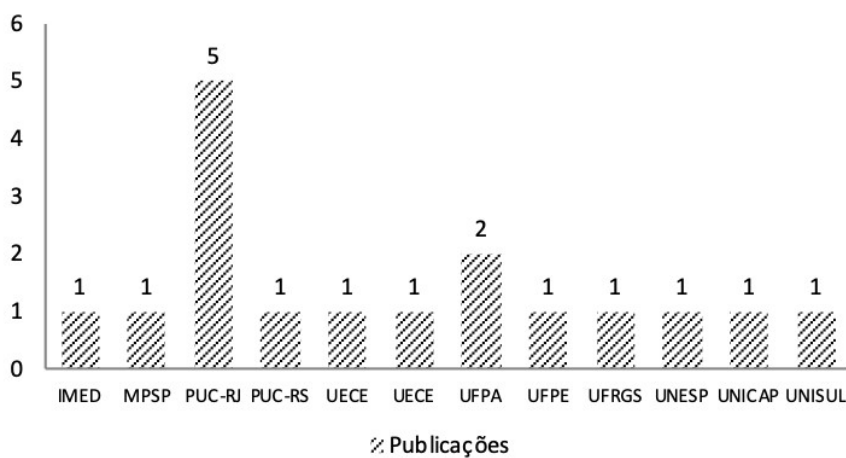
Fonte: Autora (2022).

Com a leitura aprofundada das publicações, percebeu-se que todas empregaram a metodologia qualitativa. A maioria das pesquisas foi realizada por meio do método de estudo de caso (seis artigos e duas dissertações) e como instrumento de coleta de dados, utilizaram a entrevista semiestruturada e/ou procedimentos projetivos. Com relação às áreas de conhecimento que foram abrangidas nesta revisão, a Psicologia revelou-se como majoritária nas publicações, contando com um total de dez artigos e três dissertações. Porém raras foram aquelas que informaram em qual referencial teórico o estudo estava debruçado. A psicanálise foi destacada em quatro delas e nesse recorte, a região sudeste foi o celeiro de origem dessas pesquisas.

Figura 2 – Publicações por Ano

Fonte: Autora (2022).

Analisando os dados quantitativos desta revisão, destaca-se que o maior período de produção foi no ano de 2013, com quatro artigos e 2020 com três artigos. Entre os anos 2014 a 2017 a média de publicações foi de apenas um artigo. Em 2018, 2019 e 2021 observa-se uma publicação por ano conforme figura 2.

Figura 3 – Publicações por Instituição

Fonte: Autora (2022).

Na figura 3, pôde-se observar que a instituição que mais publicou sobre o tema foi a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) com cinco textos, sendo que um deles é uma dissertação e quatro são artigos. É interessante destacar que todos os textos são provenientes da mesma autora e que os quatro artigos são desdobramentos da dissertação.

Neste *ranking* de publicações a PUC-RJ é seguida pela Universidade Federal do Pará (UFPA) com dois textos publicados, sendo um artigo e uma dissertação.

Tabela 2 – Revistas que publicaram os estudos

Revista	Qualis	Quantidade de publicações
Estudos de Psicologia	A1	1
Psicologia Clínica e Psicanálise	A2	1
Psicologia da USP	A2	1
Psicologia em Estudo	A2	1
Temas em Psicologia	A2	2
Textos & Contextos	A2	2
Contextos Clínicos	B1	1
Estilos da Clínica	B1	1
Revista Brasileira de História & Ciências Sociais	B2	1
Nova Perspectiva Sistêmica	B3	1
Revista de Psicologia IMED	B3	1
Cadernos de Comunicação UFSM	B4	1

Fonte: Autora (2022).

Sobre as revistas em que os estudos foram publicados, nota-se uma grande variedade conforme tabela 2, porém duas delas se destacaram pela repetição: “Temas em Psicologia” e “Textos & Contextos” com duas publicações cada. Com relação ao Qualis Periódicos, a classificação mais predominante foi a “A2”. O Qualis é um conjunto de procedimentos utilizados na avaliação de periódicos científicos no Brasil, foi criado em 1988 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e possui oito classificações: A1 e A2 contemplam os periódicos de excelência internacional; B1 e B2 abrangem os periódicos de excelência nacional; B3, B4, e B5 consideram os periódicos de média relevância e a última categoria, C, contempla periódicos de baixa relevância. Essa ferramenta tem um grande peso para os periódicos, pois aqueles que recebem uma boa classificação ganham visibilidade e credibilidade no universo científico. Considerando o exposto, observa-se que os estudos apresentados nesta revisão sistemática foram pesquisas muito bem avaliadas segundo os critérios qualis, tendo recebido em sua maioria, a segunda

melhor classificação, o que demonstra o alto grau de competência das pesquisas, bem como confiabilidade dos dados coletados e apresentados.

Entretanto, em se tratando de financiamento, a maioria dos textos não menciona se houve financiamento de algum órgão de fomento, apenas quatro artigos e duas dissertações especificaram, sendo os órgãos: CNPQ (1 artigo e 1 dissertação), CAPES (2 artigos e 1 dissertação) e FAPESP (1 artigo).

Foram delimitadas as regiões de vinculação institucional dos primeiros autores das publicações, sendo elas, região Nordeste com quatro publicações, região Norte com duas, região Sudeste com sete e região Sul com quatro publicações. Dentre as regiões que mais produziram sobre a temática adoção tardia e parentalidade, considerando a amostra (dezessete), encontra-se a região Sudeste, mais especificamente o estado do Rio de Janeiro, com cinco publicações. Nesta revisão, foram encontrados quatro artigos e uma dissertação publicados pelo referido estado e um artigo e uma dissertação publicados no estado de São Paulo. Vale salientar que não foram identificadas pesquisas realizadas na região centro-oeste.

Procedeu-se também a categorização dos estudos na Tabela 3, de acordo com os sujeitos que foram protagonistas e também as temáticas centrais abordadas nas pesquisas. Assim observou-se que 29,41% das pesquisas sobre o processo adotivo possuíam as crianças como protagonistas do estudo, as famílias de uma forma geral também foram identificadas em 29,41% das pesquisas como sujeitos investigados. Já os pais adotivos (mães e pais) foram protagonistas em 35,29% das pesquisas, contra 5,88% das pesquisas que apresentaram apenas as mães adotivas como sujeitos examinados.

Tabela 3 – Sujeitos e temáticas dos estudos

Nº	Autores	Sujeitos do estudo	Temática central do estudo
1	Sampaio e Magalhães (2021)	Crianças	Adoção tardia
2	Sampaio, Magalhães e Machado (2020)	Mães e Pais	Motivações na adoção tardia
3	Sampaio <i>et al.</i> (2019)	Mães	Vínculo parento-filial na adoção tardia
4	Sampaio, Magalhães, Féres-Carneiro (2018)	Mães e Pais	Vínculo parento-filial na adoção tardia
5	Silva e Abrão (2021)	Crianças	Processo adotivo convencional
6	Lima, Nácul e Cardoso (2020)	Crianças	Vínculo parento-filial na adoção tardia
7	Dantas e Ferreira (2015)	Mães e Pais	Parentalidade na adoção tardia
8	Queiroz e Brito (2013)	Crianças	Adoção tardia
9	Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2013)	Famílias	Parentalidade na adoção tardia
10	Pordeus e Viana (2020)	Famílias	Vínculo parento-filial na adoção tardia
11	Fernandes e Santos (2019)	Mães e Pais	Vínculo parento-filial na adoção tardia
12	Luz, Gelain e Amaral (2014)	Famílias	Adoção tardia

13	Oliveira, Magalhães e Pedroso (2013)	Famílias	Adoção tardia
14	Silva <i>et al.</i> (2018)	Mães e Pais	Parentalidade na adoção convencional
15	Sampaio, Débora da Silva (2017)	Mães e Pais	Vínculo parento-filial na adoção tardia
16	Albuquerque (2016)	Crianças	Parentalidade na adoção tardia
17	Oliveira (2013)	Famílias	Adoção tardia

Fonte: Autora (2022).

Sobre as temáticas envolvidas nos estudos, o vínculo parento-filial por adoção esteve presente em 35,29% dos textos desta revisão sistemática. A adoção tardia de uma forma generalizada foi apresentada em 29,41% das pesquisas. Já a temática parentalidade na adoção tardia pôde ser observada em 17,65% dos textos, contra 5,88% dos textos que apresentaram a parentalidade relacionada à adoção convencional. A motivação para adoção tardia foi explorada em 5,88% das pesquisas e o Processo adotivo convencional foi encontrado nessa amostra final da revisão em 5,88% dos trabalhos.

A quarta etapa desta revisão sistemática consistiu em uma análise minuciosa, na íntegra, dos 17 textos selecionados. Com base nessa análise elaborou-se três categorias temáticas que serão discutidas a seguir: 1) Não nascemos pais, nos tornamos pais: as motivações para a parentalidade na adoção tardia; 2) Pedras no caminho da adoção tardia: filho imaginário versus o filho real, bagagens da criança, mitos, crenças e preconceitos e 3) Criando laços fortes: A construção do vínculo parento-filial na adoção tardia.

2.1 Não nascemos pais, nos tornamos pais: as motivações para a parentalidade na adoção tardia.

A parentalidade não é inata, ela é construída pelo desejo e se relaciona às experiências infantis que já foram vivenciadas pelo indivíduo com suas questões conscientes e inconscientes e se concretiza na convivência com a criança. Silva *et al.* (2018) mencionam que o indivíduo não nasce como pai ou mãe, tampouco estabelece o seu papel parental com a geração de seu filho biológico, pois a parentalidade é uma construção. E é na relação com a criança que o indivíduo é transformado em pai ou mãe, ela é quem atribui o sentido à parentalidade.

Porém, ao tentar realizar esse desejo de parentalidade, o indivíduo pode se deparar com algumas questões que podem afastá-lo do aspecto biológico originalmente estabelecido para a concretização da parentalidade, levando-o a considerar a adoção de uma criança como alternativa. Silva *et al.* (2018) conceituam a adoção como o estabelecimento de relações de

paternidade e maternidade entre os indivíduos que não possuem vinculação biológica. Pordeus e Viana (2020) especificam que a adoção é um ato que proporciona filhos a quem não pode tê-los de maneira biológica e pais às crianças e/ou adolescentes rejeitados, possibilitando a estes uma existência digna, por meio da educação, proteção, afeto, saúde, gerando dessa forma, com a convivência ao longo do tempo, um vínculo familiar duradouro e satisfatório. Sampaio e Magalhães (2021) definem adoção como um encontro para a construção de laços parentais entre quem deseja se tornar mãe/pai e uma criança que infelizmente não pôde permanecer em sua família de origem. A partir desse desejo de se sentirem e de se tornarem pais, a adoção passa a se configurar como um dispositivo capaz de ajudar as crianças institucionalizadas a encontrarem uma família (FERNANDES; SANTOS, 2019).

Pensando especificamente na parentalidade por adoção, Schettini *et al.* (2006, p. 289a) esclarecem que “a constituição da identidade parental demanda um processo de identificação com os novos atributos através de uma gestação psicológica” (*apud* FERNANDES; SANTOS, 2019, p. 71). Luz, Gelain e Amaral (2014) acrescentam que os pais se preparam durante nove meses de gestação até o nascimento do filho e que a adoção requer também uma preparação prévia, seja de forma externa, com cursos preparatórios ofertados pelo sistema jurídico, encontros com grupos de apoio e processos terapêuticos ou de forma interna, elaborando o “luto” do filho biológico. Ainda no artigo de Fernandes e Santos (2019) é possível encontrar a afirmação de que o ato de adotar uma criança é análogo ao ato de gerar um filho biológico, pois em pesquisa com pais adotivos, foi constatado que eles não consideram a adoção como um processo complexo, visto que a assemelham à uma gestação biológica e que também não conseguem distinguir que seus filhos são filhos adotivos. Porém Silva, Comerlato, Wendling e Frizzo (2018) contrapõem essa analogia ao afirmar que um filho adotivo tem a particularidade de possuir uma história distinta e distante da história dos pais.

O artigo de Silva *et al.* (2018) revelou cinco fatores que podem influenciar de forma significativa o processo de transição para a parentalidade adotiva; o primeiro se refere ao gênero e orientação sexual dos adotantes, configurando a homoparentalidade e suas dificuldades e preconceitos enfrentadas no processo adotivo; o segundo fator diz respeito às características das crianças adotadas como idade, sexo e raça; o terceiro fator se refere às características pessoais dos adotantes, como padrões de apego mais seguros, com níveis de ansiedade e evitação reduzidos e maior capacidade de ajustamento conjugal; o quarto fator se

remete à relação estabelecida com os serviços de adoção, a falta informações e de apoio e; por fim, o quinto fator revela a incidência de sintomas depressivos maternos por meio das expectativas parentais irrealistas que não são atendidas no período pós-adoção.

Segundo Otuka *et al.* (2013), geralmente os casais que possuem a condição de infertilidade utilizam a adoção como uma forma de parentalidade não biológica. Entretanto as motivações para a escolha da adoção vão além desta e tendem a variar para cada casal. Lima, Nácul e Cardoso (2020) apontam diferentes fatores influenciadores à adoção, como o trabalho dos grupos de apoio à adoção, ser um casal homoparental, preencher um luto, resolver problemas conjugais, aumentar a família de filhos biológicos com filhos adotivos ou ainda desejar exercer o papel de cuidador. O artigo de Luz, Gelain e Amaral (2014) revela casos de motivações altruístas pelo desejo de tornar-se pai e mãe, e hedonistas ao avaliarem a adoção como um ato de amor e caridade. Oliveira, Magalhães e Pedroso (2013) são mais pragmáticos ao afirmarem que a motivação da maioria dos casais ao buscarem a adoção é o preenchimento de alguma necessidade própria. Contudo, por si só o desejo de amar ou de ajudar uma criança, não deve ser a razão suficiente para a adoção.

A adoção não pode ser vista como um papel social ou como uma qualidade. Ser pai adotivo é estar pronto para amar uma criança incondicionalmente independentemente da forma que ela é, da cultura, dos problemas que ela vai trazer de carga genética, de comportamento (DANTAS; FERREIRA, 2015, p. 603).

Sampaio, Magalhães e Machado (2020) alertam que é preciso ter cuidado nos casos de adoção por motivações altruístas, pois essa preocupação em atender às necessidades dos outros, não se trata de uma atitude altruísta de fato, mas de um pseudo-altruísmo baseado no desejo de ser o salvador da criança e não realmente de salvá-la. Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2013) relembram que o vínculo parental, jamais deverá ser constituído exclusivamente como uma alternativa de salvação da criança, nem tão pouco com base nos desejos altruístas do adotante, visto que a parentalidade compreende a vivência de emoções intensas, diversas e muitas vezes ambivalentes, que perdurarão por longos períodos e assim necessitarão ser sustentadas, validadas e elaboradas pelo casal. Fernandes e Santos (2019) corroboram ao falar que no processo adotivo as crianças devem ser inseridas à família como indivíduos que concernem efetivamente e definitivamente a esse novo território e por isso não deve ser realizada como caridade. Para Lima, Nácul e Cardoso (2020), a maioria dos casais cree que na vida conjugal, a parentalidade é uma importante afirmação da família e que a impossibilidade de exercer esse papel parental poderá trazer sentimentos de insegurança e

instabilidade para união do casal. Sampaio, Magalhães e Machado (2020) enfatizam que independente de qual seja a motivação que o indivíduo tenha para a adoção de uma criança, ela sempre trará implicitamente a tentativa de algum tipo de satisfação narcísica que requer atenção e cuidado.

Pordeus e Viana (2020) recordam que a motivação para a adoção de uma criança deve estar bem distante da intenção de reparação de um problema ou de uma dificuldade do casal, o foco deve estar nos interesses das crianças em primeiro lugar, tendo em vista que devido à sua vivência anterior, ela merece e necessita de uma nova vida, um recomeço e que não seria correto focar primeiramente nos anseios do casal adotante. Silva *et al.* (2018) mencionam em suas pesquisas que há uma complexidade envolvida no processo de transição para a parentalidade, especialmente no contexto da adoção, esse processo pode se configurar como uma experiência ainda mais difícil para os futuros pais, principalmente quando se trata da adoção de uma criança mais velha, na qual os casais precisam renunciar parte do sonho que envolveria ver um filho crescer desde os primeiros momentos do nascimento, aceitando também o seu passado.

A adoção de crianças mais velhas caracteriza-se como adoção tardia, pois ocorre quando a criança possui idade igual ou superior a dois anos. Dantas e Ferreira (2015, p.595) conceituam e contextualizam a adoção tardia:

O termo “adoção tardia” é usado quando a criança adotada possui idade igual ou superior a dois anos. Estas crianças, na maioria dos casos, foram abandonadas ou entregues para a adoção pelos pais que devido às circunstâncias psicossociais não conseguem desempenhar as práticas de maternagem e/ou paternagem. A adoção é entendida como sendo um “processo” na medida em que contempla toda dinâmica familiar através das relações de maternagem, paternagem e filiação (que envolve outros membros da família como avós, tios, irmãos entre outros).

No universo adotivo há casos intrigantes de crianças que estão vivendo em instituições de acolhimento e que recebem frequentemente a visita de seus pais biológicos, configurando ainda a existência de vínculos afetivos com as mesmas, apesar de não apresentarem condições de assumirem os cuidados dos filhos. O resultado desse relacionamento familiar intermitente é uma criança insegura em uma espera demasiada para que sua situação se defina, implicando no seu “envelhecimento” dentro da instituição de acolhimento, o que futuramente dificultará a sua possibilidade de ser adotada por uma nova família (QUEIROZ; BRITO, 2013).

No Brasil, as crianças de até três anos são as que mais despertam o interesse dos candidatos à pais adotivos que estão registrados no CNA – Cadastro Nacional de Adoção.

Esse fato fortalece a estatística de crianças mais velhas que crescem institucionalizadas ou então são adotadas por estrangeiros (PORDEUS; VIANA, 2020). Os autores expõem ainda que a falta de interesse dos casais por crianças mais velhas e as dificuldades impostas pelo próprio sistema para processos adotivos no geral são alguns dos fatores que prejudicam a adoção tardia no Brasil. Por isso é importante que haja o acompanhamento e a avaliação psicossocial dos pretendentes, para que se preparem pra chegada da criança e se tornem capazes de realizar uma construção de laços mais tranquila e eficaz (LIMA; NÁCUL; CARDOSO, 2020). Na realidade, em todas as etapas de um processo adotivo há a extrema necessidade de atenção, pois é um processo delicado visto que nele transcorrem questões jurídicas até questões emocionais, que envolvem afetividade, atenção e acolhimento na vida habitual da criança adotada (PORDEUS; VIANA, 2020).

Queiroz e Brito (2013) assinalam em sua pesquisa que um importante aspecto a ser observado é a alteração do perfil adotivo inicial, que é realizada por alguns candidatos à adoção. Essa mudança ocorre devido às campanhas educativas e trabalhos científicos relacionados à temática da adoção tardia, mas principalmente devido ao trabalho de conscientização dos grupos de apoio à adoção que possibilitam uma maior compreensão aos pretendentes, por meio de suas experiências, pois na maioria são também pais adotivos, sensibilizando-os sobre as crianças maiores que estão à espera de uma família e contribuindo assim para a propagação de uma nova cultura de adoção tardia. Fernandes e Santos (2019) observaram que a escolha pelo perfil adotivo de uma criança maior é primeiramente influenciada pelo fato de não existir a obrigação daqueles cuidados iniciais dos bebês e posteriormente pelo fato da criança maior já possuir mais entendimento acerca das próprias vivências, do acolhimento e do processo de adoção, bem como por apresentar mais interação e possuir certa independência. Essas características trazem mais facilidade à construção da parentalidade e fornece aos pais uma sensação de que a adoção tardia é mais “tranquila” e “vantajosa” do que a adoção convencional (PORDEUS; VIANA, 2020).

Queiroz e Brito (2013) contrapõem ao expor que essa relativa absorção da realidade pela qual as crianças maiores passam (abandono e rejeição) pode configurar-se na verdade, como uma das barreiras dessa modalidade adotiva, ampliando as dificuldades do processo educativo infantil nas relações familiares. Nesse sentido, ao adentrar no universo da parentalidade adotiva tardia é necessária a reflexão sobre o histórico e a experiências anteriores da criança para compreender e contribuir de forma assertiva na construção do novo vínculo parento-filial (SAMPAIO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018). De acordo

com Couto *et al.* (*apud* PORDEUS; VIANA, 2020, p.10) adotar uma criança maior não envolve somente as questões da criança ou do longo e penoso processo judicial, mas também as complexas questões subjetivas relativas ao casal adotante. Silva *et al.* (2018) rememoram que a transição para a parentalidade, independente de qual seja a forma de maternidade, pode gerar mudanças e influenciar o processo de tornar-se mãe. Nesse sentido construir a parentalidade adotiva implica que os pais adotivos entrem em conexão com suas motivações, medos e fantasias acerca da adoção tardia, pois toda parentalidade, seja ela biológica ou adotiva, tardia ou convencional preconiza a existência de um processo de adaptação e elaboração psíquica (SAMPAIO *et al.*, 2019).

2.2 Pedras no caminho da adoção tardia: filho imaginário *versus* o filho real, bagagens da criança, mitos, crenças e preconceitos.

O período que antecede a chegada da criança no processo adotivo é marcado por muita ansiedade, principalmente na escolha pela adoção tardia, visto que a criança já possui uma vivência anterior. Esse período é semelhante à espera que ocorre na gravidez biológica e pode ser interpretado como uma “gravidez emocional” que também é capaz de gerar expectativas e desejos nos pais adotivos. Quase sempre, essas expectativas e desejos são frustrados por uma realidade, onde os adotantes e adotados precisarão se adaptar para que o vínculo parento-filial se concretize (LUZ; GELAIN; AMARAL, 2014). Sampaio e Magalhães (2021) citam que os pretendentes idealizam a adoção, acreditando que tudo acontecerá da melhor maneira e acabam assim, ignorando as barreiras que naturalmente poderão existir na construção do vínculo parento-filial em uma adoção tardia. Fernandes e Santos (2019) relatam que é comum haver expectativas sobre a adoção tardia e também sobre o futuro dos filhos por parte dos pais adotivos, apesar de suas entrevistas terem revelado que os pais adotivos participantes não possuíam muitas expectativas em relação à criança adotada, pois estavam mais concentrados em realizar seus desejos de serem pai ou mãe. Mas na verdade, o problema está quando os pais depositam no filho a esperança de solução para as suas frustrações (SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020).

Sampaio e Magalhães (2021) afirmam que essa desconstrução da idealização dos pais é uma condição presente em toda formação parental, seja ela de forma biológica ou adotiva. Entretanto na parentalidade biológica, essa quebra de expectativa se apoia no legado geracional, mas na parentalidade por adoção, as idealizações e fantasias podem gerar um

desfecho doloroso para o adotante e o adotado (GOMES *et al.*, 2018 apud SAMPAIO; MAGALHÃES, 2021, p. 5). Quando não há uma preparação suficiente dos pais adotivos para suportar as diferenças do filho real, acontecem os lamentáveis episódios de devolução, no qual esses pais renunciam ao processo de adoção da criança em questão (SILVA; ABRÃO, 2021). Por isso, é importante que os pretendentes à adoção reflitam sobre as fantasias envolvidas, reduzindo ou até mesmo eliminando as frustrações que possam existir perante tudo aquilo que possa ter sido imaginado a respeito do papel parental e principalmente a respeito do filho, impedindo assim que se crie uma ilusão acerca da criança em processo de adoção (SAMPALIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020). Pordeus e Viana (2020) corroboram ao levantar a necessidade de elaborar a mudança do desejo de se ter um filho biológico imaginário, por um filho adotivo, visto que um filho adotivo nunca poderá corresponder ao filho imaginado. Sampaio e Magalhães (2021) apontam nos resultados de sua pesquisa que as motivações iniciais para a adoção revelaram a busca por um filho que pode ser diferente do que o encontrado na realidade.

Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) relatam por meio das entrevistas com pais adotivos, que há uma tentativa ilusória de modelar a criança do jeito que os pais desejam e que após a vivência dessa prática, os mesmos refletiram e destacaram a necessidade de respeitar o filho e a sua história. Para Lima, Nácúl e Cardoso (2020), os pais devem respeitar a história pregressa do filho adotivo, pois ela permite à criança legitimar a sua origem e as suas lembranças, possibilitando um espaço para elaborar a sua história anterior e também a atual. Na adoção tardia, a criança já faz uso da linguagem e já carrega muitas experiências em sua história pregressa que fazem com que ela não se configure mais como um ser incompleto exigindo, portanto uma nova forma de construção do vínculo parento-filial (SAMPALIO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018). Por isso é importante que seja dada a devida atenção à bagagem trazida pela criança, ou seja, o seu histórico de vivências e experiências. Desejar que a criança abandone o seu passado na tentativa de esquecimento, pode ser altamente prejudicial ao relacionamento parento-filial, gerando um tabu acerca da adoção e conseqüentemente dificultando o estabelecimento dos papéis parentais e a construção do vínculo afetivo (LIMA; NÁCUL; CARDOSO, 2020). Os autores observam ainda em algumas falas de seus entrevistados que a criança maior já se relaciona com seus pais exercendo a capacidade de se contrapor e argumentar. O que reflete uma das particularidades desse tipo de adoção e conseqüentemente um desafio para os adotantes.

Os resultados da pesquisa de Lima, Nácul e Cardoso (2020) apontam que os pais têm resistência em aceitar os interesses e gostos das crianças, muitas vezes, negligenciando que essas crianças também são seres dotados de desejos próprios. Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) afirmam que por se tratar de adoção de crianças maiores, o medo dos costumes trazidos pela criança, ainda é bastante presente em alguns pais.

Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) puderam perceber nas entrevistas com os pais adotivos que esses medos estavam embasados em crenças anteriores ao início do processo adotivo e que essas fantasias sobre as interferências de um processo adotivo, puderam ser desmitificadas a partir de leituras sobre o tema, palestras com profissionais e principalmente com a participação em grupos de apoio à adoção. Lima, Nácul e Cardoso (2020) corroboram ao falar da crença enraizada no imaginário coletivo de que a criança advinda por adoção tardia pode não aceitar tão bem as normas e regras da nova família. E justamente por estarem com sua personalidade e formação social em estágio avançado, os pais acabam acreditando na crença de que as crianças adotadas tardiamente dificilmente aceitariam as normas estabelecidas em sua nova casa (OTUKA *et al.*, 2013). Há ainda outra crença em que os pais adotivos esbarram, que é aquela onde a figura da mãe biológica aparece como fantasma que assombra os pais adotivos para “levar” o filho a qualquer custo, mesmo havendo todas garantias legais com guarda definitiva já liberada (LIMA; NÁCUL; CARDOSO, 2020).

Quando se discorre sobre a adoção tardia ou adoção da criança em idade maior, é comum a crença de que crianças maiores trazem maus hábitos, apresentam problemas na adaptação da nova família, trazem o conhecimento sobre sua adoção e fortes lembranças do passado que ainda são muito presentes em sua vida, o que lhes traria futuros problemas. Os adotantes temem que crianças maiores não sejam passíveis de serem educadas. Forma-se uma expectativa toda negativa neste sentido. (PORDEUS; VIANA, 2020, p. 12).

Ademais, o preconceito também se manifesta na adoção tardia, por meio das relações de amizade dos adotantes e também dos adotados. Lima, Nácul e Cardoso (2020) mencionam que é comum o relato dos pais adotivos sobre o preconceito enfrentado em relação à adoção de um filho mais velho, como se a finalidade fosse a de servir os filhos biológicos mais novos do casal. Lamentavelmente essa crença não é totalmente desprovida de coerência. Otuka *et al.* (2013) relatam que há casos excepcionais onde as famílias adotivas delegam aos jovens adotados as tarefas subalternas da casa, colocando-os quase que em uma situação de empregados. Queiroz e Brito (2013) puderam compreender em sua pesquisa, que é fundamental a realização de um trabalho com os pretendentes adotivos para desmitificar e

desconstruir preconceitos e estereótipos acerca da adoção tardia através dos profissionais que compõem a equipe interdisciplinar a fim de reduzir essas barreiras tão citadas pelos pais adotivos.

Outro aspecto peculiar da adoção tardia é ambiguidade entre amadurecimento precoce e regressão infantil. Para Altoé e Silva (apud SAMPAIO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018, p. 320) logo cedo, as crianças institucionalizadas precisam assumir uma postura de independência no autocuidado, mesmo que de forma precária.

Por isso, observa-se nas crianças que vivem em instituições de acolhimento, de um modo geral, uma pseudo-autonomia. Contudo, ao sentirem-se seguros numa família que ofereça cuidado, nota-se certa regressão, no sentido de assumirem posturas infantis, como forma de permitir o cuidado (SAMPALIO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018, p. 320).

Para Silva e Abrão (2021) o caminho da adoção tardia é atravessado por ambivalências, onde a criança deseja muito ser adotada, porém carrega também o medo de precisar renunciar seus vínculos anteriores, além de experimentar o sentimento de culpa por estar abandonando os amigos e às vezes, os irmãos na instituição de acolhimento. Segundo os autores, a descontinuidade dos vínculos, pode tornar a criança mais sensível às situações de separação, gerando um medo acentuado de reviver um novo abandono. A criança pode ainda manter uma idealização da família de origem e na tentativa de conservar a imagem positiva dos genitores, pode gerar certa resistência em relação aos pais adotivos, pois estes estariam ocupando o lugar dos genitores idealizados. E com receio de não ser aceita a criança passa rapidamente a assumir uma nova identidade (SILVA; ABRÃO, 2021). Lima, Nácúl e Cardoso (2020) constataram que os sentimentos hostis da criança, frequentemente associados à adaptação e ao medo de abandono são os principais desafios relacionados pelos pais adotivos no processo de adoção tardia.

Para Otuka *et al.* (2013) a criança adotiva também possui uma figura imaginária de pais adotivo e isto pode ser outro desafio para eles. Em suas pesquisas, os autores puderam constatar que os pais são vistos como benfeitores pelo fato de terem realizado a adoção e que as crianças sentem que devem gratidão a eles. Nesse contexto, a criança pode encontrar dificuldade em dar vazão a seus sentimentos hostis e agressivos, que são naturais da fase e da idade. Para se sentir aceita e amada por seus pais ideais, a criança sente a necessidade de ser o filho perfeito. Lima, Nácúl e Cardoso (2020) relatam que é comum o surgimento de fases de agressividade quando a criança passa por situações de negligência, abuso e abandono, pois

nesses casos, prevalece o medo de que o ciclo se repita. E nesse contexto o manejo da história pregressa da criança torna-se mais penoso. Por isso, Silva e Abrão (2021) destacam que o fato da criança estar juridicamente apta à adoção não significa que ela esteja emocionalmente preparada para uma nova família. Deste modo, é essencial que a criança seja acompanhada, ouvida e atendida em sua singularidade, passando por um trabalho de aceitação para vivenciar a adoção com auxílio do psicólogo da instituição de acolhimento.

Na adoção tardia, as experiências e a história da criança somadas às vivências e história dos pais adotivos se entrelaçam num processo mútuo, tornando-se inegável que essa bagagem tenha seu efeito na construção do vínculo parental (SAMPAIO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018). Entretanto, é possível sim que haja uma construção de uma vinculação não totalmente, mas um pouco mais livre de projeções e idealizações, basta que os pais adotivos se coloquem disponíveis e se conservem abertos à chegada dos filhos, preocupando-se exclusivamente em acolher às necessidades de ambas as partes (FERNANDES; SANTOS, 2019). Os autores acrescentam ainda que o papel dos pais adotivos frente às pedras no caminho da adoção tardia é de garantir que a criança possa compreender o seu novo ambiente e os seus novos limites, as regras e a organização, mas, sobretudo, os pais também devem compreender e buscar adaptar estes pontos com seus filhos, para que haja uma consonância entre os interesses, desejos e expectativas dos envolvidos.

2.3 Criando laços fortes: a construção do vínculo parento-filial na adoção tardia.

A construção do vínculo afetivo é uma necessidade do ser humano, segundo Pordeus e Viana (2020) tem início na relação mãe-bebê e se concretiza na vivência habitual dos componentes de uma família, não importando suas configurações. Sobre a vivência do cotidiano, Rainho (2015, p. 25) explica que “[...] a demonstração de afeto é fundamental para o vínculo afetivo; mostrar-se interessado no que o indivíduo faz e diz é extremamente importante para que essa construção tão delicada aconteça de forma concreta” (*apud* PORDEUS; VIANA, 2020, p. 13). Nesse contexto, Silva e Abrão (2021) discorrem sobre a Teoria da Vinculação Afetiva, também chamada de teoria do Apego de Bowlby, que aborda o processo de formação e rompimento de vínculos. Em geral, a criança desenvolve um apego à pessoa que está próxima e que realiza os seus cuidados cotidianos e esse indivíduo passa a representar para a criança, uma figura de proteção e segurança. Lima, Nacul e Cardoso (2020) corroboram ao afirmar que a figura de apego é indispensável para a criança e que é

responsabilidade dos cuidadores o desenvolvimento de uma estrutura segura para a mesma, proporcionando esse sentimento de segurança.

No processo adotivo a vinculação se faz presente desde o momento em que os pretendentes escolhem a parentalidade adotiva, perpassando em todo o processo jurídico até finalmente se concretizar na formação dos vínculos parento-filiais (FERNANDES; SANTOS, 2019). Pordeus e Viana (2020) afirmam que a construção de vínculos afetivos na filiação por adoção é um processo complexo por ter sua origem em concepções anteriores à adoção, exigindo-se uma extrema atenção e dedicação dos pais adotantes para que os vínculos sejam constituídos com sucesso. Para Lima, Nácul e Cardoso (2020), o entrelaçamento dos desejos dos pais em adotar e do filho em ser adotado é uma premissa básica para que ocorra a vinculação e o processo de perfilhação de forma eficiente. A vinculação amorosa entre os integrantes da família é o segredo para perguntas e respostas. Assim é importante que adotante e adotado queiram realmente construir esses vínculos (PORDEUS; VIANA, 2020). Silva e Abrão (2021) alertam que esse processo de vinculação de uma criança em situação de acolhimento institucional nem sempre será pacífico, livre de ansiedades e angústias, pois ele é atravessado por uma complexidade de sentimentos e vivências anteriores tanto da criança, quanto dos pretendentes à adoção. E especialmente nos casos de adoção tardia a formação do vínculo parento-filial é mais delicada, pois a criança em questão já vivenciou uma separação da família de origem, sofrendo o abandono, o rompimento de vínculos afetivos e por fim vivenciou um luto para ter enfim a capacidade de se vincular novamente.

Em casos de adoções tardias, as crianças passaram pela separação da família de origem, pelo abandono, e, o desejo de uma nova filiação é construído gradativamente, à medida que é proporcionada a elaboração quanto às imagens parentais, possibilitando que a relação com a família biológica seja ressignificada e mantenha-se, de alguma forma, preservada psiquicamente (SILVA; ABRÃO, 2021, p. 96).

Para Levinson (2004) a facilidade com que a criança adotiva aceita a sua história de origem é diretamente proporcional ao grau de aceitação dos seus pais adotivos e, portanto, a formação do vínculo assim se dará na mesma medida (apud DANTAS; FERREIRA, 2015, p. 601). Para Silva e Abrão (2021) é relevante abordar também o conceito de adotabilidade, que se traduz na disponibilidade interior da criança em constituir novos vínculos e se colocar em um novo contexto familiar. Em relação aos adotantes, é preciso que haja também uma disponibilidade em receber a criança como ela é e com a bagagem que ela trás, pois a construção de laços parentais na adoção tardia se dá de forma peculiar, devido a sua maior

capacidade de argumentar, negociar, aceitar, discordar. Além da bagagem trazida que está relacionada à vivência anterior em outra família e instituição de acolhimento (LIMA; NÁCUL; CARDOSO, 2020). Pordeus e Viana (2020) acrescentam que os pais devem adentrar ao processo adotivo com uma dose sensata de passividade, ou seja, que eles se permitam ser escolhidos pela criança, respeitando essa capacidade que a criança tem de determinar o seu futuro, promovendo a liberdade necessária para que ela escolha fazer parte ou não dessa nova família, permitindo que ela tenha uma participação ativa nesse processo de acolhimento e conseqüentemente de formação de vínculo.

Dantas e Ferreira (2015) consideram que as relações sociais possibilitam a produção de sentidos de forma mais dinâmica e dessa maneira esses vínculos construídos por meio destas relações passam a ter mais importância do que as questões de consanguinidade. Para Vygotsky (2001) os sentidos produzidos se atualizam no tempo e no espaço, por isso o indivíduo tem a capacidade de reinventar novas formas de adaptação (*apud* DANTAS; FERREIRA, 2015, p. 596). Sampaio, Magalhães, Féres-Carneiro (2018) entendem que no processo de adoção tardia essa nova forma de adaptação e de construção do vínculo ocorre como uma via de mão dupla, numa adoção mútua, ressignificando o passado, sem extingui-lo e revelando a disposição para construir uma nova história que integre o passado e o presente. Nesse sentido, um novo futuro vai sendo construído com a capacidade de reparar as experiências ruins e validar as experiências positivas. Silva e Abrão (2021) constaram em suas pesquisas que o sucesso da adaptação e da conseqüente formação de um novo vínculo parental não está relacionado à extinção do vínculo parento-filial anterior, pois conhecer e aceitar a vida pregressa do filho adotivo pôde ajudar os pais adotivos entrevistados a se adaptarem às necessidades fundamentais e a ressignificarem as falhas de um passado repleto de rupturas e abandonos. Especificamente na pesquisa sobre adoção tardia, Lima, Nácúl e Cardoso (2020, p. 6) identificaram e analisaram os desafios intrínsecos dos pais à formação do vínculo parento-filial, dividindo-os em quatro categorias:

- a) Desafios do momento inicial – sentimentos despertados e dificuldade para educar;
- b) preconceito – estigma por parte dos pais, amigos e família; c) rechaço à alteridade – dificuldade em respeitar os gostos inerentes do adotado; e d) o vínculo nas diferentes configurações familiares – motivações e impactos da adoção tardia.

Para Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) os desafios observados durante o processo de adaptação foram a imposição de regras, o comportamento agressivo da criança, a falta de segurança jurídica dos pais, o atraso escolar, a regressão infantil e a adaptação à rotina

familiar. Entretanto ficou evidenciado que o fortalecimento do vínculo parento-filial foi favorecido pela forma com que cada pai acolheu e elaborou cada dificuldade encontrada. Silva e Abrão (2021) salientam que os pais devem ser capazes de conter e acolher a criança, não se deixando machucar pelos comportamentos de enfrentamento que elas possam vir a apresentar, permitindo assim que a criança vivencie suas ansiedades nesse processo de mudança e adaptação. Lima, Nácul e Cardoso (2020) corroboram ressaltando a importância dessa função de acolhimento e contenção de resistências que pode promover um espaço necessário para a vazão da hostilidade da criança, pois é necessário que ela sinta a confiança de que sua nova família conseguirá tolerar suas inseguranças sem pensar em devolvê-la para a instituição de acolhimento, facilitando a concretização de uma vinculação ideal. Para os autores, os pais não devem encarar essas resistências como um comportamento destrutivo, mas devem exercer a paciência e desenvolver o respeito para compreender esse processo momentâneo de insegurança do filho adotivo.

A construção do vínculo familiar é um grande desafio nos casos de adoção de crianças mais velhas, que muitas vezes foram rejeitadas por motivos incompreensíveis, como a cor da pele, sexo ou até mesmo problemas de saúde; características que não podem ser mudadas, gerando grandes prejuízos emocionais. As inseguranças geradas pelos anos em instituições de acolhimento, gerando barreiras concretas na convivência, nas emoções, na elaboração de sentimentos, torna a vinculação cada vez mais frágil (PORDEUS; VIANA, 2020, p. 6).

Diante dessa vinculação frágil, Pordeus e Viana (2020) afirmam a importância dos pais adotivos não desanimarem perante as marcas sofridas da história do filho tardio e reforcem a necessidade da família adotante elaborar suas próprias dificuldades, sempre confiando na capacidade da criança em criar novos laços. Fernandes e Santos (2019) reforçam que os vínculos afetivos não se criam apenas com expectativas ou intenções de parentalidade, sendo extremamente necessário se implicar, compreender e elaborar a situação da criança. Para os autores é imprescindível que se crie um sentimento de pertencimento em todos os envolvidos no núcleo familiar com a finalidade de propiciar o estabelecimento de determinadas funções desempenhadas na relação familiar. Esse sentimento ocorre de forma subjetiva e diversificada, onde os adotantes desenvolvem uma percepção sobre si como pais da criança (FERNANDES; SANTOS, 2019). Dessa forma, ao promoverem um ambiente suficientemente bom, que seja capaz de atender às necessidades da criança e oferecer o devido suporte, os pais estarão criando as condições favoráveis para que a criança adotiva possa continuar a ser, a progredir, em sua linha de desenvolvimento que foi interrompida pelos

episódios de infelicidade no passado, ressignificando os laços perdidos (OTUKA *et al.*, 2013).

Considerando que na maioria dos casos de adoção tardia a criança já é capaz de discernir o que deseja e de compreender a adoção, pode-se concluir que a constituição do vínculo parento-filial na adoção tardia é um processo que demanda construção de ambas as partes, pois é permeado por vivências anteriores, tanto dos pais quanto das crianças. Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) identificaram nas falas dos pais entrevistados que os desejos, vivências e vontades próprias das crianças influenciam diretamente na construção do vínculo parento-filial e que os pais reconhecem a importância de aprender junto com a criança a se tornarem pais. Fernandes e Santos (2019) vão além e concluem que a construção do vínculo não é instantânea, mas é subjetiva, situacional e singular. Pois não haveria uma receita mágica, mas sim um exercício de dedicação, desejo, afeto, persistência, tempo e compreensão entre os membros que constituem a família. Compreende-se, portanto que independente da forma pela qual a parentalidade se apresente, é necessário que os pais reconheçam a criança como filho em sua subjetividade e que os sentimentos de ambos sejam elaborados para a completa construção do vínculo parento-filial.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Aspectos éticos

Tendo em vista os aspectos éticos resguardados para pesquisas com envolvimento de seres humanos (Brasil, 2016), essa pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), CAAE nº 47145121.6.0000.5013, parecer nº 4.917.841 e desenvolve o respeito pela dignidade e proteção aos participantes do estudo, na intenção de preservá-los contra possíveis danos, promovendo qualidade de vida para os mesmos.

Desta feita, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com os pais adotivos. A utilização desse termo objetivou esclarecer as questões do estudo, como os objetivos e a maneira como foram realizados os procedimentos metodológicos para os envolvidos na pesquisa. Os dados pessoais dos envolvidos foram mantidos em sigilo, prevenindo-se possíveis vazamentos de informações, fazendo-se uso de nomes fictícios, como também foram censuradas as identificações nas produções dos desenhos.

3.2 Tipo de Pesquisa

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório que utiliza o estudo de caso como método. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a ele conferem.

Quanto à escolha pela pesquisa qualitativa, Minayo (2001) avalia que:

(...) esta responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p. 21-22).

A pesquisa exploratória proporciona ao pesquisador obter maiores informações sobre determinado assunto, facilitando a delimitação do tema de trabalho e a definição dos objetivos. Para os autores Selltiz, Wrightsman e Cook (1987), a pesquisa exploratória se aproveita especialmente de técnicas de pesquisas qualitativas fundamentadas em observações e entrevistas, pois ela permite que o problema seja explorado de forma mais complexa.

Dentre tantos métodos de pesquisa qualitativa, o estudo de caso foi a forma escolhida para atingir o objetivo desta pesquisa em razão da sua adequação ao problema proposto. Yin (2005) conceitua o estudo de caso como o método de pesquisa que possui como essência a função de elucidar uma decisão e também a razão pelo qual essa decisão foi tomada, bem como a sua operacionalização e quais os resultados que foram gerados dentro de uma determinada circunstância.

O método de Estudo de Caso consiste em uma "(...) estratégia de investigação naturalística e flexível, mediante a utilização de múltiplos métodos (quantitativos e/ou qualitativos) e variadas fontes de evidências e informações, para descrever de forma intensiva e profunda um ou mais casos individuais" (SERRALTA; NUNES; EIZIRIK, 2011, p.504). Yin (2005) especifica ainda que ao se examinarem eventos contemporâneos onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, a estratégia escolhida deve ser o estudo de caso.

Para Avellar (2009), no âmbito da metodologia da pesquisa, o estudo de caso é a possibilidade de pesquisar e transmitir a singularidade de cada experiência clínica, valorizando o caráter unitário de um fenômeno por meio dos desdobramentos de uma análise e seu acompanhamento pelo analista, contribuindo para a construção teórica e técnica psicanálise.

3.3 Fonte de Dados e Cenário do Estudo

A amostra desta pesquisa foi composta por seis pais adotivos de diferentes regiões do território nacional que obtiveram acesso ao convite de pesquisa realizado por meio da divulgação em redes sociais e grupos de Whatsapp sobre adoção tardia. Esses participantes se candidataram de forma espontânea ao responder o formulário de convite de participação na pesquisa (anexo I). É importante ressaltar que todos os participantes se tornaram pais adotivos de forma regular pelo sistema nacional de adoção por meio de processo judicial tramitado e julgado e que todas as adoções foram realizadas com crianças acima dos dois anos de idade, o que caracteriza a chamada adoção tardia.

Conforme conceitua Barbosa (2006), tardio é um termo empregado na designação da adoção de crianças que possuem certa independência na satisfação das suas necessidades básicas e que já possuem a capacidade de se perceberem como um ser diferente do outro e do mundo. Corroborando, Mendes (2007) afirma que a adoção tardia é um termo utilizado para

se referir à adoção de crianças maiores de dois anos de idade e acrescenta ainda que do ponto de vista jurídico, essa adoção configura-se como qualquer outra, contudo sua denominação especial remete à existência de particularidades no processo.

Tabela 4 – Dados sociodemográficos dos participantes

Participante	Função Parental	Idade	Sexo	Etnia	Estado Civil	Escolaridade	Profissão atual	Nome do Filho(a)	Idade
Elaine	Mãe	41	Feminino	Branca	Casado	Ensino Médio	Autônoma	Rodolfo	15
Ricardo	Pai	43	Masculino	Parda	Casado	Ensino Médio	Gerentes de Vendas	Rodolfo	15
Rita	Mãe	58	Feminino	Negra	Casado	Ensino Superior	Psicopedagoga	Heitor Marcos	26 25
Ana	Mãe	41	Feminino	Parda	Casado	Ensino Superior	Técnica Administrativa	Mikaela	10
Janine	Mãe	43	Feminino	Parda	Casado	Pós-graduado	Administradora	Daniel	8
Carla	Mãe	45	Feminino	Branca	Casado	Ensino Superior	Advogada	Géssica	4
Ingrid	Mãe	41	Feminino	Parda	Casado	Ensino Médio	Artesã	Bruna	11

Fonte: Autora (2022).

Devido à adoção de medidas sanitárias rígidas de distanciamento social e a fim de garantir uma menor exposição dos participantes ao risco de contaminação, essa pesquisa necessitou se adaptar às novas formas de coletas de dados, contudo, pôde-se observar o benefício de maior alcance regional de participantes em face da utilização de tecnologias digitais de comunicação. Diante do exposto, esse estudo se deu por meio do ambiente virtual, mediante de videoconferência em sala privativa da plataforma Google Meet, onde a entrevista ocorreu de forma síncrona, com interação simultânea entre participante e pesquisadora.

A entrevista presencial é a estratégia mais utilizada na coleta de dados em pesquisas qualitativas, porém ela se tornou inviável com as medidas de isolamento, o que afetou consideravelmente a realização de muitos estudos acadêmicos em todo o mundo, fazendo-se necessário ampliar as estratégias de coleta de dados para contemplar adaptações e novos recursos que permitiram a continuidade das pesquisas, apesar da pandemia, ampliando assim o processo já emergente das conexões virtuais entre as pessoas (Schmidt; Palazzi; Piccinini, 2020).

Salvador (2020, p. 9) cita os benefícios da coleta de dados online:

(...) possibilidade de acesso a grandes amostras, de diferentes localidades; o baixo custo quando comparado com técnicas presenciais, tanto para o pesquisador quanto para os sujeitos estudados; e a neutralidade do processo de pesquisa, o que reforça a confiabilidade interna do estudo, uma vez que é possível coletar dados sem qualquer influência potencial do pesquisador.

Schmidt; Palazzi; Piccinini (2020) alertam ainda que no processo de escolha da plataforma virtual para a videoconferência, o pesquisador deve ponderar sobre as necessidades da pesquisa, a relação custo-benefício, a segurança do aplicativo, além do grau de dificuldade para acesso e familiarização com o aplicativo, pelo próprio pesquisador, mas, sobretudo pelos participantes.

3.4 Coleta e Organização dos Dados

Os pesquisadores de estudos qualitativos podem relacionar vários procedimentos interpretativos com a finalidade de obterem uma melhor compreensão do fenômeno. Com este propósito, a coleta de dados desta pesquisa foi elaborada utilizando-se a triangulação de dados, que possibilita conhecer o fenômeno de diversos pontos de vista.

Essa técnica procura desenvolver um novo olhar à pesquisa com a pessoa humana, percebendo-a como um ser pluridimensional que demanda do universo científico soluções mais abrangentes para compreensão da realidade do fenômeno que se deseja pesquisar (Flick, 2009). Yin (2005) recomenda a utilização da triangulação nos estudos de caso para confirmar informações obtidas, orientando que o pesquisador faça uma associação de múltiplas fontes de dados no estudo, formando linhas que convergem para um mesmo ponto de investigação. Por isso, os dados devem ser coletados em fontes distintas para a validação de um mesmo fenômeno.

Como triangulação, essa pesquisa utilizou os seguintes instrumentos: questionário sociodemográfico (anexo II), entrevista semiestruturada (anexo III) e procedimento Desenhos de Família com Estórias (DF-E) de Walter Trinca (2013).

3.4.1 Questionário sociodemográfico

O uso de questionários sociodemográficos possibilita apurar informações sobre um determinado grupo de pessoas e conhecer os perfis dos participantes. Neste questionário

foram coletadas informações como função parental, idade, sexo, etnia do participante, estado civil, escolaridade, profissão, renda familiar, entre outras (anexo II).

3.4.2 Entrevista Semiestruturada

Na pesquisa psicanalítica a entrevista assume um caráter gerador de subjetividades, pois o entrevistador toma a posição de detentor do saber e do poder, produzindo efeitos sobre o entrevistado. Silva (2013) acrescenta que por meio da participação ativa, o entrevistado pode exercer implicações sobre o entrevistador, quebrando suas convicções, ao falarem ou fazerem algo de forma inesperada. Esses acontecimentos relembram que nem sempre a pesquisa terá um caráter linear conforme o planejamento inicial e incita a necessidade de reavaliar e reconstruir o instrumento na medida em que a realidade do local e dos participantes se apresenta na coleta. Manzini (2004) corrobora afirmando que aquelas informações que forem surgindo em circunstâncias momentâneas à entrevista, mas que não faziam parte das questões norteadoras, também podem contribuir para o estudo e serem consideradas nas análises.

Com base nos objetivos da pesquisa, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada, com tópicos disparadores à temáticas como: A história familiar do adotante; O processo adotivo e o histórico da criança; O filho imaginário e o filho real; As primeiras experiências da criança com a família adotiva; Parentalidade, entre outras (anexo III).

Na realização das entrevistas, inicialmente explicou-se ao participante o objetivo da pesquisa, buscando uma maior profundidade no diálogo. O envolvimento dos entrevistados com a pesquisa se deu por livre disponibilidade e, na medida do possível, buscou-se um aprofundamento das questões. As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente, a fim de serem analisadas em toda sua extensão.

3.4.3 Procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E)

O procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E) é uma técnica não estruturada proposta pela Psicanálise, fundamentada no método da associação livre, que oferece a liberdade de criar e associar (ARAÚJO, 2007). Trata-se de uma variação do Procedimento de Desenhos-Estórias (D-E) criado em 1972 por Walter Trinca na Universidade de São Paulo. O D-E consiste em uma técnica de investigação composta por desenhos livres

que servem de estímulos de apercepção temática, em função das necessidades de conhecimento da dinâmica psíquica, seja no diagnóstico psicológico ou na psicoterapia (TRINCA, 2013).

A utilização da técnica DF-E nesta pesquisa tem por finalidade a detecção de processos e conteúdos psíquicos de natureza consciente e inconsciente, relacionados aos objetos internos e externos que dizem respeito à dinâmica da família. Os participantes realizaram quatro desenhos de famílias e contaram uma história livre, associada a cada desenho, logo após a realização de cada um. Tendo concluído o desenho e a respectiva história, o participante forneceu à pesquisadora esclarecimentos (fase de “inquérito”) e o título.

Cada desenho de família teve uma instrução definida e uma ordem regular no processo de aplicação:

- 1) Desenhe uma família qualquer;
- 2) Desenhe uma família que você gostaria de ter;
- 3) Desenhe uma família em que alguém não está bem;
- 4) Desenhe a sua família.

O processo metodológico proposto por Trinca busca compreender de maneira ampla os conteúdos que emergem, acessando aspectos importantes como o modo que o sujeito conceitua o tema família, quais os valores que são atribuídos à família, quais os papéis que emergem aos membros familiares, quais expectativas e grau de envolvimento a respeito desses membros, qual seu grau de envolvimento ou distanciamento para com seu próprio *self*, quais as dificuldades, limitações e expectativas frente ao tema família.

Tomando como base a proposta winnicottiana, Trinca (2013) reforça ainda que os desenhos não funcionam apenas como suporte para as histórias contadas, mas são elementos de imaginação e impulso criativo. Dito isto, ele destaca a importância de que esse procedimento seja aplicado por psicólogos preparados para tal finalidade, assegurando responsabilidade e respeito aos conteúdos expressos, pois enxerga a interpretação do DF-E como um fenômeno transicional de Winnicott, reconhecendo o sentido terapêutico que se produz em contato com o outro (1975 apud TRINCA, 2013, p. 280).

3.4.4 Procedimentos da coleta de dados

O recrutamento dos participantes foi realizado mediante um convite virtual no formato de Formulário do Google, divulgado nas redes sociais por meio do compartilhamento do link, no qual a pesquisa foi devidamente apresentada. Os pais interessados em participar da pesquisa responderam ao formulário e foram contatados de forma individual, por telefone.

A partir desse contato, foi combinado um encontro individual de forma virtual para realização da entrevista. Antes do início da coleta de dados, foi enviado ao Whatsapp do participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no formato de link da plataforma de assinaturas digitais de documentos e contratos, *Autentique LTDA* (www.autentique.com.br), para devida anuência. Todos os arquivos enviados para o Autentique são privados e de propriedade das partes destinatárias do documento, as informações cadastrais são confidenciais e só podem ser consultadas judicialmente ou mediante requisição de seu titular. Estes documentos não podem ser utilizados pelo Autentique para qualquer finalidade sem autorização prévia da parte criadora do documento.

Após leitura e assinatura do TCLE, os participantes também receberam via Whatsapp o link para responderem ao questionário sociodemográfico, realizado no formato de Formulário do Google. Por fim, a pesquisadora encaminhou o link de acesso à sala de videoconferência para realização da entrevista virtual e procedimento DF-E.

As entrevistas no Google Meet foram gravadas e tiveram cerca de 2h30m de duração. Após o término, os participantes enviaram por Whatsapp as imagens dos desenhos que realizaram durante a videoconferência com as orientações da pesquisadora.

Foram realizados os downloads de todos os arquivos para o computador pessoal da pesquisadora, um dispositivo eletrônico local, cujo acesso é restrito pelo uso de senha e posteriormente os dados foram deletados da plataforma e do aplicativo, assegurando o sigilo e a confidencialidade das informações dos participantes da pesquisa.

3.5 Análise dos Dados

Esta pesquisa fundamentou-se no referencial teórico psicanalítico de Winnicott para produção e análise dos dados coletados, bem como, utilizou-se também da técnica de análise de conteúdo de Minayo (2004), mais especificamente, as categorias temáticas para tabulação dos dados. Operacionalmente, segundo Minayo (2004) a análise temática de conteúdo

acontece por meio das etapas de pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/interpretação.

Na primeira etapa, pré-análise, foi realizada uma leitura flutuante, onde se manteve o contato direto e intenso com o material coletado para a constituição do *corpus*, formulação e reformulação de hipóteses e posteriormente a elaboração de indicadores que fundamentaram a interpretação final. Na exploração do material houve a identificação das expressões/palavras significativas dos entrevistados em função das quais foram formadas as categorias.

A análise dos desenhos, bem como das produções narrativas a partir do procedimento DF-E foi realizada segundo as recomendações de Trinca (2013). Essa análise possibilitou a compreensão de aspectos subjetivos da personalidade dos indivíduos por meio da relação entre a história contada pelo participante, com o título do desenho, o conteúdo subjetivo produzido no desenho e com as indagações realizadas pela pesquisadora na fase de inquérito por meio da utilização de questões norteadoras:

- 1) Qual é o ideal de família considerado?
- 2) Há uma representação da criança adotada?
- 3) Há uma representação do filho imaginário?
- 4) Há divergências entre a família que gostaria de ter e a família real? Quais?
- 5) Há algum conflito relacionado ao processo adotivo representado no desenho? Como está representado?
- 6) Na 3ª unidade de produção, o personagem que “não está bem” tem relação com o processo adotivo? Qual o significado desse problema apresentado por meio do personagem?
- 7) A afetividade parental está expressa nos desenhos? De que forma?
- 8) Há informações omitidas sobre a família real? Quais?

4 RESULTADOS

4.1 Estudos de Casos

4.1.1 Caso 1 – Adotante: Elaine / Adotado: Rodolfo

4.1.1.1 Caracterização do perfil sociodemográfico

Elaine possui 41 anos, é do sexo feminino e se declara de cor branca. É casada, sua escolaridade completa é o Ensino Médio e sua profissão atual é autônoma em vendas de roupas. Atualmente reside com seu esposo e seu filho em uma cidade do Nordeste do Brasil. A renda familiar é de 3 a 6 salários mínimos e é composta a partir do trabalho de Elaine e do esposo Ricardo. O casal não possui filhos biológicos.

4.1.1.2 Entrevista Semiestruturada

Elaine se tornou mãe em 2018, com a adoção de uma criança chamada Rodolfo, de etnia negra, do sexo masculino, que na época possuía 12 anos de idade. Atualmente Rodolfo possui 15 anos.

Elaine é a filha mais velha de 3 irmãos e seus pais são divorciados. Sobre a sua infância conta que era muito apegada ao pai, apesar de ter convivido pouco tempo com ele. Mas aos 5 anos, sofreu uma decepção muito grande quando ele abandonou sua mãe por outra mulher e constituiu nova família. O pai não deu assistência para a mãe que possuía três filhos e nesse momento ela se emociona ao recordar o sofrimento que a mãe viveu. Hoje não tem contato com o pai, tentou na adolescência, mas a relação não evoluiu, porém afirma que a adoção do seu filho está possibilitando rever a situação do pai de outra forma, ela tem trabalhado esse conteúdo em terapia com uma psicóloga. “A chegada do Rodolfo, posso dizer transformou minha vida emocional completamente... ele chegou com tudo” (SIC). Já com a sua mãe, afirma que a relação era muito boa. “Eu queria ser a filha perfeitinha, que não desse problema para minha mãe. Sempre fui muito apegada a ela” (SIC). Após abandono do pai, a mãe precisou deixar os três filhos com a avó materna para trabalhar em outra cidade. Casou-se novamente com outro homem que assumiu esses três filhos. O padrasto os tratava muito bem e Elaine tinha boa relação com ele.

Elaine possui histórico de adoção na família: sua avó adotou uma criança, uma tia adotou duas crianças e a outra tia adotou três crianças. “Pra mim é tão comum, que às vezes eu até esqueço que esse meu tio foi adotado... nem lembro” (SIC). Sobre a sua maternidade, ela afirma que a ideia da adoção surgiu após inúmeras tentativas frustradas de gestação biológica, quando chegou a perder um bebê. Ressalta que esse momento a fez sofrer muito e que a partir de então decidiram não tentar mais gestações e investir na adoção. Hoje ela não tem mais o desejo de ter um filho biológico. “Me vejo grávida porque estou novamente na fila de adoção, dessa vez à espera de uma menina” (SIC).

Como expectativa sobre a adoção tardia, Elaine afirma que já sabia que não seria fácil a partir da experiência trocada com os grupos de apoio à adoção. Mas confessa que não estava preparada para o Rodolfo, estava imaginando uma criança de quatro anos. “Não achei que seria tão difícil como foi. Uma criança de quatro anos teria sido bem mais fácil. Fizemos parte de grupos de apoio, grupos terapêuticos, fizemos muitas leituras como preparação. Eu acho que se eu tivesse adotado realmente uma criança de quatro anos teria sido bem mais fácil. O desgaste seria físico” (SIC). Ela acredita que a adoção do Rodolfo é bem mais complicada do que outros casos, pois haviam detalhes da história da criança que eles não tiveram conhecimento antes da adoção, no período de apadrinhamento ou estágio de convivência e nem a própria instituição de acolhimento tinha. Rodolfo só revelou após a adoção. “Ele viveu em situação de rua, viveu e presenciou muita violência” (SIC).

Inicialmente o perfil adotivo escolhido por Elaine e Ricardo era de 0 a 4 anos, mas após a participação nos grupos de apoio, eles repensaram e alteraram o perfil, expandindo a faixa etária. Mas a principal razão para essa expansão foi conhecer o Rodolfo em um evento promovido pelo grupo de apoio, ocorrido na instituição de acolhimento no dia das crianças. Ela conta que estava aberta a dar atenção a todas as crianças independentemente da idade. “Eu não fui lá para escolher uma criança, eu fui lá para conhecer as crianças e ver a realidade delas” (SIC).

Durante a festa uma das cuidadoras sugeriu que eles apadrinhassem o Rodolfo, naquela época com dez anos, porque percebeu que eles sempre estavam próximos e em contato com a criança nos eventos. Então realizaram toda a burocracia do apadrinhamento legal e começaram a conviver com Rodolfo, levando-o para casa e realizando passeios nos finais de semana.

Até que uma mudança na lei impediu esse apadrinhamento para pessoas que estivessem na fila de adoção. “E aí foi muito triste pra nós” (SIC). “Meu marido ficou

desesperado e disse: Como que nós vamos fazer agora? Não tem como cortar o vínculo com ele assim!” (SIC). “E aquilo nos doeu bastante” (SIC). Então decidiram entrar com o processo de adoção para o Rodolfo e concomitante iniciou-se o processo de destituição familiar dele, o que também impedia a continuidade do apadrinhamento.

Nesse momento ela relata que viveram seis meses de muito sofrimento, pois foram proibidos pela instituição de manter contato com a criança. Eles só tinham notícias a partir das cuidadoras, que só agravavam o sofrimento trazendo as falas do Rodolfo sobre fugir da instituição. Toda essa convivência do apadrinhamento foi muito importante para o processo adotivo, pois isso contribuiu para formação de vínculo com o Rodolfo. “Esse carinho que já tínhamos por ele, facilitou muito. Caso contrário nem teríamos mudado o perfil adotivo” (SIC).

O processo de habilitação para a adoção do Rodolfo durou aproximadamente seis meses e Elaine descreveu a primeira visita de pretendentes a pais adotivos do Rodolfo como “incrível”, pois o Rodolfo não sabia que aconteceria esse encontro. “Ele abriu um sorriso lindo, quando chegou em casa em definitivo. Quando ele chegou de vez, misturou todas as emoções... Foi muita alegria, pois quantas vezes entramos no quarto e olhamos que esse quarto continuava vazio... e nada... e nada. Mas também foi muita dor, porque ele sofria muito com a história passada, os pesadelos. Foi o medo, por causa da responsabilidade porque agora não tem volta, mesmo que ele queira, não tem. Mas nunca fantasiávamos muita coisa pro Rodolfo não. Nunca foi conto de fadas. Foi de muita dor. Felizes ficamos, mas foi de muita consciência da responsabilidade de que nós tínhamos que ajudar o Rodolfo no processo de cura dele e também para o nosso próprio processo” (SIC).

Elaine afirma que não viveu aquele processo inicial da adoção que algumas famílias relatam de diversão e de curtir o filho que acaba de chegar. “Nos sentíamos cobrados pela vara da infância para oferecer ao Rodolfo tudo que ele necessitava. Quando o Rodolfo começou o processo terapêutico, os traumas dele eram muito profundos, na hora de dormir ele deitava no colchão no nosso quarto e chorava e pedia pra morrer. A mãe dele biológica faleceu, ele presenciou morte dela. Ele viu a morte de alguns irmãos na rua, na violência, trocando tiros com a polícia, tinha 17 irmãos. Eu me deitava a noite e tinha medo do Rodolfo se suicidar. Ele estava em um profundo processo de depressão. Ele precisou tomar medicações. Ele estava feliz com a adoção e tinha um carinho imenso por nós, mas é como se alguém dissesse pra ele que ele tinha que esquecer tudo que passou. Ele teve que lidar com tudo isso” (SIC).

Elaine diz que Rodolfo contava as histórias sobre seu passado e que isso machucava muito a ela, ao marido e ao próprio também. “Nos causava raiva da família de origem. Ele questionava por que que não viveu isso antes, porque não foi adotado pequeno, porque não nasceu da nossa família. Hoje é que eu vejo meu filho diferente. A chegada dele foi de muita dor e medo e de muita confusão emocional sabe” (SIC).

Sobre o relacionamento do Rodolfo com a família extensa, Elaine conta que a sua relação com a irmã foi abalada pela chegada dele. “No início ela incentivava a adoção do Rodolfo, mas depois deixou de ser aquele meu apoio e virou críticas. Ela julgava o processo terapêutico do Rodolfo como besteira e não permitia a aproximação dele com as minhas sobrinhas. Eu pensei que ela seria a pessoa que me daria apoio nesse processo sabe... Acho que entrou o preconceito dela e do marido dela, com as histórias de vida do Rodolfo que assustavam as pessoas, porque eram sofridas. Ela dizia: esse menino vai ser um marginal. Um dia ela o chamou de negrinho do pastoreio e eu não gostei” (SIC). Rodolfo não aceitava a irmã de Elaine como tia. Elaine chegou a romper relações com a irmã por Rodolfo. Hoje tenta aos poucos recuperar essa relação. “Hoje estamos começando a respirar, antes não deu pra curtir e ter aquela leveza. Acabei tendo que olhar também para as minhas expectativas, para as minhas dores também. O processo de adoção dele despertou um processo de mudança em nós três” (SIC).

Quando indagada sobre o filho imaginário, ela responde “Eu imaginava uma criança até 4 anos de idade, alegre que ia bagunçar muito, dar muito trabalho. Mas uma criança normal” (SIC). Durante a entrevista, Elaine se refere ao Rodolfo como uma criança disfuncional por três vezes. Ela diz que ele era um menino totalmente disfuncional. “Ele fazia comparações da família de origem pra nossa família, ele sentia que não tinha direito, não se sentia merecedor da nossa família” (SIC). E nesse momento ela relata que sentiam muita raiva da família de origem por ter causado tanto sofrimento ao Rodolfo, ao ponto de ele precisar de terapias com psicólogos e psiquiatras. Rodolfo chegou a receber um diagnóstico de Boderline pela psicóloga e de Bipolar pelo psiquiatra.

“Ele cresceu muito aqui conosco, ele desenvolveu, agora está forte, saudável mentalmente, ele aprendeu a ler e escrever aqui conosco, no abrigo ele frequentava a escola, mas só frequentava, não estudava, hoje ele é outra pessoa. Ele não acreditava no seu próprio potencial. Ele era muito infantil, hoje ele é um rapaz enorme, 1,70 cm, auto estima melhorou muito. Por isso que eu digo que agora a gente começa a ter mais leveza na nossa relação. Eu sentia amor pelo meu filho no início? Sempre senti, mas muita responsabilidade também

sabe... até de me cobrar se realmente nós estávamos fazendo a coisa certa pra ele, oferecendo o que ele precisava” (SIC).

Conforme o depoimento da mãe, Rodolfo nunca foi uma criança de muito contato, não é muito de falar, ele ouve, mas não se expressa muito, ele quer muito agradar ao outro e tem medo de machucar as pessoas. “Ele não expressa seu afeto por palavras, mas com gestos... traz uma água, chama para assistir um filme, gestos sutis. Às vezes um abraço. Ele não é de pedir afeto” (SIC). Atualmente, no terceiro ano de convivência a mãe afirma que Rodolfo já consegue chegar, beijar, cheirar, encostar a cabeça e abraçar, entretanto, não é muito frequente. Elaine ressalta “Ele ainda diz que não ama ninguém. Mas eu acho que é coisa de adolescente mesmo” (SIC). Sua atividade preferida é assistir TV, séries, filmes. Os três assistem juntos e esse é um momento reservado para a família, conta Elaine.

Sobre sentir-se mãe, ela relata que Rodolfo já a chamava de mãe desde as visitas na instituição, mas somente agora ela sente que é real. “Me senti mãe verdadeiramente em todas às vezes que ele precisou de mim, nos momentos de dor, onde chorei com ele e escondida dele. Me senti mãe dele na última crise que ele teve onde precisei passar o dia todo com ele, deitada na cama, segurando ele. Foi um processo complicado, que doeu, mas tudo isso ajudou o nosso vínculo, nos aproximou. Ele é filho! Eu não consigo me ver mais sem ele” (SIC). “O processo foi lento de me tornar mãe dele, foi na convivência, vendo as dores dele, eu preciso cuidar dele, preciso proteger ele. Foi um passo de cada vez” (SIC).

Como mãe, Elaine aparenta ser muito exigente consigo, sempre muito preocupada com as necessidades do filho, reforça que tem que melhorar e evoluir para ele. “Antes de adotar eu achava que ia ser uma mãe super legal, mas hoje vejo que não sou incrível e que estou em processo de melhoria pra ele” (SIC). Para ela, ser mãe, é cuidar, zelar, apoiar, libertar, deixar livre. É não achar que tem o controle de tudo. É descobrir que os filhos têm os próprios desejos e sonhos e ajudá-los nesse processo. “É o que tenho tentado com o Rodolfo... que ele possa prosseguir sem olhar pra trás” (SIC).

Hoje Elaine faz parte da organização de um grupo de apoio a pais pretendentes à adoção. Sobre o futuro, ela deseja ter mais um filho adotivo, sendo desta vez, uma menina de 4 a 6 anos. Ressalta que talvez mudem o perfil adotivo para 4 a 8 anos, a fim de que a criança possa acompanhar o Rodolfo em convivência, pois ele está na expectativa dessa irmã adotiva.

4.1.1.3 Procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E)

Figura 4 – Desenho “Uma família qualquer” de Elaine



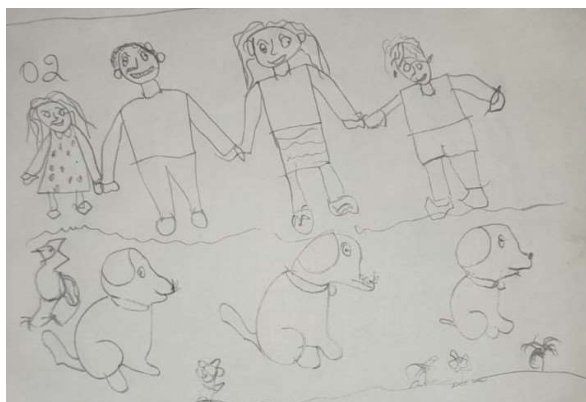
Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Título do desenho: “Os solitários”.

História: “Eram dois jovens que se conheceram e casaram e permanecem só eles dois”. Quando indagada sobre quem são esses personagens na história, ela responde: “Na verdade eu fiz uma família qualquer, mas eu acho que eu vejo eu e o Ricardo sabe, tava faltando algo nessa família” (SIC).

Elaine sorri e complementa “Tem um período que você constitui família que você passa a achar que precisa de algo mais além do casal, já viveram tudo e agora precisa aumentar as raízes, acho que é isso” (SIC).

Figura 5 – Desenho “A família que gostaria de ter” de Elaine



Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Ao ouvir o tema do segundo desenho, Elaine sorri, começa a desenhar e comenta “Ah, esse é fácil! Aqui nessa família tem espaço pra muita coisa, aparece tudo nessa família, passarinho, cachorro, tá quase completa, só falta a filha” (SIC).

Título do desenho: “Família Multicor, multiforma, várias formas”.

História: “Era um casal que resolveu ampliar e por não ter conseguido de forma biológica, não achou tão importante esses laços sanguíneos e resolveu ser pai e mãe de uma forma né... Através da adoção. E foi ampliando. Adoção aqui até os cachorros. É uma família feliz, tem os beija-flor, as plantas que também fazem parte da família.” (SIC).

Elaine justifica a escolha do título dizendo “Na família não precisa ser todo mundo igual, só precisa ser. A gente se aceita, vai se encaixando. Uma família leve, não tem um molde específico pra ela ser. E a gente vai trabalhando as diferenças e vivendo” (SIC).

Figura 6 – Desenho “A família em que alguém não está bem” de Elaine



Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

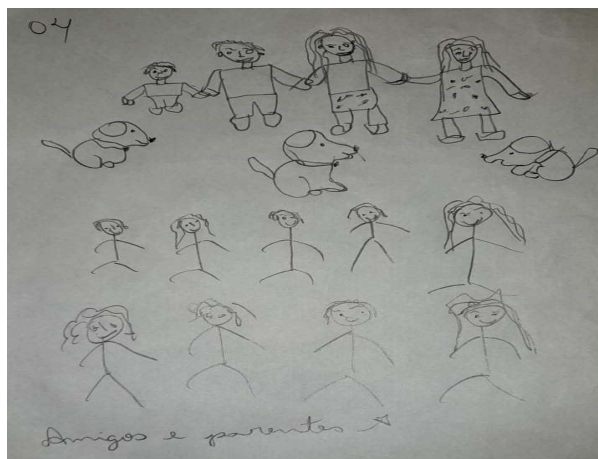
Enquanto desenhava Elaine falava “Alguém sozinho, distante dos demais sem ninguém. Porque mesmo sendo alguém sozinho, é uma família no meu ponto de vista, consegue ser uma família sabe” (SIC).

Título: “Solitário”.

História: “Alguém que tinha pai e mãe, mas nunca fez parte, nunca foi... nunca fez parte dessa família. Na verdade toda família estava só, na verdade juntos, mas divididos. Um garoto que fazia parte de uma família grande, família enorme, mas que não tinha amor, não tinha zelo uns pelos outros” (SIC).

E ao final da história, quando perguntada se esse desenho tinha relação com a família biológica de seu filho adotivo, ela responde “Sim, sim! Isso, quando você pediu pra fazer esse desenho nesse tema, me veio o meu filho na família biológica. Era uma família grande, mas nunca teve paz, não sei, é como se fossem animais quando parem os filhotes, um cachorro cruza com a cadela e vai embora e ali não tem sentimento, não tem nada. A cadela cuida por um tempo e depois abandona. Não tem vínculo. É como se fosse realmente animais. Mas é complicado de dizer isso, porque querendo ou não meus animais tem sentimento por mim. Eu não consigo compreender o porquê. Mas hoje também não consigo condenar” (SIC).

Figura 7 – Desenho “A sua família” de Elaine



Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Ao ouvir o tema do quarto desenho Elaine sorri e diz “Eu achava que já tinha desenhado a minha família, tudo se encaixa na minha família, o segundo desenho é a minha família. É uma repetição. Só que agora dá pra aumentar mais ainda, colocando minha família por parte de mãe, minha irmã, a minha família são todos. É engraçado eu pensei na minha família, na família do meu esposo pra desenhar, mas tinha esquecido do meu pai e agora veio o meu pai na minha cabeça” (SIC).

Título: “União de uma família”

História: “Dois jovens que se conheceram e resolveram casar, juntou toda a família, fizeram uma festa e depois de um tempo decidiram ter filhos e tiveram dois filhos e três cachorros e viveram felizes” (SIC).

4.1.1.4 Considerações sobre os Desenhos

Nas produções de Elaine a representação de família é demonstrada por meio da família nuclear. Ela desenha e narra histórias tanto da família nuclear, quanto extensa e demonstra por meio das verbalizações, o significado de família como um lugar de felicidade, união, proteção e apoio.

No primeiro desenho, Elaine apresenta uma família constituída apenas por ela e seu esposo, porém verbalmente destaca que faltava algo para completar essa família, se referindo ao filho adotivo. Na consigna seguinte já representa a família com a inclusão do filho adotivo e também da outra criança que pretende adotar no futuro, revelando a satisfação com processo adotivo e o desejo em repeti-lo. Posteriormente esses personagens se unem às figuras que

retratam sua família natural e também a família natural do seu esposo, sendo destacada a ausência do seu pai nesse último desenho devido ao processo de abandono paterno vivenciado durante a infância. Figuras de animais domésticos também foram utilizadas para expressar felicidade e completude.

Sobre a adoção, por meio das produções é possível observar que Rodolfo está presente em quase todos os desenhos e sempre próximo aos pais, de mãos unidas. De uma forma geral é retratado com semblante feliz, salvo na terceira consigna, “desenhe uma família em que alguém não está bem”, onde foi representado por meio de um menino chorando. No inquérito Elaine demonstra toda a sua indignação e explica que esse desenho representa o sofrimento que Rodolfo viveu na sua família de origem. Não há a representação dos pais biológicos do Rodolfo, pois essa foi a forma mais genuína que Elaine encontrou de retratar o abandono parental. Ademais, nas produções ficou evidente a valorização de Elaine pelas questões afetivas, pelos vínculos familiares e relações de proteção, cuidado, apoio e respeito entre os membros da família nuclear e extensa.

4.1.2 Caso 2 – Adotante: Ricardo / Adotado: Rodolfo

4.1.2.1 Caracterização do perfil sociodemográfico

Ricardo possui 43 anos, é do sexo masculino e se declara de cor parda. É casado, sua escolaridade completa é o Ensino Médio e sua profissão atual é gerente em vendas. Atualmente reside com sua esposa e seu filho em uma cidade do Nordeste do Brasil. A renda familiar é de 1 a 3 salários mínimos e é composta por meio do trabalho de Ricardo e da esposa Elaine. O casal não possui filhos biológicos.

4.1.2.2 Entrevista Semiestruturada

Ricardo se tornou pai em 2018, com a adoção de uma criança chamada Rodolfo, do sexo masculino, de etnia negra, que na época possuía 12 anos de idade. Atualmente Rodolfo possui 15 anos. Ricardo, é o mais novo de 6 filhos biológicos. Seus pais eram casados e afirma que teve uma infância saudável, apesar da necessidade de trabalhar logo cedo, ainda adolescente, para compensar as consequências oriundas de um pai que fazia uso excessivo de bebida alcóolica. “Minha mãe criou a gente com mais esforço do que meu pai. Ela estava

sempre presente, muito protetora. Meu pai teve grandes ausências em nossas vidas porque ele era alcóolatra. Ficou um vazio muito grande sabe... e eu tento não levar isso pra minha vida com minha família” (SIC).

Quando casou, Ricardo idealizava uma família grande, mas as tentativas de ter um filho biológico falharam, chegando a perder um bebê. “Foi então que mergulhamos de cabeça na adoção. Elaine estava à frente de tudo, corria atrás de tudo. Buscava as informações e me informava. Entramos na fila de adoção com a intenção de uma criança novinha de 3 anos. Mas começou a ser um processo demorado” (SIC).

Sobre a sua expectativa em relação à adoção tardia, Ricardo afirma que tinha muito medo e que teve que enfrentar o desconhecido. “Existe um mito terrorista que fala sobre a adoção tardia de crianças. Isso aí assusta mesmo! Então a gente entrou num universo, no universo do Rodolfo que fez a gente olhar pra gente mesmo... pra saber se valia a pena encarar essa possibilidade que o pessoal aterrorizava, porém, que desconheciam completamente! Quando a gente começou a entender que a inquietação ali do pessoal que era totalmente motivada por ausência de realidade... a gente viu que não tinha nada a ver. E no dia a dia a gente percebeu que não existe terror nenhum” (SIC).

Em se tratando de preparação para adoção, Ricardo informou que participou de grupos de apoio e do curso obrigatório ofertado pelo sistema de adoção e ressaltou “Tentamos ter um preparo, mas quando Rodolfo veio, a gente viu que não estávamos tão preparados quanto precisávamos. Ele veio muito desconfiado, adolescente já é cheio de coisa na cabeça né... então ele sentiu muita desconfiança, muito tímido, muito fechado. Pra quebrar esse gelo tentamos diversas vias, algumas coisas deram certo, outras tivemos que ser mais criativos. Não foi um processo rápido, foi lento. Na adoção tardia a adaptação é mais demorada” (SIC).

Ricardo destacou sua indignação com o processo de habilitação, que segundo ele, durou aproximadamente 3 anos. “É uma tortura, você se sente abandonado em relação ao sistema. Você fica esperando uma ligação eternamente. Hoje você tem mais apoio nos grupos, do que no sistema” (SIC). Durante essa espera, sua esposa realizou algumas visitas na instituição de acolhimento junto com a irmã e lá conheceram o Rodolfo. “Elaine conheceu o Rodolfo antes de mim e chegou em casa toda empolgada dizendo que queria apadrinhar ele. E assim fizemos. E fomos criando uma relação com ele. Mas após a mudança da lei, não podíamos mais continuar como padrinhos do Rodolfo. E aí... como é que a gente diz pro Rodolfo que não podemos mais visitar ele? Estar com ele? Levar ele aos finais de semana conosco?” (SIC).

Diante desse afastamento obrigatório, resolveram realizar a mudança do perfil adotivo, aumentando a idade com a finalidade de adotar o Rodolfo e permaneceram aproximadamente 5 meses sem vê-lo. “Estávamos proibidos tanto pela mudança da lei, quanto pelo processo de destituição familiar que havia se iniciado. Foi um período tão apagado esse para o nosso relacionamento com ele sabe... foi ruim. A gente compreendia que tinha que haver o processo, mas não compreendíamos porque demorava tanto” (SIC).

Ricardo e Elaine descobriram que processo de destituição familiar estava demorando muito mais do que o normal, porque Rodolfo ainda possuía uma tia que realizava uma visita anual na instituição de acolhimento, fato que atrapalhava o processo de destituição dele. “Realizamos muita pressão no pessoal do fórum, marcamos em cima, até que chegou um período que finalmente nos liberaram pra fazer uma visita com pretensão de trazer o Rodolfo. E foi uma alegria só! Depois disso, foi bem rápido. Mais uns 3 meses e já trouxemos ele pra casa.” (SIC).

Quando Rodolfo chegou em casa de forma definitiva, Ricardo se sentiu aliviado e ao mesmo tempo sentia também um grande medo de falhar. “Eu realmente naquele momento, já me senti Pai, já me descobri com todos os medos e todos os despreparos possíveis. Pronto, pensei... ele é nosso! E o momento que completou essa trajetória toda foi quando ele estava com a nova certidão em mãos e aí a gente falou... pronto agora tá consumado e agora não tem mais volta” (SIC).

O processo de adaptação de Ricardo à paternidade também foi lento, pois havia por parte dele um receio de que Rodolfo desistisse de ser adotado e quisesse voltar para a instituição. “Eu tive que tentar conquistar o Rodolfo, mas conquistar como pai, não como um tio do abrigo. Tive que substituir uma figura que já havia existido pra ele, já tinha uma projeção dessa figura. Teve momento que eu pensava que tava tudo bem e ele dava uma regressão e ficava mais isolado, mais na dele, sem querer se abrir mais e eu pensei... poxa vou ter que começar tudo de novo, nesse novo Rodolfo, porque ele tava mudando. A cada dia que passa ele vem mudando. A gente conseguiu realmente conquistar o coração do Rodolfo, teve muitos altos e baixos, teve momento que eu achei que tava forçando a barra com ele, que não era o que ele queria. Quando eu tava pra baixo a Elaine me levantava, e vice-versa. Hoje a gente vê que valeu muito a pena porque hoje o que ele demonstra pra gente e pela gente é um sentimento que não dá pra descrever, é realmente pai, mãe e filho mesmo” (SIC).

Como dificuldades no processo de formação de vínculo, Ricardo destaca a falta de vivência das fases iniciais da vida da criança. “A gente ficou tentando recompensar essas

fases e até a gente entender que a gente não tinha que recriar essas fases, mas sim criar novas fases pra ele, sofreros bastante... todos” (SIC).

Sobre o filho imaginário, Ricardo menciona “Eu imaginava uma criança de 3 a 5 anos, aprendendo as palavras. Uma criança que a gente fosse cortar o cabelo naquelas cadeirinhas sabe... Imaginava uma criança disciplinada. A gente sempre teve essa projeção que seria uma criança fácil de disciplinar” (SIC). E quando indagado sobre o filho real, ele responde: “O Rodolfo é um garoto disciplinado, bem educado, sorridente, brincalhão, respeitador. É muito bacana ele! Inteligente pra caramba, muito tímido mesmo, na dele. Mas é o jeito dele, que temos que conviver e ver que é a personalidade dele. Não me arrependo em momento nenhum. Pelo contrário, é bastante prazeroso, me sinto orgulhoso do Rodolfo” (SIC).

Ao ser indagado sobre seus sentimentos quando Rodolfo fala sobre a família biológica, Ricardo afirma que não gosta de ouvi-lo falar. “Eu sei que é coisa que ele tem que conviver, não quero tirar isso dele, mas eu não gosto. Não vejo motivos, não aceito motivos, de abandonarem ele à própria sorte. Não acho digno de um ser humano. Eu não conviveria com pessoas assim” (SIC).

Em relação à família extensa, Ricardo se surpreendeu com a recepção de seus familiares “Eu tinha receio que a minha família fosse ser objetiva demais, mas foi muito interessante, pois foram bem receptivos. Já a irmã da Elaine, já conhecia o Rodolfo. Ele tinha um convívio maior com a família dela. Foi bem bacana mesmo” (SIC).

Ricardo relata que expressa afeto pelo seu filho por meio do contato, do toque, dos momentos de convivência quando chega do trabalho e da participação nas atividades que Rodolfo mais gosta de fazer, como jogos. Ricardo afirma que Rodolfo retribui ao afeto da mesma forma e destaca ainda que ele lhe permitiu construir essa imagem de pai. “O primeiro passo foi dele. Antes de vir pra casa ele já me chamava de Pai. Antes de eu tentar ele já estava aceitando. Ele é mais de toque do que eu. Ele tava muito carente” (SIC).

No quesito Escola, o Rodolfo surpreendeu positivamente ao pai, pois no período da instituição, ele mal frequentava a escola, não estudava regularmente, não havia incentivo. “Quando chegou, ele mal sabia ler e escrever. Mas ele se superou, apesar da pandemia, da ausência de aulas, ele aprendeu. Ele tem muito bom raciocínio de matemática viu! Quando saiu da fase de criança para adolescência, ele deu um bum. Ele está quase no mesmo nível de uma criança que não sofreu atraso escolar.” (SIC).

Em relacionamentos externos à família, o pai alega “Rodolfo é uma criança muito reservada para novas amizades. Ele ainda alimentou por muito tempo, o relacionamento com

primos e irmãos biológicos mais velhos que moravam na rua e também com algumas crianças do abrigo. Pra ele o mundo era aquele lá. Então não procura mesmo novas relações” (SIC).

Ao final, Ricardo foi indagado sobre o significado da paternidade pra ele. “Hoje eu acho que nasci pra isso. Hoje é um dos sentidos que eu tenho na vida. Eu não conseguiria deixar de ser pai. Não me vejo mais como outra pessoa agora. Talvez eu sempre tenha tido isso e nunca tive a oportunidade pra saber o quanto eu tinha carência disso. Eu me sinto completo” (SIC).

4.1.2.3 Procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E)

Figura 8 – Desenho “Uma família qualquer” de Ricardo



Fonte: Imagem fornecida pelo participante (2022)

Título: “Família Base”

História: “Essa é uma família base, porque é onde a família que eu tive, onde começou tudo, a união, o respeito, a colaboração entre si, apresentação do significado de amor de família. Nessa figura, nessa família, estamos a minha mãe, meus irmãos e eu. Coloquei a ausência do meu pai, porque nessa família base eu senti essa carência. Então pra essa questão da colaboração, da felicidade, de tudo, eu não senti. Eu tô tentando botar no papel que ele não está presente nesse momento, no que me fortaleceu como base” (SIC).

Figura 9 – Desenho “A família que gostaria de ter” de Ricardo



Fonte: Imagem fornecida pelo participante (2022)

Título: “Família Real”

História: “Essa família é a que nos estamos formando, eu a Elaine e o Rodolfo e a que está pra chegar também que é a nossa outra filha. Nela está incluso a gente no lazer com os três cachorros que são os xodós da família também” (SIC).

Quando indagado se desejava acrescentar algo a mais, Ricardo responde “Eu imagino que a gente ainda vai viver muito essa experiência que está nesse desenho” (SIC).

Figura 10 – Desenho “A família em que alguém não está bem” de Ricardo



Fonte: Imagem fornecida pelo participante (2022)

Título: “Família de Esquecimento”

História: “Uma família que se esquece de perceber o outro. As pessoas vão se isolando cada vez mais umas das outras e acabam esquecendo” (SIC).

Quando solicitando a explicar a cena exposta no desenho, Ricardo explica “Coloquei nessa folha um desenho que tem uma tv, um celular, uma pessoa só sem atenção e outra bem

esquecida, bem mais distante ainda, num canto, como se tivesse vendo uma triste realidade no celular, que não sei descrever o que seria, mas que existe” (SIC).

Figura 11 – Desenho “A sua família” de Ricardo



Fonte: Imagem fornecida pelo participante (2022)

Título: “Família Atual”

História: “É uma família que tá se descobrindo bem forte dentro de projetos. Que a gente tá admirando as conquistas as idealizações do Rodolfo, os processos de experiência que ele tá começando a adquirir, os gostos que ele tá começando a ter agora, as admirações que ele tá tendo pelos esportes. É uma nova vida que eu e a Elaine estamos tendo o prazer de testemunhar” (SIC).

4.1.2.4 Considerações sobre os Desenhos

Nas produções do Ricardo, sua representação de família é demonstrada por meio de um modelo de família nuclear. Sendo nas narrativas encontrados aspectos que relacionam as produções a sua família natural e família adotiva. Sua concepção de família é compreendida como lugar de união, respeito e colaboração entre si.

Inicialmente Ricardo apresenta uma família monoparental como a sua base, como local de amor e origem de tudo que ele considera importante. A ausência do pai é destacada na narrativa com bastante mágoa. Ricardo evidencia que o genitor não foi representado no

desenho, pois ele não estava presente devido ao alcoolismo. A mãe é retratada bem próxima aos filhos com braços longos e abertos, simbolizando o acolhimento e proteção aos 6 filhos desenhados com semblante de felicidade.

Na consigna “A família que gostaria ter”, Ricardo expressa sua família nuclear em momento de lazer, com a inclusão de uma criança do sexo feminino, que representa uma nova adoção, a qual deseja. Figuras de animais domésticos também foram utilizadas para expressar felicidade e completude. Por meio da narrativa, Ricardo demonstra uma consciência sobre a realidade, destacando que essa é família que ainda está em formação. O filho adotivo é retratado próximo a ele, com sorriso, participando da atividade realizada em família e verbalmente Ricardo destaca o desejo de ainda viver essa cena desenhada, possivelmente em razão de tantos momentos de sofrimento já vivenciados com o filho adotivo devido ao processo depressivo.

A preocupação de Ricardo com a construção de vínculo com Rodolfo fica evidente na terceira consigna “desenhe uma família em que alguém não está bem”, onde ele retrata uma família apática, com filhos tristes, isolados e distantes dos pais, como maneira de exemplificar uma dinâmica de funcionamento que não deseja para a sua família. Ricardo narra uma história de família vinculada ao seu momento histórico, social e cultural, demonstrando seu receio diante das relações familiares em épocas de disseminação tecnológica. Na narrativa, ele terceiriza o relato, buscando expor sua concepção sobre as consequências do uso exacerbado da internet nas relações interpessoais, principalmente no contexto familiar.

Em especial na última consigna, Ricardo expressa a sua satisfação e o seu prazer com a descoberta da parentalidade, bem como o sentimento de orgulho em cada etapa vencida do processo adotivo, conforme relatos na entrevista semiestruturada. No desenho, Rodolfo está posicionado frente às figuras dos pais, de modo a simbolizar que ambos estão a admirá-lo por suas conquistas, suas experiências positivas vivenciadas, pela nova vida que ali vai se formando. O sinal de positivo retratado no desenho do pai demonstra a aprovação que o mesmo expressa sobre as decisões e ações de Rodolfo. De uma forma geral, Ricardo concebe a família como um espaço de responsabilidade com o desenvolvimento físico, emocional e afetivo.

4.1.3 Caso 3 – Adotante: Rita / Adotados: Heitor e Marcos

4.1.3.1 Caracterização do perfil sociodemográfico

Rita possui 58 anos, é do sexo feminino e se declara de cor negra. É casada, sua escolaridade completa é o Ensino Superior e sua profissão atual é Psicopedagoga. Atualmente reside com 5 pessoas, seu esposo, cunhado, 2 filhos e 1 genro em uma cidade do Nordeste do Brasil. A renda familiar é de 1 a 3 salários mínimos e é composta a partir do trabalho de Rita, do seu esposo e filhos. Rita possui 2 filhos biológicos.

4.1.3.2 Entrevista Semiestruturada

Rita se tornou mãe adotiva em 2010, com a adoção de um adolescente chamado Heitor, do sexo masculino, de etnia negra, que na época possuía 15 anos de idade. Atualmente Heitor possui 26 anos. Posteriormente, em 2014, ela realizou a adoção de mais um adolescente, chamado Marcos, que na época possuía 18 anos de idade. Atualmente Marcos possui 25 anos.

Rita é a 5ª filha de 6 filhos biológicos. Relata que a infância foi tranquila, que apenas têm como lembrança marcante as mudanças de cidade, que realizavam de 2 em 2 anos, devido ao trabalho do seu pai.

Sobre o histórico de adoção na família, conta que sua mãe é filha adotiva, mas que ela só descobriu na idade adulta. “Quando eu tinha trinta anos descobri que minha mãe era filha por adoção. Era um tabu. Minha irmã que me falou. Hoje meus pais contam que a adoção da mamãe só foi revelada quando ela estava perto de se casar e ela nunca quis buscar a sua história, nunca quis saber da família biológica. Tanto é que, quando eu tive a minha primeira filha adotiva, Mariana, a mamãe não queria que eu revelasse pra ela a adoção” (SIC).

Rita tem 5 filhos, dos quais 2 são biológicos e 3 são adotivos. Ela teve 4 gestações; na primeira abortou o bebê, a segunda gerou o seu primeiro filho biológico, que hoje tem 34 anos, a terceira gestação durou apenas 6 meses e o bebê nasceu prematuro, falecendo poucas horas após o parto. A quarta gestação gerou seu segundo filho, que hoje tem 30 anos. As adoções aconteceram 10 anos após o nascimento do primeiro filho. A primeira filha adotiva, Mariana, foi adotada em 1997 com 3 dias de nascida. Ela foi entregue pela mãe biológica à Rita e posteriormente a adoção foi regularizada juridicamente. Entretanto esse relato de

adoção não será considerado, pois não se caracteriza como uma adoção tardia. A segunda adoção de Rita ocorreu em 2010, 13 anos após a primeira adoção. Heitor foi adotado aos 15 anos de idade e hoje já possui 26 anos. O terceiro filho adotivo é Marcos, adotado 6 anos após a segunda adoção de Rita. Na época, ele tinha 18 anos de idade e hoje tem 25 anos. As adoções desses dois últimos filhos se caracterizaram como adoção tardia.

Segundo Rita, a ideia da adoção surgiu após receber um pedido de ajuda de sua amiga médica obstetra para conseguir uma mãe adotiva para uma bebê que havia acabado de nascer e que a mãe biológica estava concordando em doar, pois não tinha condições financeiras de cuidar. Após esse episódio, Rita se interessou pela causa e se reuniu com colegas e parentes para fundar um grupo apoio à adoção, que hoje completa 25 anos de existência.

Quando perguntada sobre a sua expectativa em relação à adoção, ela explica “Na verdade, eu não tinha a expectativa de adotar um bebê não, a gente já pensava em adotar uma criança acima de 2 anos e negra, porque a gente já estava vivendo esse universo de crianças maiores nos abrigos, no trabalho que a gente fazia no grupo de apoio, então a gente queria ajudar esse perfil de crianças. Mas a bebê veio pra gente, sem que a gente procurasse. Eu senti que ela era minha quando a vi pela primeira vez. Entretanto ainda continuávamos no desejo de adotar uma criança maior” (SIC). Rita afirmou ainda, que não tinha filhos imaginários em mente.

Sobre as adoções tardias:

- Heitor – adotado aos 15 anos

Após dois anos como presidente do grupo de apoio à adoção, Rita foi convidada para coordenar uma instituição de acolhimento que segundo ela “estava um caos... muitas crianças fugiam de lá. Haviam poucas documentações sobre as crianças. Haviam muitos meninos traficantes, delinquentes, usuários de drogas. E tinham os que sofriam nas mãos desses” (SIC). Nesse trabalho, ela conheceu Heitor, que foi acolhido pela justiça para morar na instituição de forma temporária devido aos maus tratos que sofria do padrasto. Porém ela conta que na instituição ele também sofria muito nas mãos dessas crianças era obrigado a roubar no shopping, pra não sofrer abusos na instituição de forma velada. “Ele era um dos poucos que se interessavam em estudar, ir pra escola. Porém a escola pública não ajudava muito, as aulas não eram regulares, haviam dias em que a escola parava por questões técnicas, como falta de água, energia. E isso era frequente” (SIC).

Rita se sentia guardiã das crianças e tinha o desejo de ajudá-las no que fosse possível, principalmente quando elas demonstravam interesse e desejo em não seguir uma vida de

infrações “Um dia tive uma conversa com ele... você gosta muito de estudar? Ele respondeu que sim, mas que na casa dele não podia, porque a mãe não deixava, mandava capinar, cuidar da casa, trabalhar no carrinho de vender frutas na rua. Ele dizia que ela não queria que ele estudasse. E eu perguntei... mas se tivesse alguém que lhe incentivasse, você estudaria? Iria fugir? Ele respondeu que estudaria sim! E que só fugiu porque apanhava do padrasto. E que se ninguém batesse nele, ele não fugiria não. Aí cheguei em casa com aquilo na cabeça né... comentei com meu marido o caso... poxa uma pessoa querendo estudar e tanta gente poderia ajudar ele a estudar. E meu marido disse: Porque que a gente não traz ele e oportuniza o estudo? E essa história foi crescendo, os meus outros filhos se empolgaram e foram arranjando soluções para todas as dificuldades que pensávamos” (SIC).

A ideia inicial era de apadrinhamento do Heitor, porque ele ainda possuía vínculo com a genitora, segundo Rita. “Então trouxemos ele para casa, inicialmente era apenas aos finais de semana e depois entramos com um processo de guarda provisória, já que ele ainda não queria ser adotado. Ficamos muito felizes quando ele ficou a primeira noite pra nunca mais voltar, foi uma festa gigantesca, muita alegria por aqui, família crescendo e eu sempre quis ter muitos filhos” (SIC). Em relação à genitora, Rita sempre incentivou Heitor à visitá-la e manter contato, mas confessa “As vezes eu fico chateada, porque ela só procura por ele quando precisa de dinheiro. Teve uma época que eu tinha até ciúmes dele com a mãe biológica. Mas hoje não tenho mais” (SIC).

Rita foi questionada pelo juiz, porque estava entrando com a guarda provisória ao invés do processo de adoção. Ela justificou que precisava respeitar o direito do Heitor, porque ele ainda não havia decidido pela adoção, ainda existia vínculo com a genitora. Mesmo nutrindo um sentimento de raiva pela genitora, Heitor não dava certezas à Rita sobre ser adotado, entretanto em alguns momentos já a considerava como Mãe. “Na formatura do exército dele, perguntaram qual das suas duas mães iria entrar com ele, pois a genitora também estava lá, na verdade ele sempre ia visitar ela, dava dinheiro, tinha pena dela. E ele respondeu... essa aqui que é a minha mãe de verdade. Apontando pra mim. Então em cada momento que acontecia isso em que ele me legitimava como mãe eu perguntava pra ele... será que não está na hora da gente entrar com o processo adotivo. Mas ele ficava calado. Sempre calado” (SIC).

Com a convivência Rita foi percebendo que seu filho adotivo já a considerava como a mãe verdadeira. Mas relata que somente quando ela adotou o terceiro filho, ele finalmente decidiu que queria ser adotado por Rita. “Acredito que ele tenha ficado com ciúmes. Mas a

gente sempre teve ele como filho, independente dele ainda não ter autorizado o processo adotivo. Com a convivência entendemos que ele era nosso filho... que era filho mesmo! E pronto. Ele também nos apresentava como pais. Mas somente aos 21 anos ele se decidiu e aí entramos com o processo adotivo, que ainda não foi concluído, porque o pai dele não foi localizado, então a destituição ficou travada. Estamos a 4 anos esperando essa destituição” (SIC).

Sobre a adaptação, Rita destaca “Nós é que puxávamos por ele, para que ele participasse de tudo conosco, porque ele era muito tímido, falava pouco, mal abria a geladeira, mas era estudioso, tirava notas boas na escola, fazia amizades saudáveis e se relacionava bem com os irmãos conforme ganhava intimidade” (SIC). Na família extensa, Rita revela que a recepção foi bem diferente. “A família recebeu ele de forma diferente da Mariana, que chegou ainda bebê. Na adoção dela a minha família toda adotou junto. Mas esses últimos dois filhos adotivos, não têm o mesmo “transitar” pela família. Tanto porque são tímidos, quanto pela idade que chegaram à família. Meu pai mesmo disse... Você está trazendo um marginal para casa. Respeito a fala dele, é meu pai, mas não concordo” (SIC).

Em relação à idade de Heitor na adoção, Rita compara “Acho engraçado que as pessoas dizem que querem adotar um bebê porque somente um bebê lhe proporciona viver as primeiras vezes... Meu Deus do céu, com ele tivemos a primeira vez da pizza, do açaí, da praia. Me lembro que a gente viajou pra um casamento e ele ficou ali vislumbrado com o hotel, porque nunca havia entrado num, nunca tinha ido num casamento, nunca tinha vestido um terno. Então veja só... adotamos um adolescente de 15 anos e pudemos vivenciar várias primeiras vezes com ele, assim como um bebê” (SIC).

Sobre sua parentalidade, revela “Eu achava que a gente não tinha criado tanto vínculo... eu era muito exigente comigo mesma. Eu achava que eu ainda não o amava não. Até o dia que ele entrou no exército e nos primeiros dias ele me ligou chorando e dizendo... Rita, por favor, me tira daqui! E eu fiquei doida... aí eu vi que eu realmente já amava ele” (SIC). Em outro momento da entrevista Rita se contradiz “As vezes eu ainda me questiono... será que eu amo... independente de ter chegado bebê ou não... me questiono com todos” (SIC).

Heitor, até hoje, não chama Rita de “mãe” e tem dificuldades em demonstrar afeto, é tímido, mas também desapegado conforme enfatiza Rita “As vezes ele passa 15 dias sem me procurar” (SIC). Nesse momento, foi solicitado que ela explicasse seus sentimentos sobre essa situação e ela respondeu com certa tristeza “Eu já me adaptei a ele não me chamar de mãe,

mas ainda tenho expectativa, eu estaria mentindo se dissesse que não tenho. Na verdade, eu acho que ele vai chamar quando tiver o registro adotivo em mãos, tudo certinho. Eu espero. Quanto à demonstração de afeto, eu ligo, procuro saber por ele. Digo que amo, quando encontro... abraço, beijo... normal igual aos outros” (SIC).

Rita acredita que o que ainda dificulta a sua formação de vínculo com Heitor é essa ligação que ele tem com a genitora.

- Marcos – adotado aos 18 anos

Marcos residia em instituição de acolhimento desde os seus 11 anos de idade, quando foi retirado do convívio com a família por maus tratos. Primeiramente foi retirado da mãe pelo conselho tutelar porque ela era usuária de drogas e não tinha condições de cuidar dele. Então ele foi morar com um irmão mais velho. Quando esse irmão saía pra trabalhar, a esposa do irmão o amarrava na cama e pingava vela quente sobre os pés e mãos dele. Além disso, ele ficava o dia inteiro sem comer e só comia quando o irmão chegava em casa, pois a tia tentava esconder os maus tratos realizados. Os vizinhos denunciaram e a polícia o retirou dessa residência. Quando chegou à instituição, ele estava muito machucado na cabeça e tinha também muitas marcas de queimaduras, algumas recentes nas mãos e nos pés. Apelidavam-no de “queimadinho”.

“Com esses episódios de violência ele foi se tornando um menino muito calado, muito quieto, muito apático e não conseguia confiar e conversar com as pessoas. Não conseguia despertar o interesse de nenhum casal que visitava o abrigo à procura de adoção e assim os anos se passaram até que ele completou 18 anos e precisava sair da instituição de acolhimento, mas a instituição ainda estava se organizando para ver o que poderia ser feito por ele, porque ele não tinha emprego, não conseguia um emprego, nunca fazia uma boa entrevista, em poucos minutos, ele saía, não sabia se expressar. E com os estudos, ele sempre teve dificuldades também” (SIC).

Rita conheceu Marcos por meio de um trabalho que realizava para uma ONG, preparando jovens institucionalizados para viver fora das instituições após os 18 anos. Rita ajudou Marcos levando-o para sessões de terapia, avaliação psicopedagógica e cursos profissionalizantes. Ele resistia, mas ela acompanhava de perto e insistia, porque ela já estava se vinculando a ele. “Até que ele fez 18 anos e eu comecei a não dormir a noite, preocupada com esse menino... pra onde ele iria. Um dia eu fui pra uma reunião na instituição de acolhimento e aí eu falei pra eles que eu queria assumir a responsabilidade sobre Marcos. A assistente social achou uma maravilha, pois já não sabiam mais o que fazer com ele, mas me

alertou que ele precisaria aceitar. Eu achei que ele não fosse aceitar porque eu era muito firme e exigente com as obrigações dele. Mas ele aceitou” (SIC). A partir de então Marcos passou a frequentar a casa de Rita aos finais de semana e no período de férias ele passou 15 dias lá. “Após esses 15 dias a gente já não queria mais devolver ele ao abrigo, porém ele quis voltar, porque tinha um vínculo muito grande com os meninos do abrigo, sentia falta. Ele voltou e esse processo de idas e vindas durou uns 3 meses, até que ele veio de forma definitiva” (SIC).

Rita alega que Marcos ainda não está totalmente adaptado à família, e acredita que o que têm dificultado a formação de vínculo entre eles é a essa ligação que ele ainda possui com os colegas e profissionais da instituição de acolhimento. “Ele está muito vinculado à história dele no abrigo. Ele dizia que era ciúmes meu e eu dizia que não era. Ele ia escondido pro abrigo depois da aula. Hoje acho que era ciúmes mesmo” (SIC).

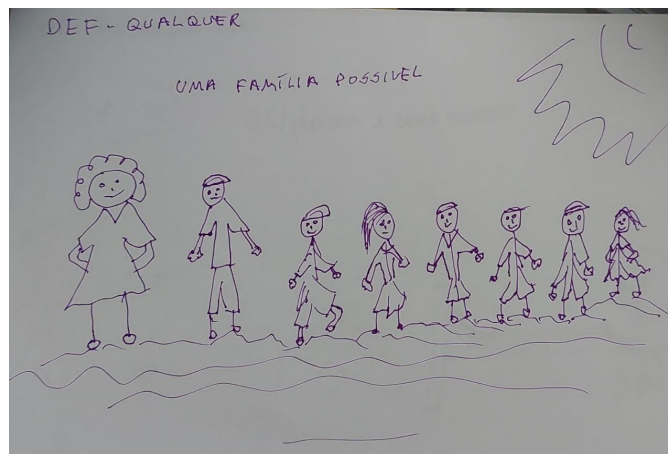
Rita conta que o processo adotivo de Marcos foi rápido, porque ele já estava destituído. Mas confessa que chegou a se questionar algumas vezes se deveria desistir da adoção, pois a vinculação estava demorando a acontecer, diferente dos outros filhos adotivos. “Hoje Marcos já tem 25 anos e se sente pertencente à uma família e já é feliz com isso, ele já participa de grupos de apoio dando seu depoimento e ajudando outros adolescentes. E a gente tá tentando sempre acertar com ele, porque ele ainda está aprendendo a ser família” (SIC).

De uma forma geral Rita se descreve como uma mãe exigente “Sou firme, sou justa como mãe. Mas também sou aquela que protejo. Às vezes sou chata, mas eles estão sempre por perto” (SIC).

Em seus planos para o futuro ela ainda desejava apadrinhar mais uma criança. Mas não encontrou apoio na família “Resolvi conversar com todos, como sempre faço quando temos um assunto familiar importante e me surpreendi pois recebi uma negativa de todos. Todos estavam fora. Todos eram contra. Eles sabiam que um novo apadrinhamento poderia acabar resultando em nova adoção” (SIC). Rita então desistiu e hoje é madrinha profissional, ajudando as crianças da instituição com a sua profissão, psicopedagoga.

4.1.3.3 Procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E)

Figura 12 – Desenho “Uma família qualquer” de Rita



Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Título: “Uma família possível”

História: “Uma família com um sol bem grande onde tem vários integrantes que possam viajar, que possam ter alguma atividade juntos, uma família bem feliz” (SIC).

Quando indagada se tinha algo mais a acrescentar acerca do desenho, Rita disse que não e silenciou à espera da próxima orientação.

Figura 13 – Desenho “A família que gostaria de ter” de Rita

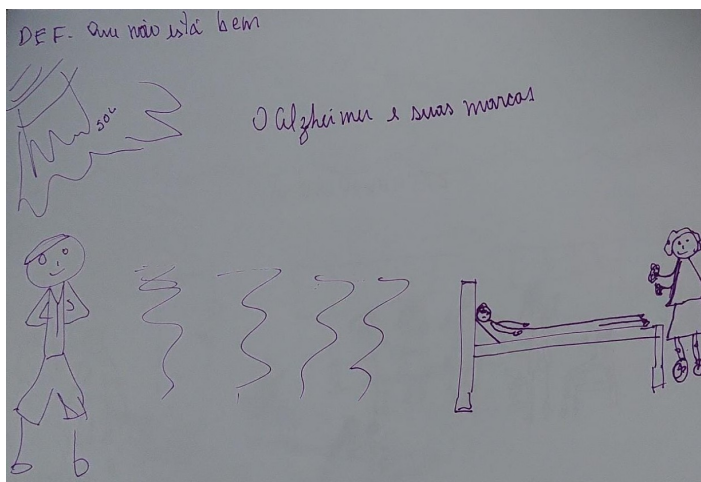


Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Título: “Família verdadeira”

História: “Fiz uma casa onde a gente possa ficar na frente da casa, coloquei uma casa pequena, mas não importa se é grande ou pequena, com uma árvore, um gramado, onde possa reunir estar com os filhos... acho que essa é a história né?! Coloquei um cachorro porque tenho um filho que é apaixonado por cachorro. Então um lugar onde a gente possa estar sempre juntos, não representei aqui nora, nem genro, nem nada, representei ainda como se fosse lá trás. E fiquei em dúvida... eu coloquei 6 filhos e depois eu parei pra pensar, porque assim, primeiro quando eu desenhei, eu quis desenhar o meu filho que faleceu, mas por outro lado, acabou que eu coloquei uma menina a mais aqui. Oxe que coisa! Ela tá até um pouco afastada aqui, não sei nem porque, mas ela tá com um livro, então é como se tivesse lendo (SIC).”

Figura 14 – Desenho “A família em que alguém não está bem” de Rita



Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Título: “O alzheimer e suas marcas”

História: “Ah, acabou que eu trouxe uma história da vida real, que foi o processo de Alzheimer da minha sogra. Que quando ela viu que a coisa iria ficar complicada, ela pediu pra morar comigo, apesar dela ter 5 filhos, ela sentia muita segurança em mim e ela entendeu que comigo ela não iria ficar sozinha. Na época ela tava morando com um filho, mas era sem paciência com ela. Eu sempre ouvia muito ela, sempre dava muito atenção a ela, então ela me escolheu e na hora que você falou isso, me veio esse processo. Ela desencarnou faz 3 anos, mas esse processo foi muito marcante na vida da gente. No desenho eu coloquei o sol lá fora, o sol não tava aqui perto dela, esses risquinhos são as pessoas vivendo suas vidas e ela

enclausurada, eu conversava muito com ela, dormia com ela, só não cuidei dela até o final, porque no meio do processo eu tive câncer. Hoje eu consigo perceber que esse câncer me tirou desse cenário para que os filhos dela pudessem assumir, porque eu é quem tava dando suporte maior. Apesar do meu cunhado comprar tudo, mas a atenção o carinho, o cuidado, acompanhar a cuidadora, era tudo comigo. E quando eu descobri o câncer eu vim pra casa dos meus pais porque não tinha quem ficasse cuidando de mim, então eu ia lá só visitá-la. Mas foi muito marcante” (SIC).

Figura 15 – Desenho “A sua família” de Rita



Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Título: “Sobreviventes”

História: “Eu projetei aqui uma história que envolve a nossa casa que é o lugar que a gente mais gosta assim de ficar, de se reunir pra almoço e a área é muito cheia de plantas, que eu não consegui representar todas as plantas. Geralmente a gente se reúne e fica conversando muito. Cada um com seus cachorros. É raro a gente conseguir reunir todo mundo assim, porque cada um tem seus objetivos, interesses” (SIC).

Quando indagada sobre o título, Rita responde “Sobreviventes porque tanta coisa já aconteceu na nossa família, cada um tem uma história diferente, muita luta” (SIC).

4.1.3.4 Considerações sobre os Desenhos

Nas produções de Rita, sua representação de família é demonstrada por meio de um modelo de família nuclear. Sendo nas narrativas encontrados aspectos que relacionam as

produções à sua família extensa e família adotiva. Sua concepção de família é compreendida como lugar de união, de apoio e desenvolvimento pessoal. Rita também expressa aspectos da natureza e uma casa como simbolismo de afeto, alegria, lazer e união. Figuras de animais domésticos também foram utilizadas para expressar felicidade e completude.

Na primeira consigna, apesar de não haver expressão verbal de estar desenhando a sua família desejada, ela a descreve como “Uma família possível” e verbaliza que “o sol é bem grande” (SIC), como simbologia de vida e alegria para aqueles integrantes, além de enfatizar que “possam ter uma atividade juntos” (SIC), essas características associadas à trechos da entrevista, demonstram o quanto ela valoriza os momentos de união da família e o seu constante esforço para manter todos em comunhão, de forma tranquila e feliz. Entretanto ela retrata juntamente ao casal, seis crianças para compor essa família e na realidade ela possui cinco filhos. Durante a entrevista, Rita afirma que sempre quis ter uma família grande, com muitas pessoas, tanto nuclear, quanto extensa, presentes no dia a dia. A retratação da sexta criança (uma menina) aparece novamente na segunda consigna e sua justificativa fica mais evidente nela.

Na segunda consigna “A família que você gostaria de ter”, ela demonstra estar confusa com o próprio desenho, alegando não saber quem é a menina retratada lendo um livro bem distante dos demais membros da família. Verbaliza que o seu pensamento foi de retratar o filho biológico que nasceu prematuro aos 6 meses de gestação e faleceu após o parto, porém o que desenhou foi diferente do que relatou ter imaginado. É interessante destacar que ao final da entrevista, Rita menciona seu desejo por um novo apadrinhamento, mas não encontra apoio entre os filhos e esposo para prosseguir. O livro desenhado na mão da menina, expressa a sua preocupação em possibilitar educação e desenvolvimento às crianças da instituição. Percebe-se então o forte desejo de Rita em continuar ampliando a família.

Na consigna “A família em que alguém não está bem”, fica evidente sua valorização pelas relações de parceria, de doação e amor ao próximo, que apenas reforçam sua característica altruísta. Mas ao mesmo tempo revela sua indignação com o abandono da sogra por parte dos filhos dela e de certa forma o abandono que a mesma vivenciou quando descobriu o câncer e precisou voltar a morar com seus pais, pois mesmo possuindo filhos adultos, não encontrou na família nuclear um suporte para esse momento em que ela própria não estava bem. Rita relata o sofrimento da sogra abandonada e finaliza revelando que viveu o mesmo abandono.

A última consiga traz elementos do desejo mais forte de Rita, que é celebração da vida em família, com muitas pessoas na imagem, ela retrata sua família reunida, interagindo sob o sol, simbologia da vida. A casa representa a segurança e proteção que ela fornece a todos, o lar que sempre está de portas abertas. Animais e plantas robustecem a cena na perspectiva de tornar a imagem da família mais aconchegante possível como ela sente que realmente é, apesar de não ser frequente como gostaria que fosse.

4.1.4 Caso 4 – Adotante: Ana / Adotada: Mikaela

4.1.4.1 Caracterização do perfil sociodemográfico

Ana possui 41 anos, é do sexo feminino e se declara de cor parda. É casada, sua escolaridade completa é o Ensino Médio e sua profissão atual é técnica administrativa. Atualmente reside com seu esposo e sua filha em uma cidade do Nordeste do Brasil. A renda familiar é de 9 a 12 salários mínimos e é composta a partir do trabalho de Ana e do esposo. O casal não possui filhos biológicos.

4.1.4.2 Entrevista Semiestruturada

Ana se tornou mãe em 2018, com a da adoção de uma criança chamada Mikaela, de etnia negra, do sexo feminino, que na época possuía 7 anos de idade. Atualmente Mikaela possui 10 anos.

Ana é a filha mais velha, possuindo uma irmã mais nova, do sexo feminino. Ana tem histórico de adoção na família, duas primas que foram adotadas ainda bebês. Na família do seu esposo também há casos de bebês adotados. “Já estava nos planos da gente adotar uma criança, porém a gente queria primeiro ter um filho biológico.” (SIC).

Em 2015 Ana engravidou, porém perdeu o bebê com oito semanas de gestação. “Como todo casal, a gente queria curtir a vida antes de ter nossos filhos. E por isso eu me culpo e meu marido também se culpa de não ter tentado antes ter um filho biológico, de ter dado prioridade a viagens e coisas materiais que planejamos adquirir antes de ter um filho. Ficamos pensando que a minha idade atrapalhou tudo e por isso perdi o bebê. Foi muito dolorido, muito arrependimento” (SIC). Então resolveram entrar no cadastro nacional de

adoção, inicialmente com o perfil para um bebê. “Ao mesmo tempo que eu queria essa adoção, eu ainda tinha um pé atrás. Porque eu queria o meu primeiro, o biológico. Mas meu marido desejava muito uma criança adotiva. Então hoje, hoje eu vejo que eu falava que queria, mas na verdade eu não queria de coração. Essa é a verdade!” (SIC).

Ana passou então a frequentar um grupo de apoio à adoção, assistir vídeos, filmes, reportagens. “Então aí eu comecei a estudar o caso, mas ele estava muito mais animado do que eu e tivemos que entrar num consenso, vamos adotar, vamos colocar o perfil de até dois anos e depois vamos tentar o filho biológico certo? Era uma condição minha, veja só! Porém a fila era muito grande e o desejo era muito maior” (SIC). Nessa época Ana trabalhava num CAPS infantil como técnica administrativa e lá conheceu uma criança de aproximadamente 5 anos, um menino, que a fez repensar a adoção “Eu me apaixonei por ele... foi aí que minha cabeça começou a abrir. Então alteramos o perfil adotivo pra cinco anos de idade. Meu marido ia muito lá na vara, ele ficou perturbando o juízo do pessoal da vara... e aí? Como é que tá lá? Até que vara da infância ligou dizendo que tinham três irmãs para adoção, com as idades de 5, 7 e 8 anos. Eu entrei em estado de choque e ele ficou super empolgado. Ele é emoção e eu sou a razão. Eu neguei de cara, não tínhamos estrutura para as 3 crianças de uma vez só” (SIC).

Quando indagada sobre as suas expectativas em relação à adoção tardia, Ana responde “Medo! Medo do trabalho que poderia dar, de manias, dos costumes. Medo de não conseguir trazer a criança pra minha realidade, pro meu costume, medo da adaptação mesmo” (SIC).

Ana e o marido foram na instituição aconselhados pela vara da infância, para conhecer as três irmãs, mas ao chegarem lá, conheceram apenas a criança mais nova, de cinco anos, porque as outras estavam na escola. “Ficamos encantados com ela, era doce, meiga. Queríamos ela! Mas haviam outros casais na fila de adoção na nossa frente e ela já não seria nossa” (SIC). A Vara da infância impôs ao casal, a condição de que as três irmãs deveriam ser adotadas juntas, não havia a possibilidade de separar. “Então não aceitamos, não era possível pra gente. Os meses se passaram e depois a vara nos ligou novamente informando que o juiz resolveu separá-las com a condição de que elas só sairiam da instituição para as novas famílias, todas no mesmo dia. E também nos informaram que a nossa filha seria a do meio, de sete anos. Porque a menor já estava direcionada para outra família pela ordem do cadastro. Aí lá vem de novo o bloqueio em mim, no meu esposo tava tudo resolvido, mas em mim eu tinha um certo medo. Justamente o medo que eu sei que muitas mães pensam, a gente tem medo do passado, o passado delas incomoda bastante, a gente tem medo disso aí, eu tinha medo” (SIC).

Ana e o marido aceitaram a criança de 7 anos, Mikaela. “O primeiro dia que ela chegou em casa eu achei muito falso. Porque ela já me chamou de mamãe! E nos cursos preparatórios somos orientados que primeiramente ela iria nos chamar de tia e isso seria por um bom tempo. Eu nunca recebi o nome de tia, já foi mãe de cara. Eu me senti estranha. E ela estava muito à vontade em casa. Fiquei com aquilo na cabeça, estava com medo de contar pro meu marido e ele brigar comigo. Mas ele também estava com o mesmo pensamento. Graças a Deus! Porque eu já estava me sentindo uma bruxa” (SIC). Ana conta que ficou em licença maternidade de quatro meses para fazer a adaptação da Mikaela “O difícil foi se acostumar com uma pessoa diferente em casa, mas foi rápido, porque ela é muito fácil de conviver. Se fizer um DNA pode ser até que dê nosso sangue, porque ela é muito parecida conosco!” (SIC). E Sorriu.

Ana confessa que não idealizava um filho adotivo “Eu não fazia uma imagem desse filho adotivo, eu não conseguia. Então isso ficava por conta do meu marido. Na verdade no início, eu tenho até vergonha de dizer... é um bloqueio que eu tive. Aí eu comecei a fazer terapia, pra entender que eu seria mãe, de uma forma ou de outra. Mas eu digo a todas as minhas amigas que vem conversar sobre adoção, que não é algo perfeito. Eu tive meus medos, meus receios. Eu tinha medo da criança, dela não se adaptar. Do tipo de criança que viria. Mas se fosse biológico e desse trabalho, eu iria fazer o que? Devolver pra onde? Mas o sucesso da minha adoção foi todo mérito dela, mais dela do que da gente, porque Mika é incrível. Hoje em dia eu sou apaixonada pela minha Mikaela” (SIC).

Segundo Ana, a adaptação de Mikaela foi rápida e tranquila. Os bloqueios eram provenientes da própria Ana e não da criança. Em todo momento da entrevista ela reforça esse medo do passado da criança e de como isso poderia atrapalhar a formação de vínculo parental. “Somos egoístas em querer bloquear o que ela passou. Então mudamos o nome dela, ela ajudou a escolher, negociamos com ela. Ela ficou em dúvida se tirava o nome de nascimento. Então deixamos o nome de nascimento e ela ficou com um nome composto. Depois ela ficou pedindo pra retirar o nome de nascimento da certidão. Na escola ela não queria nem aprender a escrever o nome de nascimento” (SIC). Ana conta ainda que durante esse período de adaptação chegou a se questionar “Meu Deus o que é que eu fiz da minha vida em aceitar a adoção, eu cheguei a me arrepender e aí foi quando eu parei e disse... opa! Preciso de ajuda e fui fazer terapia, que foi um divisor de águas e me ajudou muito a enxergar tudo e a ter uma nova relação com Mika” (SIC)

Sobre a família biológica, Mikaela já não fala mais tanto quanto falava no período de adaptação. “Acredito que seja porque está mais segura agora. Quando ela fala sobre a mãe, ela diz: Aquela mulher. Antes eu não gostava, tinha medo, tinha ciúmes. Mas hoje não sinto mais nada” (SIC). Ana mantém contato com a família adotiva da irmã mais nova de Mikaela, a criança de cinco anos, para que o laço de irmãs não se desfaça. Porém a irmã mais velha foi devolvida à instituição e já passou por mais duas tentativas de adoção que não tiveram sucesso. Ela omite esse fato da sua filha Mikaela, para que não fique preocupada e triste, mas revela que essa irmã é “problemática” e diz “Acredito que as outras tentativas de adoção das três irmãs juntas, não deram certo por causa do comportamento dessa terceira irmã, a mais velha” (SIC).

Mikaela estuda em tempo integral em uma boa escola particular da região, onde seu pai é professor. Ela é uma aluna popular, estudiosa, têm muitos amigos, porém tinha vergonha de dizer que era filha adotiva. “Mas um dia contou aos amigos e todos receberam bem a notícia. Depois desse fato, parece que ela tirou um peso dela mesma” (SIC).

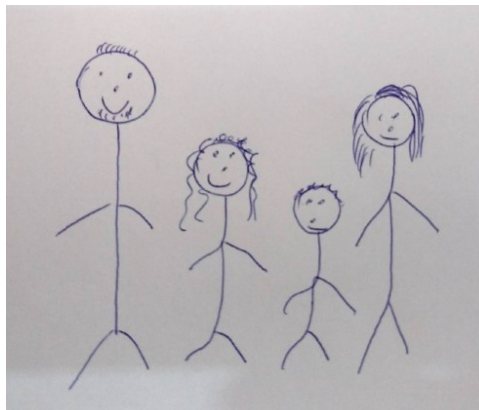
Sobre a expressão de afeto, Ana explica “Eu gosto muito de falar dela, com muito orgulho. Não sou muito de contato físico, acho que é por causa da minha criação. Mas gosto de levar as coisas pra ela, compro um mimo pra ela, faço uma comida que ela gosta, levo roupas que ela gosta, da cor preferida, faço os gostos dela. Ela é mais carinhosa, ela demonstra mais. As atitudes dela me emocionam facilmente. Ela faz cartas, mas também não é de muito contato físico.” (SIC).

Ana define a maternidade com duas palavras “Amor e responsabilidade” (SIC). E quando solicitada a se descrever como mãe ela diz “Tudo que eu achava de errado na minha mãe, eu sou a cópia autenticada dela” (SIC).

Mesmo após a adoção de Mikaela, Ana e o marido ainda permanecem na fila de adoção, mas agora com o perfil diferente. Eles desejam uma criança de um ano ou dois anos de idade. “Eu não quero outra adoção tardia e nem um bebê, porque não tenho mais paciência pras coisas de bebê. Quero agora um menino” (SIC).

4.1.4.3 Procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E)

Figura 16 – Desenho “Uma família qualquer” de Ana

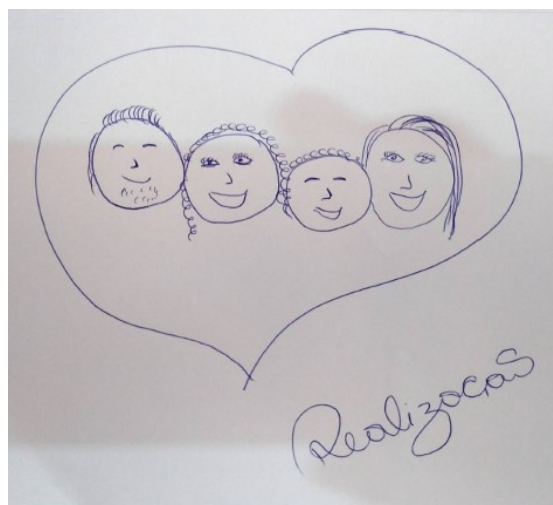


Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Título: “Rodrigues”

História: “Eu coloquei aqui a família que a gente tá pretendendo construir, eu, meu esposo, a Mika e o irmão menor que ela tanto pede. Coloquei o título Rodrigues, porque a Mika adora ser chamada de Mikaela Rodrigues, ela tem muito orgulho disso” (SIC).

Figura 17 – Desenho “A família que gostaria de ter” de Ana



Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Título: “Realização”

História: “É a família que a gente pretende ter toda já adaptada, por isso estão dentro do coração, todos felizes, completos. Pode ver que o menino está feliz, contente, adaptado na família já” (SIC).

Figura 18 – Desenho “A família em que alguém não está bem” de Ana



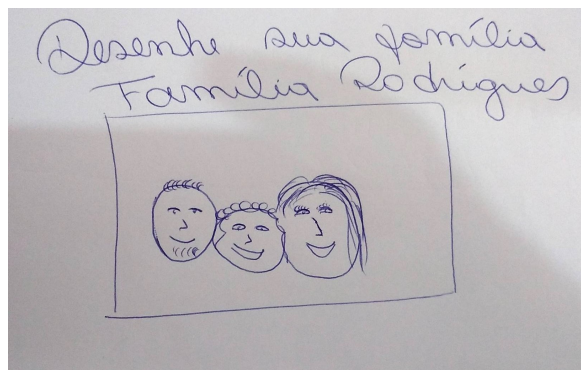
Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Título: “Doença”

História: “Essa sobre a minha cunhada, que teve um câncer. Eu desenhei eles com a expressão do rosto triste, porque estão tristes. Ela sempre trabalhou muito na vida, dava tudo pros filhos em termos materiais, mas não dava atenção. Ela tem 3 filhos, dentre eles, uma adotada e um garotinho especial. Mas com a doença ela teve que ficar em casa, e aí vieram outros problemas além da doença. Ela teve que viver realmente a maternidade, porque ela não era mãe, não cuidava das crianças, então teve que se cuidar e aprender a viver a realidade dos filhos dentro de casa. Ela tem uma filha adotiva também e nesse momento surgiram vários conflitos após ela ter ficado em casa, pois aí realmente precisou se adaptar de verdade à criança adotiva, teve problemas com a filha mais velha também, já adolescente. Eu coloquei o tema porque depois que a minha cunhada teve o câncer, muita coisa mudou. Não só ela ficou doente, mas a família toda ficou doente.

Quando indagada sobre quem exatamente ficou doente além da cunhada, Ana responde “a filha adotiva da minha cunhada tem inveja, ciúmes da minha filha, chegando a dizer que a minha filha roubou o lugar dela na família, porque chegou depois. Ela está agressiva verbalmente e eu também acabo sendo com ela. No ano passado nem fomos pra casa deles porque eu não confio mais nela próxima da minha filha” (SIC).

Figura 19 – Desenho “A sua família” de Ana



Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Ao receber a informação sobre o quarto desenho, Ana sorri e diz que vai desenhar só os rostos porque acha mais fácil. Em todos o momento Ana afirma o sobrenome da família.

Título: “Família Rodrigues”

História: “Eu desenhei minha família hoje, eu, meu marido e Mika. Porque presamos pelo nome Rodrigues, é porque é o sobrenome do meu sogro. Ele faleceu de Covid e tanto meu esposo quanto Mikaela, eles gostam desse nome e eu também aprendi a gostar. Meu esposo tem orgulho de dizer e Mika também, tem orgulho de dizer que faz parte da família Rodrigues. Agora estamos planejando um réveillon numa casa de praia que acabamos de comprar, umas 15 pessoas da família. É o réveillon da família Rodrigues, meu marido quer fazer uma homenagem ao pai” (SIC).

4.1.4.4 Considerações sobre os Desenhos

Nas produções de Ana, sua representação de família é demonstrada por meio da família adotiva, desenha e narra histórias tanto da família nuclear quanto da família extensa. Sua concepção de família é compreendida como lugar de felicidade, união e completude.

Na primeira consigna Ana já retrata a sua família com a inclusão do segundo filho que pretende adotar, entretanto desenhou apenas sua filha e seu esposo com semblante de felicidade. As figuras estão próximas umas das outras, mas não estão unidas como nos demais desenhos. Essa retratação condiz com a explicação de Ana “Eu coloquei aqui a família que a gente tá pretendendo construir” (SIC) associada aos relatos da entrevista que trazem o período de adaptação da filha adotiva como um momento de construção do vínculo afetivo da família,

um momento difícil, de afastamento inicial, mas superado conforme as próximas consignas demonstram.

Na segunda consigna Ana retrata a mesma família, sendo agora apenas os rostos, unidos, todos com semblante de felicidade, dentro de um coração que simboliza o amor da família. Verbalmente ela confirma que agora estão todos felizes, completos e bem adaptados. Por meio desta consigna fica evidente o quanto a fase de adaptação de Mikaela, foi marcante para Ana devido a todo sofrimento vivenciado com as dúvidas, questionamentos, medos e insegurança que chegaram a lhe causar arrependimento do processo adotivo.

Na terceira consigna Ana desenha a família de sua cunhada como representação de uma família em que alguém não está bem, relatando que após o diagnóstico do câncer de sua cunhada, todos da família adoeceram junto com ela. Aqui Ana também concede importância ao processo de adaptação que uma mãe vivencia ao adotar uma criança, quando descreve que sua cunhada passou a ter conflitos com a filha adotiva, necessitando adaptar-se a ela de verdade. Outro fator é que na fase de inquérito da consigna, Ana revela que o real significado de doença neste desenho está atribuído à relação de conflito que ela passou a ter com a sua sobrinha (filha adotiva da cunhada) após a adoção de Mikaela.

Em todas as produções a adoção aparece por meio da figura de Mikaela, sorridente sempre unida aos pais, bem como também, pela figura do segundo filho que pretende adotar. Essa retratação de um filho adotivo que ainda não existe na família, mas já existe no imaginário dela demonstra que Ana conseguiu superar o sofrimento vivenciado no processo de aceitação da maternidade por adoção e adaptação de Mikaela, resignificando sua relação e sua experiência com a parentalidade por adoção tardia.

4.1.5 Caso 5 – Adotante: Janine / Adotado: Daniel

4.1.5.1 Caracterização do perfil sociodemográfico

Janine possui 43 anos, é do sexo feminino e se declara de cor parda. É casada, sua escolaridade completa é Pós-graduada e sua profissão atual é Administradora. Atualmente reside com seu esposo e seu filho em uma cidade do Nordeste do Brasil. A renda familiar é de 6 a 9 salários mínimos e é composta por meio do trabalho de Janine e do esposo. O casal não possui filhos biológicos.

4.1.5.2 Entrevista Semiestruturada

Janine se tornou mãe em 2020, por meio da adoção de uma criança chamada Daniel, de etnia parda, do sexo masculino, que na época possuía 6 anos de idade. Atualmente Daniel possui 8 anos. Janine não tem histórico de adoção na família. Relata que teve uma infância muito feliz e não destacou nenhum problema com pais, pelo contrário, sempre se refere à família com muito orgulho da relação amorosa que possuem, frisando que é uma família de muito apego, de muito “grude” (SIC).

Janine conta que sempre quis ter filhos, mas que ela e o marido foram adiando esse projeto em razão de outras prioridades. “Em 2012, nos vimos em uma situação de estabilidade financeira e começamos a tentar engravidar, mas não conseguimos. A gente foi deixando pra depois, fomos priorizando outras coisas, trabalho, casa, planos financeiros... hoje eu me arrependo viu... por ter pensado assim” (SIC).

Em 2013, a infertilidade de ambos foi confirmada por exames médicos e além disso, Janine foi diagnosticada com um câncer no colo do útero, passou por um longo e doloroso tratamento e vários procedimentos cirúrgicos. Após receber alta do tratamento oncológico, Janine recebeu a proposta do seu obstetra para participar de um grupo de pesquisa sobre fertilização, a fim de que eles pudessem se beneficiar com o tratamento gratuito de fertilização pelo governo. Mas ela desistiu, afirmando que já estava muito sofrido com todo o tratamento oncológico, que foi muito invasivo. “Foi uma decisão mais minha, mas meu esposo entendeu e aceitou também” (SIC).

Em 2015 Janine foi convidada a trabalhar em uma creche, como administradora. Conta que a principio não queria, pois estava muito fragilizada com a impossibilidade de ser mãe e que ainda estava vivendo esse luto. Mas como o marido acabava de perder o emprego, ela não poderia rejeitar essa oportunidade financeira. “Eu sofria muito lá na creche, meu escritório era ao lado da sala dos bebês e eu ficava ouvindo aquelas crianças chorarem e eu queria abraçar e cuidar delas. E ficava pensando: Meu Deus, eu aqui querendo ter um filho e essas mulheres acabam de parir e já colocam as crianças na creche. É muito injusto isso” (SIC). Foi nesse ambiente que a motivação pela adoção surgiu. Mas especificamente ao conhecer o dia a dia de uma família adotiva, onde ela presenciava o amor e o carinho entre os pais e as crianças adotivas. E fazendo amizade com o casal, recebeu muito incentivo para a adoção.

Sobre as expectativas em relação à adoção, ela fala: “no início eu tinha muito medo, achava lindo, mas tinha receio de rejeitar a criança. Estava muito ferida ainda. Porque assim, não é um bichinho que você pega e se você não gostar você vai lá e dá pra outra pessoa” (SIC).

Em 2016, Janine e o marido deram entrada na documentação para adoção com um perfil bem abrangente, de adoção tardia. Mas mesmo assim, permaneceram por cerca de 4 anos na espera por uma criança. Em maio de 2020 receberam a notícia do fórum de que havia uma criança vinculada ao perfil. “Foi uma emoção incrível, eu fiquei muito feliz, todos ficaram felizes, minha família... amigos. Foi aquela ansiedade, porque queríamos conhecer logo ele” (SIC).

E sobre o primeiro encontro com Daniel ela detalha que a realidade foi bem diferente do que fantasiava: “Eu tinha muitas expectativas sobre esse momento de conhecer ele, achei que ia sentir borboletas no estômago e estrelinhas. Mas chegando lá não foi nada disso. Eu fiquei o tempo inteiro pensando: Eu não tô sentindo nada, eu não tô sentindo nada, eu tenho que sentir alguma coisa! Eu tenho que sentir que ele é meu filho! Então aquilo me frustrou muito. O primeiro encontro não foi nada do que eu esperava, do que eu romantizei, nada do que eu imaginava, o Daniel era muito tímido, não proferiu nenhuma palavra. Frio! E eu sai do abrigo bem frustrada, bem triste: Meu Deus será que essa criança é meu filho mesmo? E daí começaram a surgir as dúvidas, os questionamentos internos, os porquês. Cheguei em casa muito tensa, até febre eu tive. Não conseguia dar uma palavra com meu marido, tomei um banho e deitei. Eu tinha medo de verbalizar, de dizer que não queria e que ele não era meu filho. Pela manhã eu orei e pedi a Deus que me desse uma palavra, porque eu já não sabia mais se eu queria adotar aquela criança” (SIC).

Sobre o filho imaginário e o filho real, Janine conta “eu olhava pra ele e não via nada do que eu tinha idealizado como mãe... idealizava um filho lindo, carinhoso, chicletinho. Ou seja, o filho ideal era totalmente diferente do filho real. A minha expectativa de filho era o que eu tinha dos meus sobrinhos. Só que como é que eu podia esperar isso de uma criança que nunca soube o que era pai e mãe? Nunca recebeu amor, nunca recebeu carinho, nunca recebeu afeto. Então assim... foi um conflito. Faltou maturidade da minha parte, mas era muita coisa pra se trabalhar” (SIC).

Devido ao período da pandemia, Janine, Ferdinando e Daniel tiveram apenas três encontros na instituição de acolhimento e em um quarto encontro, Daniel já dormiu na casa de Janine e de Ferdinando. “Eu fiquei muito impressionada, como é que uma criança que nem

conhece a gente dorme aqui e não chora. Achei muito estranho porque ele deitou e dormiu na hora que falamos, levantou na hora que era pra levantar, tipo um robozinho as crianças do abrigo né?! Ainda hoje Daniel tem características automatizadas que eu tô tentando tirar dele, eu falo: Meu filho vamos viver um dia de cada vez” (SIC).

Sobre a família extensa, Janine conta que já durante o período do estágio de convivência, Daniel teve contato com a sua família e que eles o acolheram rapidamente. “Em um final de semana levamos ele para um aniversário do meu sobrinho e ele conheceu a minha família. Foi perfeito. O amor deles, entre eles, é tão lindo que parece que se conheceram desde o nascimento. Todos acolheram. Minha família é muito de toque, chicletinhos, a gente se beija e abraça muito, mas Daniel ainda está aprendendo isso. Porque ele não é muito de toque” (SIC).

Janine afirma que esse momento de vivência junto à família extensa foi tão positivo que não conseguiam imaginar a devolução dele à instituição de acolhimento logo no dia seguinte, e assim solicitaram que Daniel ficasse mais um dia na residência do casal. “No outro dia fomos levar ele e ao chegar no abrigo, ele grudou em nós não queria ir junto com as outras crianças. A assistente social queria conversar a sós conosco, mas Daniel não deixava, ficava chorando muito na porta. Quando perguntamos porque ele estava chorando, ele respondeu que achava que a gente tinha deixado ele lá e aí choramos muito também e pronto, naquele momento a assistente social permitiu que ele já ficasse de vez conosco, pra sempre! Então levamos ele pra casa, bem felizes e eufóricos” (SIC).

Quando perguntada sobre os seus sentimentos nesse momento da chegada definitiva de Daniel à casa, ela responde: “Foi muito rápido, foi muito intenso. A gente esperou quatro anos, mas quando chegou a nossa vez, foi rápido. Quando ele veio pra casa foi um misto de emoções, foi muita alegria e foi aquela euforia também. Apesar de ser uma criança que não demonstrava afetividade e que quase não tinha verbalização conosco, era só monossílabo... ele se vinculou muito rápido à gente. Nos encontros que tínhamos com ele no abrigo, Daniel não expressava reação nenhuma quando nos via. Cada vez que eu saía de lá, eu ficava frustrada: Meu Deus eu achava que quando esse menino me visse, ele viria falar comigo, mas não. Então quando aconteceu dele vir pra casa, ele nos surpreendeu” (SIC).

Janine destaca que toda aquela alegria inicial durou pouco, pois logo começou a ter dificuldades no processo de adaptação. “Os primeiros dias foram muito intensos. Tudo lindo, muita festa. Muita alegria. Mas depois que entramos na rotina, na vida real, tudo mudou. Eu estava trabalhando muito em home office por causa da pandemia, uma carga de trabalho

exaustiva de 12h por dia, meu marido assumiu a casa e os cuidados com Daniel, ele cuidava de mim e do Daniel. Entrei num pico de estresse emocional e também pela idealização da maternidade, por não conseguir dar conta de tudo que imaginei. Meu filho finalmente chegou e eu não conseguia fazer nada, cuidar dele, ficar com ele por causa do trabalho” (SIC).

Devido às demandas excessivas do trabalho e aos processos internos de elaboração do luto em Janine, o vínculo inicial do Daniel foi concretizado com o pai e esse fato deixou Janine muito abalada. “Eu entrei em licença maternidade, e achei que a situação seria diferente, pois teria tempo pro Daniel, e não foi, pois na verdade eu já estava em depressão e não sabia. Foram crises de choro muito intensas. Eu olhava pro Daniel e começava a ter minhas dúvidas. Eu tinha medo de olhar pra ele. Eu pensava assim: Meu Deus não tem mais volta, ele tá aqui, é pra sempre e agora? e se eu não conseguir amar essa criança? E com essa história do Daniel não ter uma questão afetiva comigo, apenas com meu marido, eu me bloqueava. A cada abraço que eu dava nele e ele rejeitava, eu me afastava mais, ao invés de eu ensinar como amar e insistir nele, eu fui recuando. Aquilo foi me ferindo, me magoando, me maltratando. E aquilo começou a trazer à tona a não maternidade de forma natural, coisas que eu achava que tinha curado emocionalmente começaram a borbulhar de novo” (SIC).

Segundo Janine, seu marido assumiu a maternidade, a paternidade, os cuidados com a casa e, sobretudo a responsabilidade sobre a adaptação emocional de Daniel, enquanto ela mergulhava em um processo de depressão e ansiedade. “Meu medo era perder o meu marido. Meu Deus eu tô enlouquecendo eu não suporto olhar essa criança, eu olho pra ele e me dá um desespero. Jesus disse que a gente tem que amar o inimigo e eu não consigo nem amar uma criança?! Que tipo de ser humano sou eu? Eu não consigo amar uma criança! Eu era meu próprio algoz! (SIC).

E quando perguntada sobre como o Daniel reagia a tudo isso, ela respondeu: “O coitado do Daniel sentindo tudo isso e a gente ficava cada vez mais distante. Ele falava comigo, me chamava já de mãe, mas afeição e amor eu não tinha pra dar. Acho que ele tinha tanto medo de se aproximar de mim, porque eu só chorava, ficava trancada no quarto” (SIC).

Em um momento de muita emoção, Janine confessa que durante o período depressivo, por várias vezes, sentiu vontade de devolver Daniel ao abrigo. “Eu pensava assim... de que adianta ele ter uma mãe que não ama ele. Era vergonhoso, Meu Deus isso é coisa que a gente vai fazer com o Daniel? O que as pessoas vão pensar? O que vai ser dessa criança? Que humilhação! E meu marido falava: Minha filha se a gente devolver você vai ficar pior, você não vai se perdoar e o que vai ser do Daniel? Foi um sofrimento muito grande que eu passei,

mas graças a Deus eu venci isso e eu estou fazendo questão de contar aqui porque o meu desejo um dia é poder ser porta voz de mães que não estão tendo coragem de dizer que não estão conseguindo amar seus filhos. E é uma dor muito grande. É uma vergonha que a gente tem. A gente não conseguir verbalizar isso nos mata mais ainda. A gente precisa entender o que tem, pra depois ser curada” (SIC).

Além do processo depressivo, Janine teve ainda que administrar suas expectativas sobre o julgamento dos outros. Ela explica que não saía de casa porque tinha vergonha das pessoas. Tinha medo de que elas percebessem que não estava feliz. “Foram 9 meses de dor intensa e de vergonha. Eu não saía de casa, porque eu tinha vergonha das pessoas verem o meu semblante de tristeza, logo agora ao receber meu filho e virar mãe” (SIC).

Ela percebeu que precisava de ajuda e procurou uma rede de apoio à adoção, onde pôde contar com assistente social, advogada e psicóloga especialistas em adoção. Janine expõe que chegou a fazer uso de medicamento antidepressivo. “Eu estava definhando, não saía do quarto, precisei de remédios. A família me ajudou muito e graças a Deus eu encontrei um anjo de psicóloga, especialista em pais adotivos que me ajudou a enterrar o filho imaginário que eu tinha lá de trás, anos atrás. Era uma menina, que eu idealizava brincar de boneca, aquele sonho de princesa, colocar lacinho e tudo mais. Tive que enterrar tudo isso pra aceitar o Daniel. Passei 09 meses em depressão desde a chegada do Daniel” (SIC).

Em março de 2020 Janine inicia seu processo de recuperação da depressão, passando a aceitar a depressão e o tratamento. “Eu passei a me reconhecer como doente e que sair daquela situação só dependia de mim. Tudo que eu estava pensando de errado e falando, me afundava mais. E o mais incrível foi que quando eu comecei a mudar, o Daniel começou a mudar os comportamentos também. Foi como se uma porta se abrisse entre a gente. E aí começamos a nos vincular pouco a pouco. Comecei a olhar o Daniel com olhos diferentes, comecei a ver as qualidades do Daniel” (SIC).

Janine reforça que apesar de todas as dificuldades de adaptação que o Daniel vivenciou devido à depressão dela, ele nunca pediu pra voltar para a instituição de acolhimento e nunca disse que não queria ficar com o casal. “Mesmo eu sendo grosseira com ele.... ele nunca desistiu de nós. Eu admiro a resiliência dele. Eu falei coisas horríveis pra ele... tipo: eu não quero você aqui! Eu me arrependo profundamente das coisas horríveis que disse a ele, mas eu entendo que eu não estava na minha consciência normal. Eu espero que ele não tenha isso como um trauma, já pedi perdão a Deus e ao Daniel. Eu faço questão hoje de

reafirmar o quanto ele é amado, que ele foi enviado por Deus, que ele é o presente de Deus pra nós” (SIC).

Sobre a relação atual com seu filho, ela descreve “Hoje temos uma relação muito forte. Hoje vivemos um momento completamente diferente. Hoje sou mãe... meu marido foi pai desde o primeiro dia, mas hoje sou mãe! Hoje somos uma família!” (SIC).

Quando indagada sobre o momento em que verdadeiramente se sentiu mãe, ela lembra: “Um dia meu marido me levou ao shopping para espairecer, enquanto ele ia pra uma reunião, pois ele tinha medo de me deixar sozinha, tinha medo que em depressão eu pudesse fazer alguma besteira. Daniel estava na escola. No shopping eu estava andando de um lado para o outro, achando tudo sem graça, sem vontade de nada, e de repente me vi comprando coisa de criança, já estava cheia de sacolas e de repente parei e pensei... Meu Deus, sou mãe! E fiquei super emocionada na hora, liguei pro marido e contei o que estava acontecendo. Não comprei nada pra mim, só pra Daniel. Aquele momento foi um estalo, mesmo na dor, eu me preocupava com ele, pensava nele. Era um misto de emoção. Eu não conseguia amar essa criança, mas quando eu pensava que ele poderia sofrer caso voltasse pro abrigo, eu sofria mais ainda porque eu não queria o sofrimento dessa criança. Eu não consigo nem explicar direito o que eu sentia, era um misto, era uma luta. A luta de ter que enterrar aquele filho ideal que nunca existiu e ter que olhar pro Daniel e ver que ele era o filho que Deus tinha me dado e aceitar esse amor que já estava nascendo dentro de mim. Eu sei que muitas mães estão sentindo o que eu senti, devolvendo crianças, então quero ajudar. Por isso falo aqui” (SIC).

Para Janine, ser mãe é abrir mão da sua própria vida para que alguém viva por você. “É você ter a sua vida na vida de outra pessoa. Eu entendo a maternidade como isso... é você morrer por outra pessoa” (SIC). Sobre expressar afeto, ela detalha que Daniel ainda não é muito de contato físico. “Ele tenta, mas ainda é muito artificial o toque de carinho, ele expressa afeto me dando flores, adora tirar flores do jardim do condomínio e me dar. Às vezes coloca no meu cabelo. Acho lindo isso” (SIC).

Janine reconhece que expressa seu afeto a partir dos cuidados que têm com ele. “Todos os dias eu leio pra ele a noite. E se em alguma noite eu não posso, ele me cobra. Eu abraço, eu beijo e faço cócegas. As atividades preferidas do Daniel são brincadeiras com bichos, ele ama bichos, ama brincar com uns bonequinhos de bichinhos e pelúcias de animais. Sempre que dá, brincamos de jogos de mesa, aqueles da minha infância, que eu adoro” (SIC).

Sobre os projetos para o futuro, ela fala que pretende ainda adotar outra criança acima de 2 anos e ri ao dizer que seus planos eram de 3 filhos. Porém confessa que não tem mais

expectativa de adotar um bebê e conclui “Dessa vez eu gostaria de adotar uma menina, de realizar aquele desejo de ter uma menina” (SIC).

4.1.5.3 Procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E)

Figura 20 – Desenho “Uma família qualquer” de Janine



Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Título: “Família moderna”

História: “Esse aqui é um casal que os dois são jovens, muito bem sucedidos profissionalmente os dois, tiveram um filho que não foi planejado, mas tiveram, convivem bem com a maternidade e a paternidade, mas os dois trabalham fora o dia inteiro, o filho fica sendo cuidado por babá, passa do dia na escola, mas quem pega quando termina a aula é a babá e fica com ele até que os pais cheguem e quando os pais chegam não vivem em família... né assim... momentos de família, porque tá tão tudo cansado e a criança também é colocada pra dormir cedo pra ir pra aula. A criança praticamente supre as suas necessidades de carinho e afetividade com o cachorrinho de estimação que eles têm. A criança acaba tendo mais contato físico de atenção com o animal e com a própria babá do que com os próprios pais que estão super ocupados, trabalhando para dar uma ótima vida pro filho, dar o que eles não tiveram pro filho” (SIC).

Figura 21 – Desenho “A família que gostaria de ter” de Janine



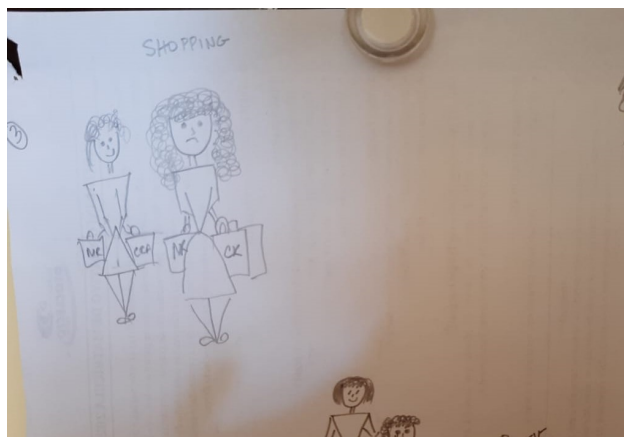
Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Antes de iniciar a história, Janine explica “Coloquei um projeto de Deus, porque é a única definição que vem pra mim sobre família né. Então como é o que eu gostaria de ter, é a família projeto de Deus” (SIC).

Título: “Família um projeto de Deus”

História: “Uma mãe que tem vários filhos, aqui no caso, dois meninos, um sendo um bebezinho e um menininho, no caso aqui é o Daniel, tem duas meninas gêmeas, meu sonho era ser mãe de gêmeos, não sei por que (sorri). Duas mini cópias dela, todas arrumadinhas, com lacinhos na cabeça. Ela é só dona de casa e mãe. Ela auxilia o marido em casa, nos trabalhos de casa, cuidando dos filhos e dos dois cachorrinhos, da raça Lulu da Pomerania que ela tem e o marido dela muito feliz e realizado, porque ele ama voltar pra casa pra estar com sua família. Ele trabalha fora, e a esposa é administradora da empresa deles, então ela pode ficar em casa cuidando do filho e dando um suporte ao marido, sem ele precisar se preocupar com a parte administrativa e ao mesmo tempo ela pode cuidar de todas as demandas da casa e dos filhos. Eles moram numa casa muito grande, bem arborizada, bastantes plantas, flores, muito espaço verde para as crianças brincarem. E eles estão muito felizes vivendo esse projeto que Deus tem pra vida deles que é família” (SIC).

Figura 22 – Desenho “A família em que alguém não está bem” de Janine



Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Título: “Vazio”

História: “Essa é a história de uma família, onde os dois são casados, mas eles vivem um relacionamento muito superficial, cada um vive a sua vida, eles têm um filho criado por babá, que tem de tudo. Ele tem muitos brinquedos, tem iphone, tem tablete, tem computador, tem bicicleta, skate, vários brinquedinhos. Mas é uma criança extremamente triste, porque ela não tem amiguinhos, é cuidada pela babá. A mulher, ela não trabalha, porque eles são muito ricos, ela não precisa trabalhar. Mas ela vive uma vida de futilidades. Ela vive no shopping com as amigas, comprando, no salão, se cuidando, fazendo plásticas pra preencher um vazio do coração dela porque ela não é feliz, não é realizada como pessoa, como mulher, como mãe. Então ela não consegue ter um relacionamento íntimo com o filho, não consegue dar ao filho o amor de mãe porque ela não sabe como fazer isso, então ela acha que dar coisas é o suficiente. O pai um homem bem-sucedido financeiramente, mas não gosta de voltar pra casa, então sempre quando termina o expediente vai pro barzinho com os amigos pra poder chegar em casa já tarde da noite e não ter que se encontrar com filho e não ter que passar muito tempo com a esposa. Eles só compartilham a mesma casa, mas não compartilham a mesma vida” (SIC).

Ao finalizar a história Janine diz “História triste” e sorri. A pesquisadora pergunta sobre quem é que ela considera que não está bem nessa história. Janine responde “Eu considero que todos não estão bem, mas a maior afetada aqui no caso é a criança, que é quem mais sofre, na ausência dos pais, é a vítima da história” (SIC).

Figura 23 – Desenho “A sua família” de Janine



Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Antes de iniciar o desenho, Janine comenta “É quase aquele desenho 2, só faltando os cachorros” (SIC).

Título: “Sonho de Deus realizado em nós”

História: “Aqui é a nossa família, eu, meu esposo e Daniel. Aqui o Daniel entre nós, flores, duas árvores, porque a gente gosta muito de contemplar a natureza, bastante árvore e pássaros. Estamos em contemplação porque é uma forma da gente se perceber quem é em Deus. Na minha mão tem a bíblia que é o nosso livro de regra, de fé e prática de vida, o nosso balizador, quem orienta a bússola do nosso coração. Desenhei o caminhão porque no ano passado nossa vida mudou radicalmente, eu fui demitida da escola então eu passei a ser mãe em tempo integral e nós conseguimos comprar o nosso caminhãozinho pra ter o nosso próprio negócio e hoje a gente tá aí meio que se virando no meio dessa pandemia e Deus nos sustentando. Então esse caminhão eu desenhei porque é um marco na vida da gente e nem a gente acreditou que a gente tava empreitando em algo tão difícil. Aos olhos humanos é muito difícil e até impossível, mas por isso que eu coloquei o Sonho de Deus realizado em nós, porque quando Deus tem um projeto pra nós, não tem pandemia, não tem situação que não aconteça. Inclusive o Daniel fazendo parte dessa história, porque ele é o projeto de Deus pra nossa vida, mesmo em meio a todas as dificuldades a gente tem vivido dias em que a gente fica contemplando e só vê bondade ao nosso redor, só coisas boas. Claro tem dificuldades, tem com certeza, mas existe muito mais bondade, muito mais graça pra gente contemplar do que coisas difíceis. Então aqui é a nossa família. Uma família ainda de três, espero poder realizar

ainda o sonho de ter mais filhos. Se Deus assim permitir, pelo menos mais um, se Deus nos agraciar com mais de um serão muito bem vindos. Nós queremos estender esse privilégio e essa paternidade para outras crianças que estão aí tão carente de serem amadas e queremos ser instrumento desse amor para quantas crianças Deus permitir que venham fazer parte da nossa vida” (SIC).

4.1.5.4 Considerações sobre os desenhos

Nas produções de Janine a representação de família é demonstrada por meio da família nuclear. Ela desenha e narra histórias apenas da família nuclear e demonstra por meio das verbalizações, o significado de família como um lugar de atenção, cuidado, suporte, carinho e união.

No primeiro desenho, Janine apresenta uma família fictícia, porém com uma história ligada ao seu momento histórico, social e cultural, onde os pais vivenciam as vantagens e desvantagens da vida moderna e tentam dividir-se entre a esfera pessoal e profissional, resultando no abandono velado do filho. Nessa consigna fica evidente a preocupação de Janine com a atenção, carinho e suporte que os membros de uma família devem manter entre si e principalmente em relação à criança. Essa retratação exemplifica uma dinâmica de funcionamento familiar que Janine desaprova e não deseja para a sua família. Essa mesma preocupação se faz presente na terceira consigna (A família em que alguém não está bem) onde Janine desenha uma família que não têm diálogo, carinho e convivência. Janine expressa “Eles só compartilham a mesma casa, mas não compartilham a mesma vida” (SIC), demonstrando novamente a sua valorização pelas questões afetivas e vínculos familiares. Finaliza destacando que todos nessa família não estão bem, mas que a criança é a maior vítima, pela ausência dos pais.

Sobre a adoção, por meio das produções onde Janine descreve a própria família, é possível observar a retratação de Daniel sempre próximo aos pais e com semblante feliz. Ademais, na segunda consigna “A família que gostaria de ter”, Janine desenha mais duas crianças (meninas) e um bebê (menino), mas não especifica se são filhos adotivos ou biológicos. Contudo, associando ao conteúdo da entrevista, onde Janine afirma não ter mais expectativas em adotar um bebê, essa retratação do bebê no carrinho ao seu lado, pode significar o seu desejo oculto pelo filho biológico. Enquanto que as figuras das meninas

gêmeas podem estar representando o desejo da próxima adoção tardia, conforme relatado na entrevista.

Na última consigna Janine trás ao papel a sua realidade e expressa sua família com Daniel ao meio e de mãos unidas com os pais, semblantes felizes e muito próximos, unidos conforme a verbalização do desenho. Na mão de Janine, foi desenhada uma Bíblia, que demonstra sua estreita relação com a religião e com os princípios que regem seus pensamentos e ações. Elementos da natureza também foram utilizados para expressar a sua forma de contemplar a vida.

4.1.6 Caso 6 – Adotante: Ingrid / Adotada: Bruna

4.1.6.1 Caracterização do perfil sociodemográfico

Ingrid possui 41 anos, é do sexo feminino e se declara de cor parda. É casada, sua escolaridade completa é Ensino Médio e sua profissão atual é Artesã. Atualmente reside com seu esposo e sua filha em uma cidade do Sudeste do Brasil. A renda familiar é de 3 a 6 salários mínimos e é composta a partir do trabalho de Ingrid e do seu esposo. O casal não tem filhos biológicos.

4.1.6.2 Entrevista Semiestruturada

Ingrid se tornou mãe em 2017, por meio da adoção de uma criança chamada Bruna, de etnia parda, do sexo feminino, que na época possuía 6 anos de idade. Atualmente Bruna possui 11 anos. Ingrid, não possui histórico de adoção na família, mas relata que teve uma infância sofrida, tinha 8 irmãos e por razões financeiras, precisou morar com outras famílias por alguns períodos para sobreviver. Ela considera que teve algumas “mães de criação” (SIC) devido a esses períodos que viveu longe de sua mãe biológica. Ingrid não conheceu seu pai e relata ainda que presenciou violência familiar entre seu padrasto e sua mãe.

Aos 28 anos Ingrid passou por uma gestação tubária e após a cirurgia recebeu a notícia de que provavelmente teria dificuldades para engravidar no futuro. Ela revela que essa gestação ocorreu de forma involuntária, em um momento em que ela e o companheiro não estavam pensando em ter filhos, pois estavam no início do relacionamento e que por isso essa notícia não gerou grande impacto no casal naquele momento.

Posteriormente Ingrid teve HPV e por orientação dos médicos, foi em busca da fertilização, com receio de que a lesão causada pelo HPV no útero pudesse dificultar mais ainda uma gestação biológica. O casal permaneceu na tentativa de engravidar por fertilização durante 3 anos sem obter êxito. “É muito sofrimento essas tentativas. Então antes de eu desistir do tratamento, eu já estava pesquisando sobre adoção, mas ele não. Eu sempre quis adotar, já fazia parte dos meus planos. Na verdade eu nem pensava em ter filhos biológicos. Eu vim pensar quando conheci ele porque ele veio colocar essa sementinha de ter filhos fruto do nosso amor, de mesmo sangue, parecido com ele ou parecido comigo, essas coisas” (SIC).

Ingrid diz que seu marido não foi resistente à ideia da adoção “Logo que apresentei para ele todas as minhas pesquisas e informações sobre o processo adotivo, ele aceitou e já fomos em busca das questões burocráticas. Nosso processo de habilitação durou um ano” (SIC).

O casal participou de cursos, reuniões e encontros preparatórios presenciais e virtuais para adoção. “Tudo que nos encaminhavam a gente lia, devorava, participava, porque tudo aquilo nos instruí e ia acalmando, amadurecendo para o momento da adoção. Então isso nos ajudou a ficarmos tranquilos, sem aquela ansiedade que quase todo casal tem quando vai adotar” (SIC).

Sobre o perfil adotivo, Ingrid conta “Nossa ideia era a de sempre... de todo mundo... um bebê, no máximo 2 anos. Então por pouco tempo a expectativa era essa, mas ao começar a realizar os cursos, já fomos informados de que esses bebês eram raros e graças a Deus eu sou uma pessoa que caio na realidade com facilidade, não tenho problema quanto a isso. Então logo mudamos nosso perfil para até 7 anos e colocamos para 2 crianças, que podiam ser duas meninas ou um casal. Fomos aconselhados nos cursos que dessa forma, expandido para irmãos, o processo seria mais rápido e que caso não viessem irmãos agora, ou caso realmente só pudesse adotar um pela questão financeira, futuramente caso mudasse de ideia, poderia vir outro, já que o processo não estaria encerrado. E assim colocamos, apesar de saber, que no momento da adoção não tínhamos condições financeiras de receber duas crianças” (SIC).

Quando indagada sobre a expectativa em relação à adoção tardia, ela relata “Eu não me lembro de ter expectativa em relação à adoção tardia, eu me lembro de ter curiosidade e de estar pronta pro que viesse ser apresentado” (SIC). Sobre filho imaginário, ela também explica que não ficava imaginando. “Eu não sou romântica, não ficava romantizando e pensando em como seria a criança. Até mesmo porque eu li sobre o assunto, sabia que iria demorar, então preferi não ficar criando expectativa e imaginando ela” (SIC).

Ingrid adotou Bruna que na época, tinha 6 anos de idade e possuía mais 4 irmãos (João Carlos de 17 anos, Juliana de 11 anos, Viviane de 8 anos e João Pedro de 1 ano e 9 meses) que também estavam em espera pela adoção. Segundo Ingrid, a comarca de uma capital nordestina em contato com a comarca do estado do sudeste onde reside tentavam articular uma forma de que essas crianças fossem adotadas por famílias que pertencessem ao mesmo ciclo de convivência ou que morassem próximas umas das outras para facilitar essa convivência, a fim de que os irmãos não ficassem tão afastados uns dos outros e não perdessem o vínculo.

“Nossa aproximação com ela foi por vídeo chamada e durou dois meses antes da adoção se concretizar, porque Bruna estava em uma instituição de acolhimento no Nordeste e não tínhamos condições financeiras de ficar indo e vindo nesse período de aproximação. Inicialmente quando fizemos a habilitação estávamos em uma condição financeira melhor, mas com o passar do tempo, perdemos uma renda e tudo ficou mais difícil. Por isso também não conseguimos adotar um dos irmãos de Bruna, pois o menorzinho, João Lucas até que se encaixava em nosso perfil, mas eu sou muito firme com isso, pois passei muitas dificuldades quando pequena, era de uma família de nove filhos e eu não queria ter muitos filhos pra fazer eles sofrerem com privações. Eu odiava aquela frase: Onde come um, comem todos! Mentira. Na prática não é assim! As pessoas romantizam muito ter um filho. Eu nunca romantizei” (SIC).

Os irmãos de Bruna, Juliana e João Pedro foram adotados por um casal heterossexual de amigos de Ingrid, a Helena e o Alex, que também abriram um processo adotivo simultaneamente com ela na mesma comarca. Viviane e João Carlos foram adotados por um casal homoafetivo, Bernardo e Breno que não eram amigos de Ingrid inicialmente, mas que se conheceram durante o processo, nos encontros e cursos preparatórios para adoção.

Ingrid acrescenta que hoje essas crianças vivem como se fossem filhos de pais separados, porque moram em casas diferentes, mas se vêem com frequência. “Estamos sempre promovendo encontros entre eles. Entretanto sou mais próxima de Helena, mas não só pela nossa amizade e sim pela forma de educação que escolhemos dar às crianças. Não concordamos com a forma com que os meninos criam Viviane e João Carlos” (SIC).

Quando perguntada sobre seus sentimentos em relação à família biológica de Bruna, ela responde “Eu não sei te dizer, meu sentimento, era sei lá... de pena, de indignação, não tenho raiva não. A mãe biológica das crianças era moradora de rua, usuária de drogas. A vara da infância já havia tentado fazer de tudo para que ela cuidasse dos filhos, tentaram dar

emprego, até uma casa, mas ela os abandonava e ia pra rua, voltava grávida. A Bruna sabe da história dela, mas não tem saudade, ela não fala muito da mãe biológica, mas quando fala se refere a ela pelo nome dela, no período de adaptação na cidade de Bruna, ela tinha medo de sair do apartamento, pra passear, achando que se a biológica encontrasse conosco iria querer pegar ela de volta. Ela chegou aqui com uma ideia na cabeça de que a biológica era ruim, que maltratava ela e tal... mas eu tenho tentado desconstruir, explicando que ela era uma pessoa doente, usuária de drogas e que não tinha condições de cuidar dos filhos, mas que não era assim por maldade” (SIC).

Ingrid relata que logo cedo foi chamada de mãe e que a partir desse momento já sentiu como mãe realmente “Eu estava falando com ela em uma chamada de vídeo, ainda no período de convivência, ela na cidade dela, eu na minha e no meio da conversa ela me chamou de Mãe... cara foi muito estranho, eu fiquei toda boba, chorando como estou agora, porque quando você tem um filho biológico, você meio que espera isso acontecer quando ele começa a falar, mas na adoção não, você nunca sabe quando vai acontecer. Aí caiu a minha ficha: cara sou mãe!” (SIC).

Sobre troca de afetos, ela detalha “A Bruna é muito carinhosa, abraça, beija, quer beijo toda hora. Ela só não é mais, porque eu não sou, eu não aprendi né... por tudo que eu vivi, pela minha história, eu não aprendi a ser afetuosa. Eu já expliquei pra ela, ela entende. Com a chegada dela eu até me surpreendia, achei que não iria conseguir demonstrar afeto. Eu sou louca nela... faço tudo por ela, então ela já sabe que essa é minha forma de demonstrar afeto. O pai é babão, eu digo que ele me compensa, no carinho físico com ela” (SIC).

Na formação de vínculo, Ingrid acredita que o que tenha dificultado seja realmente a questão da idade de Bruna, que por ela já expressar suas vontades e pensamentos, as duas acabam entrando em conflito em determinada situação. “Outra coisa que dificultou nossa vinculação, é que Bruna sofreu muito por ficar longe dos irmãos, sentia falta do abrigo. Ela fazia escândalo por tudo que não saia do jeito que ela queria, ela chorava muito, só queria as coisas do jeito dela. Mas aos poucos fomos educando ela. Sentimos muito com essa questão das regras, pois no abrigo eles aprendem que criança não pode trabalhar, só brincar. Mas mandar colocar o próprio copo na pia, ou recolher a toalha molhada de cima da cama, não é trabalhar, faz parte da educação. Porém a resposta dela vinha rapidamente na ponta língua, que ela era criança e não podia trabalhar. Então aos poucos fomos ensinando, mas isso foi difícil. Hora de dormir, hora de comer, o que comer. Tudo isso foram pequenas batalhas” (SIC)

Em se tratando de família extensa, Ingrid afirma que Bruna não tem muito contato com a família, pois a maioria reside no norte do país, mas os poucos familiares que estão na mesma cidade a tratam com muito carinho e ela corresponde da mesma forma. Não há distinção devido à adoção. “Quando ela chegou ficamos um tempo em casa, pra gente se conhecer melhor, por instrução do pessoal da vara, e depois fomos apresentando ela aos poucos ao pessoal da família. Mas quando se encontraram, receberam ela muito bem. Foi o maior rebuliço, gente chorando, foi bom demais. As vezes ainda rola umas falas de mal gosto, do tipo: Olha ela parece tanto com você! Que engraçado. Mas a gente relewa isso, eu me preparei bastante pra esse tipo de preconceito, fiz muita leitura e quando Bruna chegou preparei ela também para o que pudesse vir de preconceito” (SIC).

Como atividades preferidas de Bruna, a Ingrid lista que ela gosta de ler, escutar músicas, de desenhar e fazer os artesanatos. Diz que ela possui amizades com colegas do condomínio e que forma vínculos fortes, pois quando necessitaram recentemente mudar de cidade, as amigas do condomínio anterior sentiram e choraram muito na partida de Bruna.

Em relação à escola, a Bruna está uma série atrasada. Ingrid atribui isso à toda história de vivência de rua que Bruna passou, mas também à falta de estímulo da instituição de acolhimento. “Bruna estava matriculada em uma escola pública, mas não tinha o devido acompanhamento fora da escola. Antes de matricularmos ela aqui, ela fez um teste e foi verificado que ela precisava ser alfabetizada, que não poderia seguir na série conforme a idade. Bruna me diz: Mamãe eu não gosto da sala que estou, porque eles são pequenos. Eu tento explicar que está sendo melhor assim para a aprendizagem dela e que ela não deve ficar falando a idade dela pra ninguém porque assim não será motivo de piadas” (SIC).

Sobre ser mãe, ela define “Mãe é cuidado, é se preocupar com um outro. Eu não tenho característica de mimar muito não, eu sou mais de educar, por isso acho que mãe não é só lamber a cria” (SIC). Ao ser solicitado que se descrevesse como mãe, Ingrid explica “Eu sou uma mãezona, sou uma mãe até rígida, sou insegura se tô fazendo certo, quero sempre o melhor pra ela, mas eu sou apaixonada por ela, acho linda a personalidade dela, como ela é bem resolvida. Ela é uma criança muito boa. Muita coisa que eu percebi que eu iria ter trabalho com ela, eu já tô tendo resultado. As mudanças brotando dentro dela. Tenho muito medo de falhar com ela nessa minha rigidez. Eu tenho dificuldades com qualquer besteirinha fora do lugar. Estou até me trabalhando pra ser mais tolerante com as bagunças delas do dia a dia” (SIC).

Para o futuro, Ingrid afirma que já não pensa mais em ter outro filho, em adotar outra criança, tanto pela experiência, quanto pelas questões financeiras e assim coloca como projetos para o futuro a busca do casal por uma vida financeira mais confortável.

4.1.6.3 Procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E)

Figura 24 – Desenhos “Uma família qualquer” e “A sua família” de Ingrid

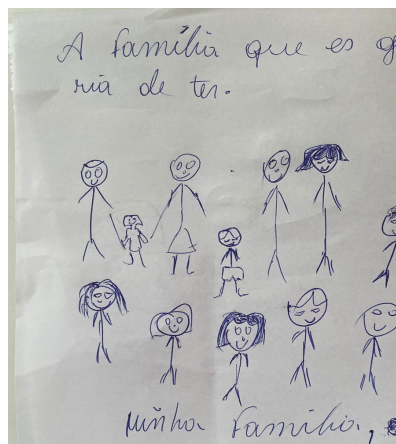


Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Título: “Minha família”

História: “Era uma vez uma família feliz, como família, pai, mãe, filha e cachorro, mas solitários, sozinhos. Pronto, é como eu te falei às vezes a gente se sente sozinhos no meio de tanta gente” (SIC).

Figura 25 – Desenho “A família que gostaria de ter” de Ingrid



Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

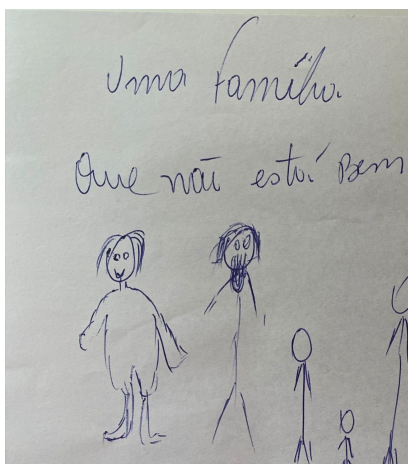
Ao receber o tema desse segundo desenho, Ingrid comenta: “Poxa, mas a minha família de hoje é a família que eu sempre pensei em ter. Às vezes a Helena faz aquela cara quando falo da minha família, como quem diz... nossa é tão perfeita que dá nojo. Mas a minha família é perfeita sim, minha família é comercial de margarina sim. Acho que Deus me recompensou: no futuro essa menina vai se surpreender com o que tenho pra ela” (SIC).

Título: “Minha família, minha mãe, meus irmãos e a família deles”.

História: “Tô desenhando a família que eu gostaria de ter que é a minha família, junto com a minha mãe, minhas irmãs, com todos os filhos e sobrinhos juntos, pra minha filha ter companhia, ter essa vivência. É muita gente, por isso vou fazer nos tracinhos” (SIC).

Ingrid pergunta se pode incluir no desenho alguém mais além do marido e filha e comenta “Se eu te disser que a família que eu gostaria de ter é a minha família pessoal, perto de mim, mãe, irmãos” (SIC).

Figura 26 – Desenho “A família em que alguém não está bem” de Ingrid



Fonte: Imagem fornecida pela participante (2022)

Ao receber o tema desse desenho, Ingrid comenta “Nossa... quem que eu pensei? Consegue adivinhar? Sobre a Helena né!” (SIC). Durante o tempo em que Ingrid está fazendo o desenho, ela comenta ainda que em vários momentos se sente constrangida perante a Helena, pois não tem problemas a relatar sobre Bruna, como Helena têm a relatar sobre Juliana. E por vezes acaba inventando situações apenas para se sentir confortável na conversa, pois percebe que Helena não gosta quando Bruna é elogiada “Parece até que ela tem ciúmes, fica torcendo o nariz. É como se eu me sentisse obrigada a falar mal da minha filha também.

Ela não tem respeito pela filha dela, fala mal o tempo todo e Bruna já percebeu isso e reclama pra mim que Helena fala mal da irmã dela o tempo todo” (SIC).

Título: “Uma família que alguém não está bem”

História: “Desenhei a família da Helena, que está com vários problemas. Ela tem problemas de saúde, problemas financeiros, tem uma vida muito agitada. E após o nascimento do terceiro filho dela, sentimos que eles ficaram com mais dificuldades financeiras e menos tempo para as crianças. Mas é verdade que as crianças adotadas estão meio que largadas após a chegada do filho biológico. João Pedro está com cara de criança carente. Acho que até meio desnutrido. Eles são uma família muito grande, entra e sai de gente e Helena está sempre ocupada dando atenção aos outros e João Pedro fica ali sozinho, tadinho. A Juliana tá na fase da adolescência e tá aprontando muito também” (SIC).

4.1.6.4 Considerações sobre os Desenhos

Nas produções de Ingrid, sua representação de família é demonstrada por meio da família adotiva, desenha e narra histórias tanto da família nuclear quanto da família extensa. Sua concepção de família é compreendida como lugar de felicidade e união.

Inicialmente, Ingrid apresenta uma família constituída por ela, seu esposo e a filha adotiva, sorridentes e unidos, verbalmente reforça que são uma família feliz, porém destaca que são solitários, por viverem sozinhos sem a presença da família extensa. A figura de um animal de estimação também é retratada e destacada nessa consigna como forma de exemplificar aqueles que realmente estão presentes na sua família.

Na segunda consigna essa necessidade de estar próximos da família extensa fica ainda mais evidente quando Ingrid desenha sua mãe, irmãos, sobrinhos e parentes do seu esposo, todos na mesma folha de papel, sob o título “A família que eu gostaria de ter”. É uma carência em razão do período em que Ingrid viveu longe dos laços consanguíneos. De forma desafetuosa, ela sobrevivia nas residências de outras pessoas em troca de abrigo e comida.

Sobre a adoção, por meio das produções onde Ingrid descreve a própria família, é possível observar a retratação de Bruna sempre ao meio dos pais, de mãos unidas e com semblante feliz.

Na terceira consigna, “Uma família em que alguém não está bem”, Ingrid retrata a história familiar de sua amiga, Helena, que adotou os irmãos de Bruna. Há relatos de descuido

e de uma vinculação parento-filial não concretizada para com as crianças adotadas. Nesse desenho Ingrid expressa sua indignação pela forma como os irmãos de Bruna estão sendo tratados após o nascimento do filho biológico da sua amiga. Para ela, Helena nunca recebeu as crianças adotivas como filhos, pois nunca aceitou verdadeiramente a adoção como forma de concretização da parentalidade.

Na última consigna, Ingrid afirma que já retratou a sua família no primeiro desenho solicitado e que não tem mais a acrescentar, demonstrando que deseja finalizar a aplicação do procedimento DF-E.

4.2 Categorias Temáticas de Discussão

Por meio da identificação das expressões e palavras significativas dos participantes em suas entrevistas e histórias dos desenhos, procedeu-se a busca pelas categoriais temáticas finais de discussão que pudessem representar de forma fidedigna todo conteúdo expresso por eles, conforme a análise de conteúdo de Minayo (2004). A tabela abaixo demonstra o processo de condensação das categoriais iniciais até as categoriais finais que serão discutidas a seguir.

Tabela 5 – Categorias Temáticas

Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Desconhecimento da figura paterna e ressentimento por ausências e abandono. Histórico de alcoolismo e violência familiar entre figuras parentais. Valorização da figura materna em detrimento da paterna. Referências à episódios temporários de abandono materno. Participação da família extensa na criação com inconstância na moradia. Infância interrompida pela necessidade trabalhar. Histórico de adoção informal vivenciado pelos parentes distantes. Percepção de infância feliz apesar das dificuldades vivenciadas. Tentativa frustrada de gestação biológica. Histórico de infertilidade. Adoção como alternativa para a parentalidade. Dificuldade em imaginar o filho adotivo devido ao desejo por um filho biológico.	Estigmas da infância e o desejo de reproduzir na vida adulta um modelo de família ideal não vivenciado na infância. Filho biológico como primeira opção. Obstáculos à concretização da parentalidade.	Desromantização da parentalidade: medos, desafios e experiências de luto do filho idealizado (biológico e adotivo), da família idealizada.

Romantização da parentalidade.

Preparação com cursos e pesquisas sobre adoção.

Perfil adotivo inicial para bebês sendo expandido após participação em grupos de apoio.

Frustração com morosidade burocrática do processo adotivo.

Insegurança quanto à capacidade de se vincular.

Medo do desconhecido, das manias e costumes da criança.

Medo do passado da criança.

Medo de não conseguir modelar a criança conforme a realidade.

Criança com características automatizadas do abrigo.

Desconforto com a presença da criança em casa.

Adaptação difícil devido aos costumes da criança.

O vínculo da criança com a instituição de acolhimento dificulta a adaptação.

Criança com dificuldade de expressar afeto.

Dificuldade em corresponder afetivamente à criança.

Adaptação com sofrimento e confusão emocional nos pais.

Incerteza em relação ao processo adotivo.

Arrependimento pela adoção tardia.

Auto avaliação negativa em relação a atuação parental.

Tentativa de recompensar fases da infância não vividas junto à criança.

A idade da criança atrapalha o vínculo inicial.

Detalhes ocultos do passado da criança revelados no estágio de convivência.

Desejo de apagar o passado da criança.

Formação de vínculo dificultada pelo contato atual com a genitora.

Comparações com a família biológica.

Sentimentos de pena, indignação, raiva e ciúmes em relação à família biológica.

Relatos de preconceitos, ciúmes, críticas por parte da família extensa à criança em razão da idade.

Decepção com a falta de apoio da família extensa.

Importância do acompanhamento psicológico aos pais adotivos.

Aceitação do processo de parentalidade por adoção.

Experiências promissoras de constituição da parentalidade.

Relatos de afeto e carinho na consolidação do vínculo.

Reconhecimento e orgulho do papel parental.

Importância dos grupos de apoio no enfrentamento das expectativas e ansiedades.

Resistências à adoção tardia.

Fantasia do filho ideal e descoberta do filho real.

Dificuldades em aceitar a parentalidade por adoção tardia

O passado da criança dificultando a adaptação e vinculação

Influência da família extensa na relação parento-filial da adoção tardia

Elaborando sentimentos com o apoio psicológico.

Consolidação do vínculo afetivo

Ressignificando a parentalidade adotiva

A vinculação parento-filial na adoção tardia: o peso do passado e suas repercussões.

A participação da psicologia na constituição da parentalidade adotiva.

Descoberta da vocação para a parentalidade.
Inserção em grupos de apoio à adoção tardia para ajudar outros pais e crianças.
Desejo de repetir um apadrinhamento e uma nova adoção tardia.

Fonte: Autora (2023).

4.2.1 Desromantização da parentalidade: medos, desafios e experiências de luto do filho idealizado (biológico e adotivo) e da família idealizada.

O processo de tornar-se pai e tornar-se mãe começa muito antes do nascimento de um filho, é um longo caminho que se inicia na infância de cada sujeito. As brincadeiras de faz-de-conta, fantasias da adolescência, identificações com os pais e os tipos de cuidados parentais recebidos, influenciam a forma como cada um pode exercitar a sua parentalidade. Para Zornig (2010), a parentalidade marca a dimensão de processo e de construção no exercício da relação dos pais com os filhos.

Lemos e Neves (2010) descrevem a parentalidade como produto da intersubjetividade e da transmissão intergeracional, construída no seio do aparelho intrapsíquico do sujeito. Assim a constituição da figura parental é um processo consciente e inconsciente, que produz alterações no psiquismo, podendo, inclusive, auxiliar na retificação da sua história infantil.

Os estigmas da infância dos pais adotivos e o desejo de reproduzir na vida adulta um modelo de família ideal foram percebidos como narrativa comum nos seis casos. A idealização de família adotiva esteve presente também nas produções gráficas dos procedimentos DF-E. As famílias foram representadas com aspectos gráficos que demonstram relações afetivas, como expressões faciais de felicidade, corpos unidos ou de mãos dadas, em ambientes ensolarados, praticando atividades juntos ou compartilhando momentos coletivos, além da presença de animais domésticos, plantas e outros elementos gráficos, como corações, que contribuem para o simbolismo de uma família completa e feliz. As narrativas dos desenhos trouxeram aspectos de vínculos familiares constituídos por meio de relacionamentos afetuosos, permeados de proteção, cuidado, apoio e respeito entre os membros da família nuclear. Tais representações simbolizam a necessidade dos pais adotivos em expressar a família que desejam, bem como o modo de funcionamento dela como um espaço de desenvolvimento físico, emocional e afetivo para todos.

Ao ponto em que o DF-E permite alcançar e compreender a natureza dos elementos internos, especialmente das imagens maternas, paternas dos participantes, é possível por meio dele perceber a qualidade dos vínculos estabelecidos entre os adotantes e adotados. Os desenhos deram suporte às narrativas dos pais e inquiridos da pesquisadora, contudo Trinca (2013) ressalta que para além desse suporte, as produções gráficas são elementos de imaginação e impulso criativo contribuindo para interpretação do DF-E como fenômeno transicional na perspectiva winnicottiana, criando assim um espaço que permite a manifestação do self verdadeiro, por meio de ações espontâneas e não pautadas na submissão:

O objeto (ou a produção do desenho, como no caso do DF-E) é vivenciado como interno, com significação subjetiva e, ao mesmo tempo, é externo, pois sua percepção pode ser compartilhada. Esse campo intermediário, que proporciona alívio à tensão entre o mundo interno e o externo no processo de aceitação da realidade (TRINCA, 2013, p. 280).

No procedimento DF-E de Ricardo (pai de Rodolfo), a primeira consigna já demonstra a sua concepção de família como a base e a origem de tudo que ele considera importante na vida. Inicialmente a família é retratada por meio da apresentação de um modelo monoparental, sendo a representação materna associada ao afeto, acolhimento e proteção. A mãe solo é desenhada próxima aos filhos com braços longos, alcançando todas as seis crianças que estão com semblante de felicidade. A ausência do seu pai é destacada na narrativa do procedimento com expressão de mágoa, evidenciando que o mesmo esteve ausente por toda a sua vida e que propositalmente não foi representado no desenho. Observa-se então que a figura do pai não foi representada graficamente, mas de certa maneira, estava presente no desenho, por meio de uma ausência que não consegue ser “apagada”. O ressentimento com a figura paterna é exposto também em vários momentos da entrevista de Ricardo, reforçando a imagem da família que ele deseja pra si:

Minha mãe criou a gente com mais esforço do que meu pai. Ela estava sempre presente, muito protetora. Meu pai teve grandes ausências em nossas vidas porque ele era alcohólatra. Ficou um vazio muito grande sabe... e eu tento não levar isso pra minha vida com minha família (SIC).

É interessante destacar que o caminho de constituição da parentalidade coloca em movimento aspectos do narcisismo dos pais, assim como suas lembranças e fantasias sobre suas relações objetivas primárias. De tal modo, o desejo de ter um filho, reatualiza as fantasias da infância de Ricardo, acalora seus conflitos inconscientes da relação com seu pai alcoolista, traz à consciência a carência afetiva paternal, já arquivada ao longo da vida, ao mesmo tempo em que realçou sua própria representação sobre a parentalidade:

“Hoje eu acho que nasci pra isso. Hoje é um dos sentidos que eu tenho na vida. Eu não conseguiria deixar de ser pai. Não me vejo mais como outra pessoa agora. Talvez eu sempre tenha tido isso e nunca tive a oportunidade pra saber o quanto eu tinha carência disso. Eu me sinto completo” (SIC).

Durante as narrativas de Ricardo, foi possível perceber que a relação entre ele e o filho, bem como a história do filho, suscitam lembranças da própria infância. Esse trauma de infância no desenvolvimento da parentalidade de Ricardo encontra reforço no dizer de Maggi (2009) sobre o adulto em processo de constituição da parentalidade, que ao iniciar a formação dos primeiros vínculos com o filho adotivo, pode vivenciar certa confusão por reviver a sua experiência primitiva das relações de objeto. Pordeus e Viana (2020) robustecem essa ideia ao dizer que as emoções provenientes das ligações constituídas na infância, determinam como o indivíduo vai responder aos estímulos, que podem variar de acordo com os acontecimentos e que independem de vontades e querer. A partir de então, percebe-se o quanto as vinculações afetivas constituídas na infância são expressivas na vida adulta, elas são a chave para o desenvolvimento emocional do indivíduo e conseqüentemente dos processos de vinculação.

No seu processo de constituição da parentalidade, Ricardo revive o medo de ser abandonado, desta vez por seu filho. Havia um receio declarado de que Rodolfo desistisse de ser adotado e quisesse voltar para a instituição. A chegada definitiva do filho trouxe um alívio, mas trouxe também à memória, um passado repleto de falhas de um pai alcoolista, que parece ter provocado em Ricardo um grande receio de falhar com Rodolfo e uma insegurança quanto à prática da parentalidade:

Eu realmente naquele momento, já me senti Pai, já me descobri com todos os medos e todos os despreparos possíveis. Pronto, pensei... ele é nosso! E o momento que completou essa trajetória toda foi quando ele estava com a nova certidão em mãos e aí a gente falou... pronto agora tá consumado e agora não tem mais volta (SIC).

Para Janine (Mãe de Daniel) as vivências de uma infância de intenso vínculo afetivo, muito apego e contato físico, também tiveram grande influência na construção de sua parentalidade. No procedimento DF-E, Janine apresenta a sua concepção de família como um lugar de atenção, cuidado, suporte, carinho e união. Sua preocupação e valorização com as questões afetivas e vínculos familiares ficaram evidentes na primeira e terceira consigna quando ela representa um modo de funcionamento familiar que desaprova, com desenhos de pais, mães e filhos que compartilham o mesmo ambiente, porém estão sempre isolados, sem diálogo, carinho e convivência.

Embora sejam marcas positivas, o referencial de dinâmica familiar vivenciado na infância repercutiu de forma negativa na sua parentalidade a partir do momento em que ela

passou a utilizá-lo como parâmetro de comparação para a nova família que estava se formando. Havia muita expectativa e cobrança sobre os seus sentimentos e da criança recém-adotada:

Eu tinha muitas expectativas sobre esse momento de conhecer ele, achei que ia sentir borboletas no estômago e estrelinhas. Mas chegando lá não foi nada disso. Eu fiquei o tempo inteiro pensando: Eu não tô sentindo nada, eu não tô sentindo nada, eu tenho que sentir alguma coisa! Eu tenho que sentir que ele é meu filho! Então aquilo me frustrou muito. O primeiro encontro não foi nada do que eu esperava, do que eu romantizei, nada do que eu imaginava, o Daniel era muito tímido, não proferiu nenhuma palavra. Frio! E eu sai do abrigo bem frustrada, bem triste: Meu Deus será que essa criança é meu filho mesmo? E daí começaram a surgir as dúvidas, os questionamentos internos, os porquês. Cheguei em casa muito tensa, até febre eu tive. Não conseguia dar uma palavra com meu marido, tomei um banho e deitei. Eu tinha medo de verbalizar, de dizer que não queria e que ele não era meu filho. Pela manhã eu orei e pedi a Deus que me desse uma palavra, porque eu já não sabia mais se eu queria adotar aquela criança (SIC).

É sabido que as expectativas são sentimentos inerentes ao processo adotivo, entretanto o problema reside quando os pais esperam dos seus filhos a solução das suas frustrações inconscientes e até mesmo conscientes (SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020). Desde o início, mesmo antes da chegada de Daniel, Janine já concebia uma família idealizada permeada de afeto, apego, “muito grude” (SIC). Para ela havia um filho ideal que a corresponderia afetivamente assim como no referencial de família que herdou:

Com essa história do Daniel não ter uma questão afetiva comigo, apenas com meu marido, eu me bloqueava. A cada abraço que eu dava nele e ele rejeitava, eu me afastava mais, ao invés de eu ensinar como amar e insistir nele, eu fui recuando. Aquilo foi me ferindo, me magoando, me maltratando (SIC).

Eu olhava pra ele e não via nada do que eu tinha idealizado como mãe... idealizava um filho lindo, carinhoso, chicletinho. Ou seja, o filho ideal era totalmente diferente do filho real. A minha expectativa de filho era o que eu tinha dos meus sobrinhos. Só que como é que eu podia esperar isso de uma criança que nunca soube o que era pai e mãe? Nunca recebeu amor, nunca recebeu carinho, nunca recebeu afeto. Então assim... foi um conflito. Faltou maturidade da minha parte, mas era muita coisa pra se trabalhar (SIC).

A idealização de uma família adotiva em razão dos estigmas recebidos na infância é uma experiência arriscada para constituição da parentalidade, principalmente quando se relaciona esse fato à romantização da parentalidade adotiva. Pela romantização da parentalidade, passam também as fantasias de uma relação perfeita com o filho, livre de conflitos, uma maternidade/paternidade sem inseguranças, sem sofrimento, sem questionamento do próprio sentido do papel parental. Sampaio e Magalhães (2021) corroboram que é comum observar nos pretendentes à adoção a romantização da parentalidade por meio da idealização de um filho. Nesse processo de romantização os pais alimentam em seu imaginário, formas de funcionamento e relacionamento familiar que não

condizem com a realidade, imaginam a família perfeita, entretanto nem as famílias biológicas possuem dinâmicas e relacionamentos perfeitos. Isto posto, é necessário entender que a família por adoção tardia demandará mais disposição e compreensão por parte dos pais acerca dos conflitos, discordâncias e situações de frustração que poderão surgir no processo de constituição parento-filial.

Na romantização da parentalidade encontram-se também as concepções de filho biológico como primeira opção para realização da parentalidade e num segundo momento, de filho adotivo ideal. Para Ana (mãe da Mikaela) era muito difícil aceitar a maternidade sem a concretização da gestação biológica, nem mesmo a imagem de um filho adotivo foi possível estabelecer devido ao luto não elaborado do filho biológico:

Eu não fazia uma imagem desse filho adotivo, eu não conseguia. Então isso ficava por conta do meu marido. Na verdade no início, eu tenho até vergonha de dizer... é um bloqueio que eu tive. Aí eu comecei a fazer terapia, pra entender que eu seria mãe, de uma forma ou de outra (SIC).

Em “Luto e Melancolia” (1917), Freud se debruça sobre os movimentos psíquicos existentes nas perdas afetivas e explica que nessas situações, a libido ausenta-se gradualmente das ligações com o objeto perdido, demandando tempo e energia em um trabalho psíquico do ego. Freud postula ainda que durante esse período, o indivíduo fica impossibilitado de ligar-se à um novo objeto de amor, contudo, quando o luto finalmente é elaborado, o ego fica novamente livre e desinibido, tornando-se capaz de realizar novos investimentos em novos objetos (*apud* SILVA; ABRÃO, 2021, p. 88).

Levizon (2006) destaca que a realização de uma adoção sem a elaboração do luto pelo filho biológico proporciona aos pais além da vivência do narcisismo, a constatação de sua limitação reprodutiva, fortalecendo assim a antinomia da relação que pode prejudicar a formação de vínculos, ou seja, no desejo de ter um filho, o narcisismo se faz presente por meio do desejo de continuidade da própria existência em razão da finitude humana, entretanto o processo adotivo vem comprovar a incapacidade de gerar essa “perpetuação” biológica, criando dessa forma uma contradição na relação adotiva, onde o adotante ainda deseja o filho biológico, e realiza a adoção na idealização de que terá esse seu filho biológico:

Ao mesmo tempo que eu queria essa adoção, eu ainda tinha um pé atrás. Porque eu queria o meu primeiro, o biológico. Mas meu marido desejava muito uma criança adotiva. Então hoje, hoje eu vejo que eu falava que queria, mas na verdade eu não queria de coração. Essa é a verdade! (SIC).

Pode-se pensar diante destas questões, que ao optar pela adoção tardia, Ana ainda estava em processo de elaborar o luto do filho biológico, não estando seu ego “livre e

desinibido” para novas ligações afetivas. Por meio do procedimento DF-E Ana reforça na primeira e segunda consigna como a vivência do período de adaptação foi um fator complexo na adoção de Mikaela justamente porque ainda estava em elaboração do luto pelo filho biológico, mas também evidencia na quarta consigna a superação desse luto representando a adoção tardia como o modo legítimo de constituição da sua família, detalhando inclusive o desejo de ampliação dessa família por meio de uma nova adoção tardia. De tal modo, para que a relação entre pais e filhos adotivos seja satisfatória, é imprescindível que, ao se decidirem pela adoção, os pais tenham elaborado o luto pelo filho biológico. É importante destacar que essa elaboração do luto deve envolver também a resolução do conflito entre o filho ideal e o filho real. A vivência do luto pela perda do filho imaginado facilita a aceitação do filho real em sua completude. No relato abaixo Janine expressa esse conflito:

Eu não consigo nem explicar direito o que eu sentia, era um misto, era uma luta. A luta de ter que enterrar aquele filho ideal que nunca existiu e ter que olhar pro Daniel e ver que ele era o filho que Deus tinha me dado e aceitar esse amor que já estava nascendo dentro de mim (SIC).

Mesmo após decidir pela a adoção tardia, Janine continuava a desejar o filho biológico, porém não tinha consciência disso. Essa idealização atrapalhou a construção inicial de vínculo com o filho adotivo. No início Janine vivia um estado de euforia, pela concretização do seu tão sonhado desejo de maternidade, entretanto, quando percebeu que Daniel não era o filho imaginado e que agora ele estava inserido em sua vida de forma definitiva, sua relação com ele começou a mudar, a alegria deu lugar ao desconforto:

Foi muito rápido, foi muito intenso. A gente esperou quatro anos, mas quando chegou a nossa vez, foi rápido. Quando ele veio pra casa foi um misto de emoções, foi muita alegria e foi aquela euforia também (SIC).

Eu olhava pro Daniel e começava a ter minhas dúvidas. Eu tinha medo de olhar pra ele. Eu pensava assim: Meu Deus não tem mais volta, ele tá aqui, é pra sempre e agora? e se eu não conseguir amar essa criança? (SIC).

O conflito interno de Janine e a sua romantização da maternidade se transformaram em rejeição ao Daniel. Foram muitas comparações com o filho idealizado, “Minha família é muito de toque, chicletinhos, a gente se beija e abraça muito, mas Daniel ainda está aprendendo isso. Porque ele não é muito de toque” (SIC). E também muita exigência para que Daniel atendesse às suas expectativas e obviamente muita frustração com todo esse processo:

Nos encontros que tínhamos com ele no abrigo, Daniel não expressava reação nenhuma quando nos via. Cada vez que eu saía de lá, eu ficava frustrada: Meu Deus eu achava que quando esse menino me visse, ele viria falar comigo, mas não (SIC).

E aquilo começou a trazer à tona a não maternidade de forma natural, coisas que eu achava que tinha curado emocionalmente começaram a borbulhar de novo (SIC).

Segundo Janine, seu marido assumiu a “maternidade, a paternidade, os cuidados com a casa” (SIC) e, sobretudo a responsabilidade sobre a adaptação física e emocional de Daniel, enquanto ela estava mergulhada em um processo de depressão e ansiedade “Foram 9 meses de dor intensa e de vergonha. Eu não saía, porque tinha vergonha das pessoas verem o meu semblante de tristeza, logo agora ao receber meu filho e virar mãe” (SIC). Dentro desse processo depressivo e diante de todos os seus questionamentos, Janine chegou a considerar a desistência da adoção e devolução do filho:

Eu pensava assim... de que adianta ele ter uma mãe que não ama ele. Era vergonhoso, Meu Deus isso é coisa que a gente vai fazer com o Daniel? O que as pessoas vão pensar? O que vai ser dessa criança? Que humilhação! E meu marido falava: Minha filha se a gente devolver você vai ficar pior, você não vai se perdoar e o que vai ser do Daniel? (SIC).

Daniel seguia seu processo de adaptação e vinculação afetiva somente com o pai. Para Winnicott (1960/2005) compete a figura paterna, a sensibilidade, união e compartilhamento de responsabilidades por uma criança que também é seu filho. Entretanto, Janine confessa que observava essa relação parental-filial com ciúmes e isso lhe causava mais afastamento do filho e mais bloqueios:

Meu Deus eu tô enlouquecendo eu não suporto olhar essa criança, eu olho pra ele e me dá um desespero. Jesus disse que a gente tem que amar o inimigo e eu não consigo nem amar uma criança?! Que tipo de ser humano sou eu? Eu não consigo amar uma criança! Eu era meu próprio algoz! (SIC).

Mesmo eu sendo grosseira com ele... ele nunca desistiu de nós. Eu admiro a resiliência dele. Eu falei coisas horríveis pra ele... tipo: eu não quero você aqui! Eu me arrependo profundamente das coisas horríveis que disse a ele, mas eu entendo que eu não estava na minha consciência normal. Eu espero que ele não tenha isso como um trauma, já pedi perdão a Deus e ao Daniel (SIC).

O coitado do Daniel sentindo tudo isso e a gente ficava cada vez mais distante. Ele falava comigo, me chamava já de mãe, mas afeição e amor eu não tinha pra dar. Acho que ele tinha tanto medo de se aproximar de mim, porque eu só chorava, ficava trancada no quarto (SIC).

Percebe-se que havia em Daniel uma abertura à vinculação com a mãe adotiva, entretanto Janine não estava disposta a novas ligações afetivas naquele momento. A vinculação afetiva é uma via de mão dupla, Sampaio, Magalhães e Machado (2020) falam em “adoção mútua” para exemplificar que os pais devem adotar os filhos, mas é imprescindível também que os filhos adotem seus pais e que somente assim haverá a possibilidade de vinculação afetiva. Nesse caso, fazendo uma analogia, faltou Janine realmente adotar Daniel, aceitá-lo como o filho real. Era necessário um apoio psicológico para inicialmente conceber e ressignificar e tão somente assim permitir o vínculo.

Winnicott (1953/2008) aponta que os conteúdos como infertilidade, necessitam ser trabalhados de forma terapêutica de modo que não se tornem persecutórios na vida da mãe adotiva. À vista disso, Janine relata que somente no decorrer da evolução do tratamento depressivo, mediante a realização de psicoterapias e do uso de medicações, começou a desenvolver a consciência sobre seus sentimentos e passou a entender a razão dos pensamentos e ações:

Eu passei a me reconhecer como doente e que sair daquela situação só dependia de mim. Tudo que eu estava pensando de errado e falando, me afundava mais (SIC).

Foi um sofrimento muito grande que eu passei, mas graças a Deus eu venci isso e eu estou fazendo questão de contar aqui porque o meu desejo um dia é poder ser porta voz de mães que não estão tendo coragem de dizer que não estão conseguindo amar seus filhos. E é uma dor muito grande. É uma vergonha que a gente tem. A gente não conseguir verbalizar isso nos mata mais ainda. A gente precisa entender o que tem, pra depois ser curada (SIC).

A vinculação afetiva com Daniel foi um percurso longo e muito doloroso para Janine e para filho também, mas a resistência do marido em sustentar esse período de conflito foi decisiva para que a história de Daniel não terminasse em mais um caso trágico de devolução à instituição de acolhimento. Winnicott (1960/2005) alega que primeiramente a mãe necessita desenvolver o autoconhecimento com apoio para elaborar seus medos e crenças. E que caso ela venha a sentir obrigada aos seus afazeres, seu desenvolvimento pode ser interrompido. É preciso existir um ambiente que dê suporte a essa mãe, para que ela consiga desempenhar seu papel de modo suficientemente bom e neste caso o pai de Daniel conseguiu exercer esse suporte de forma satisfatória, acolhendo o filho em sua chegada, permitindo o vínculo afetivo, suprimindo as necessidades básicas dele e também de Janine, além da dinâmica da casa.

Já no caso de Ingrid (mãe de Bruna), a parentalidade nunca foi objeto de idealização, de romantização. O filho biológico não era prioridade e, portanto, ela já estava construindo o “lugar” do filho adotivo no seu psiquismo parental, “Eu sempre quis adotar, já fazia parte dos meus planos. Na verdade eu nem pensava em ter filhos biológicos” (SIC). No procedimento DF-E, Ingrid demonstra sua concepção de família como um lugar de felicidade e união, com a presença da filha adotiva desenhada ao meio dos pais, de mãos unidas. Por meio da primeira consigna ela retrata sua família nuclear com semblante de felicidade, porém destaca que estão solitários sem a presença da família extensa. Na segunda consigna, Ingrid demonstra atualmente sentir falta de uma convivência com sua família extensa. Afirma que sua infância foi marcada pelo abandono parental, de forma desafetuosa, sobrevivia nas residências de outras pessoas em troca de abrigo e comida. Assim, em razão de uma infância permeada pelo

sofrimento, com privações e abandonos, Ingrid não criou muitas expectativas sobre a maternidade, num processo de defesa, até tentou se esquivar da idealização um filho adotivo:

Passei muitas dificuldades quando pequena, era de uma família de nove filhos e eu não queria ter muitos filhos pra fazer eles sofrerem com privações. Eu odiava aquela frase: Onde come um, comem todos! Mentira. Na prática não é assim! As pessoas romantizam muito ter um filho. Eu nunca romantizei (SIC).

Eu não sou romântica, não ficava romantizando e pensando em como seria a criança. Até mesmo porque eu li sobre o assunto, sabia que iria demorar, então preferi não ficar criando expectativa e imaginando ela (SIC).

Ingrid considera não ter vivido dificuldades iniciais no seu processo de constituição parental justamente por não ter idealizado uma família, não ter idealizado a criança adotiva e não ter alimentado os medos e expectativas específicos do processo por adoção tardia. Isso demonstra que Ingrid não atribuiu à família adotiva a função de substituir e imitar a biológica, minimizando o risco de criar resistências à adoção tardia.

Ao falar em resistências no processo adotivo, é preciso destacar a importância do acompanhamento psicológico aos pretendentes e aos pais adotivos, onde o psicólogo atua em uma condução essencialmente de escuta compreensiva e orientação, facilitando a elaboração dos conteúdos conscientes e inconscientes, as expressões mais profundas, medos e expectativas despertados. Nesse sentido, considerando como o apoio psicológico pôde auxiliar esses pais entrevistados em sua capacidade de ressignificar seus sentimentos, possibilitando a construção do “lugar” do filho adotivo no psiquismo e conseqüentemente contribuindo para a construção do vínculo afetivo na adoção, essa temática será abordada em amplitude na terceira categoria desta pesquisa “A participação da psicologia na constituição da parentalidade adotiva”.

Outro trabalho que também possui um papel fundamental no enfrentamento das expectativas e ansiedades dos pais é o trabalho dos grupos de apoio à adoção tardia, que funcionam como um espaço no qual eles são convidados a compartilhar suas angústias, dúvidas e experiências, podendo desmistificar crenças e mitos acerca da adoção tardia. No trecho abaixo, Ingrid destaca a importância da participação no grupo de apoio à adoção para o processo adotivo de Bruna:

Tudo que nos encaminhavam a gente lia, devorava, participava, porque tudo aquilo nos instruía e ia acalmando, amadurecendo para o momento da adoção. Então isso nos ajudou a ficarmos tranquilos, sem aquela ansiedade que quase todo casal tem quando vai adotar (SIC).

Ademais, esses grupos de apoio foram apontados pelos entrevistados como influenciadores na decisão de alteração de perfil adotivo inicial, de bebês à crianças acima de

dois anos de idade por meio do intenso trabalho de sensibilização e conscientização sobre a adoção tardia. Nos estudos de Sampaio, Magalhães e Machado (2020), também foi possível identificar que os pais entrevistados mudaram o perfil adotivo a partir dos encontros nos Grupos de Apoio a adoção, assim como também ampliaram a consciência sobre a realidade dessas crianças, os autores ainda deram ênfase à relevância das informações sobre o perfil da maioria das crianças que compõem a lista do Cadastro Nacional de Adoção. Assim é coerente dizer que o acompanhamento psicológico e a participação em um ambiente facilitador e apoiador podem cooperar e auxiliar as famílias em todo processo antes, durante e pós-adoção.

4.2.2 A vinculação parento-filial na adoção tardia: o peso do passado e suas repercussões.

A adoção tardia possui uma vinculação afetiva peculiar, Sampaio, Magalhães e Féres-carneiro (2018) explicam que a partir dos dois anos de idade a criança já faz uso da linguagem de forma compreensível, já consegue discernir o que deseja, possuindo uma capacidade gradativa de argumentar, negociar, aceitar e discordar, carregando experiências e uma história pregressa que fazem com que ela não se configure mais como um ser incompleto, necessitando, portanto que seja desenvolvida uma nova forma de construção do vínculo parento-filial. Investigando as motivações dos pais para adoção tardia, Sampaio, Magalhães e Machado (2020) caracterizam também vicissitudes específicas à construção do vínculo parento-filial ao ressaltar que a criança maior é capaz de negociar a afetividade e a construção do amor filial junto aos seus pais adotivos.

Essas particularidades da adoção tardia, quando não elaboradas de maneira adequada no psiquismo dos pais se revelam como um grande peso, por meio das dúvidas, incertezas e inseguranças, desde o momento em que eles ainda são pretendentes à adoção, perpassando por toda a trajetória do processo adotivo, afetando o período de adaptação e exercendo uma forte influência na formação de vínculo desses adotantes. Ao discorrerem sobre o vínculo familiar na adoção tardia, Pordeus e Viana (2020) aludem que os pretendentes e pais adotivos temem que as crianças acima de dois anos de idade não sejam passíveis de serem educadas devido à crença comum de que crianças maiores trazem maus hábitos, apresentam dificuldades na adaptação da nova família, possuem conhecimento sobre a adoção e carregam lembranças intensas e marcantes do passado ainda muito influentes em sua vida.

Em todos os casos analisados nesta pesquisa foi possível identificar dificuldade dos pais em lidar com a história pregressa dos seus filhos, tendo conhecimento prévio ou não dessa história, o medo foi o principal sentimento presente nos discursos dos pais adotivos. O relato de Ana (mãe de Mikaela) é permeado pelo medo, em vários trechos ela faz menção aos bloqueios que possuía em relação à adoção tardia devido à história pregressa “A gente tem medo do passado, o passado delas incomoda bastante, a gente tem medo disso aí, eu tinha medo” (SIC). A preocupação e a cobrança interna eram constantes, pois ela tinha consciência do quanto esse medo do passado da criança poderia atrapalhar a formação do vínculo afetivo:

Medo! Medo do trabalho que poderia dar, de manias, dos costumes. Medo de não conseguir trazer a criança pra minha realidade, pro meu costume, medo da adaptação mesmo (SIC).

Eu tive meus medos, meus receios. Eu tinha medo da criança, dela não se adaptar. Do tipo de criança que viria. Mas se fosse biológico e desse trabalho, eu iria fazer o que? Devolver pra onde? (SIC).

Ricardo (pai de Rodolfo) também revelou seu medo pela adoção tardia “Existe um mito terrorista que fala sobre a adoção tardia de crianças. Isso aí assusta mesmo!” (SIC). Mas ao vivenciar o processo de apadrinhamento de Rodolfo, teve a possibilidade de desmistificar essa forma de adoção:

Então a gente entrou num universo, no universo do Rodolfo que fez a gente olhar pra gente mesmo... pra saber se valia a pena encarar essa possibilidade que o pessoal aterrorizava, porém, que desconheciam completamente! Quando a gente começou a entender que a inquietação ali do pessoal que era totalmente motivada por ausência de realidade... a gente viu que não tinha nada a ver. E no dia a dia a gente percebeu que não existe terror nenhum (SIC).

Lima, Nácul e Cardoso (2020) relembram que mesmo com todos os pontos favoráveis ao sucesso de uma adoção tardia, como a guarda definitiva e a vinculação afetiva estabelecida, é frequente que os pais adotivos apresentem insegurança e ciúmes em relação a família biológica do filho adotivo: “A gente ficou tentando recompensar essas fases e até a gente entender que a gente não tinha que recriar essas fases, mas sim criar novas fases pra ele, sofremos bastante... todos” (SIC). Neste trecho da entrevista ao falar sobre o seu processo de formação de vínculo com Rodolfo, Ricardo exemplificou que a falta de vivência das fases iniciais da vida da criança foi também um fator de dificuldade. Dessa forma, percebem-se ciúmes dos pais biológicos em razão das vivências primárias da vida da criança e da ligação sanguínea que há com ela. Rita (mãe de Heitor) também relatou a influência da família biológica na sua relação parento-filial ao mencionar “O que ainda dificulta a minha formação de vínculo com Heitor é essa ligação que ele tem com a genitora” (SIC).

Silva (2016) descreve que a relação de consanguinidade pode conferir aos pais um reforço do seu desejo por um tempo narcísico infinito, em que os filhos sejam como espelhos dos pais e também portadores de sua imortalidade. A concepção do filho adotivo como herdeiro ou prolongamento de si próprio é um produto inconsciente dos pais adotivos, mas que desperta ciúmes ao tomarem consciência de que não são eles os portadores dessa ligação biológica. Há uma busca constante por características nos filhos adotivos que se assemelhem às suas, como forma de aproximação de uma relação sanguínea: “Se fizer um DNA pode ser até que dê nosso sangue, porque ela é muito parecida conosco!” (Ana, mãe de Mikaela).

Apesar do ciúme que Rita cultivou durante algum tempo sobre a questão biológica, ela sempre incentivou Heitor a visitar a genitora e manter contato. Isso se deve a sua vivência como colaboradora em grupos de apoio, onde obteve consciência sobre a necessidade de acolher e ajudar a criança adotiva a ressignificar a história pregressa, entretanto confessa “As vezes eu fico chateada, porque ela só procura por ele quando precisa de dinheiro. Teve uma época que eu tinha até ciúmes dele com a mãe biológica. Mas hoje não tenho mais” (SIC). À medida que os pais alcançam confiança e segurança na relação afetiva, esse ciúmes da família biológica tende a sumir, conforme destaca Ana “Antes eu não gostava, tinha medo, tinha ciúmes. Mas hoje não sinto mais nada” (SIC). Ana conta ainda que durante o período de adaptação, atravessada pelos ciúmes, medos e resistências, chegou a se questionar:

Meu Deus o que é que eu fiz da minha vida em aceitar a adoção, eu cheguei a me arrepender e aí foi quando eu parei e disse... opa! Preciso de ajuda e fui fazer terapia, que foi um divisor de águas e me ajudou muito a enxergar tudo e a ter uma nova relação com Mika (SIC).

Silva (2020) menciona que a construção do vínculo parento-filial na adoção tardia necessita de um acompanhamento psicológico, que possa potencializar as habilidades dos adotantes, auxiliando-os nos desafios provenientes da convivência familiar e também no desenvolvimento psicossocial da criança. Além disso, o apoio psicológico deve também possibilitar um espaço para que os pais possam ser ouvidos e compreendidos acerca das suas fantasias, dos seus medos referentes a perda de quem se adota, incertezas de não serem amados e inabilidade no desenvolvimento do papel parental.

Sobre o desenvolvimento da parentalidade adotiva, Elaine (mãe de Rodolfo) afirma que já tinha consciência de que o caminho não seria fácil em razão das informações obtidas com os grupos de apoio à adoção, mas admite que não estava preparada para o Rodolfo, para a sua verdadeira bagagem, uma história de sofrimento, angústia e tristeza que ele trazia:

Não achei que seria tão difícil como foi. Uma criança de quatro anos teria sido bem mais fácil. Fizemos parte de grupos de apoio, grupos terapêuticos, fizemos muitas

leituras como preparação. Eu acho que se eu tivesse adotado realmente uma criança de quatro anos teria sido bem mais fácil. O desgaste seria físico (SIC).

Inicialmente o perfil adotivo escolhido por Elaine foi de até quatro anos de idade, ou seja, já havia a abertura e possibilidade de uma adoção tardia, contudo no seu imaginário, as dificuldades inerentes a essa faixa etária, não seriam necessariamente as vivências e experiências de uma adoção tardia, mas sim, o comportamento típico de criança da primeira infância, em fase de descobertas, cuja dependência física para as tarefas do cotidiano é grande e desgastante “Eu imaginava uma criança até quatro anos de idade, alegre, que ia bagunçar muito, dar muito trabalho. Mas uma criança normal” (SIC). Havia detalhes da história pregressa que Elaine não tinha conhecimento antes da adoção, no período de apadrinhamento e nem no estágio de convivência, segundo ela, nem a própria instituição de acolhimento tinha conhecimento, pois Rodolfo só revelou após a adoção “Ele viveu em situação de rua, viveu e presenciou muita violência, viu a morte da mãe e irmãos” (SIC).

Fernandes e Santos (2019) alertam que na adoção tardia há uma considerável chance de que as experiências das crianças tenham sido adquiridas em situações de sofrimento e que esse repertório afetivo é de difícil acesso por parte dos pais adotivos, tornando-se desconhecido. Nos seus estudos sobre a infância, Winnicott (1953/2008) já recomendava que os pais adotivos tivessem acesso à história pregressa dos seus filhos, pois que são informações importantes para compreensão das perturbações e situações conflituosas que a criança viveu. Ao mesmo tempo em que interroga se os pais adotivos estão dispostos e preparados para suportar os fracassos da família de origem e as consequências disso na vida da criança. Nesse sentido, ao escutar Rodolfo falar sobre o passado, Elaine confessa os seus sentimentos em relação à família biológica dele:

Nos causava raiva da família de origem. Ele questionava por que não viveu isso antes, porque não foi adotado pequeno, porque não nasceu da nossa família. Hoje é que eu vejo meu filho diferente. A chegada dele foi de muita dor e medo e de muita confusão emocional sabe (SIC).

Winnicott (1953/2008) afirma ainda que, é imprescindível conhecer a dinâmica inicial da vida da criança para que os pais adotivos possam compreender quais os tipos de cuidados que deverão desenvolver. Assim, é possível observar que apesar dos sentimentos negativos despertados pela história de vida do Rodolfo, a oportunidade de conhecer a história pregressa do filho adotivo possibilitou à Elaine compreender quais os manejos necessários para a situação a partir de então:

Nos sentíamos cobrados pela vara da infância para oferecer ao Rodolfo tudo que ele necessitava. Quando o Rodolfo começou o processo terapêutico, os traumas dele

eram muito profundos, na hora de dormir ele deitava no colchão no nosso quarto e chorava e pedia pra morrer. A mãe dele biológica faleceu, ele presenciou morte dela. Ele viu a morte de alguns irmãos na rua, na violência, trocando tiros com a polícia, tinha 17 irmãos. Eu me deitava a noite e tinha medo do Rodolfo se suicidar. Ele estava em um profundo processo de depressão. Ele precisou tomar medicações, terapias com psicólogos e psiquiatras. Ele estava feliz com a adoção e tinha um carinho imenso por nós, mas é como se alguém dissesse pra ele que ele tinha que esquecer tudo que passou. Ele teve que lidar com tudo isso (SIC).

Me senti mãe verdadeiramente em todas às vezes que ele precisou de mim, nos momentos de dor, onde chorei com ele e escondida dele. Me senti mãe dele na última crise que ele teve onde precisei passar o dia todo com ele, deitada na cama, segurando ele. Foi um processo complicado, que doeu, mas tudo isso ajudou o nosso vínculo, nos aproximou. Ele é filho! Eu não consigo me ver mais sem ele (SIC).

Para que a mãe possa auxiliar no desenvolvimento do seu filho, é necessário que primeiramente ela compreenda e identifique as necessidades dele. Nesse sentido Winnicott (1960/2005) enfatiza que é preciso que essa mãe-ambiente desenvolva a preocupação materna primária, que é a sua capacidade em se adaptar ativamente as necessidades do filho, identificando-se com ele e manejando cuidadosamente as demandas que ele apresenta. Dentro desse contexto, ao falar sobre a chegada de Rodolfo em casa e sobre os cuidados dispensados a ele em razão da dolorosa história pregressa, observa-se que Elaine já vivenciava o estado de preocupação materna primária, compreendendo suas necessidades, suprindo-as e lidando com as dificuldades de seu filho adotivo como uma mãe suficientemente boa. Sempre muito preocupada com as necessidades do filho, Elaine reforça que precisa melhorar e evoluir para ajudar Rodolfo:

Felizes ficamos, mas foi de muita consciência da responsabilidade de que nós tínhamos que ajudar o Rodolfo no processo de cura dele e também para o nosso próprio processo (SIC).

Winnicott (1953/2008) entende que o processo de adoção deve contar com profissionais que amparem os pais adotivos, na predição de prováveis fracassos, visto que a história das crianças que vivenciam esse processo, é comumente permeada por vários tipos de violências. Por isso pensar a história originária da criança adotada é essencial a todo o processo adotivo, seja tardio ou não, de modo que se preze por não negligenciar esse conteúdo. Lima, Nácul e Cardoso (2020) falam sobre o perigo da tentativa de se apagar o passado da criança, alertando que essa ação pode ser nociva por gerar um tabu em torno da adoção, dificultando a construção e manutenção dos papéis, bem como do vínculo parento-filial. Ana, mãe da Mikaela confessa esse desejo, mas reconhece que não é saudável “Somos egoístas em querer bloquear o que ela passou” (SIC). Ayala *et al.* (2014) apontam que em

alguns casos a vontade de abandonar a história pregressa está presente nas duas partes, o adotante e o adotado:

Então mudamos o nome dela, ela ajudou a escolher, negociamos com ela. Ela ficou em dúvida se tirava o nome de nascimento. Então deixamos o nome de nascimento e ela ficou com um nome composto. Depois ela ficou pedindo pra retirar o nome de nascimento da certidão. Na escola ela não queria nem aprender a escrever o nome de nascimento (SIC).

As vivências anteriores da criança representam uma parte peculiar de sua identidade, como Winnicott (1955/1997) enfatiza, os primeiros cuidados que a criança recebeu, ou seja, a sua história pregressa possui grande influência sobre o psíquico dela. Isto posto, não podem ser negadas ou anuladas, há na realidade uma necessidade manifesta de que sejam aceitas e integradas à nova ligação afetiva desse filho adotivo. Desta forma, Sampaio, Magalhães, Féres-Carneiro (2018) afirmam que ao inserir a criança em um novo seio familiar, abre-se a possibilidade de ressignificação destas experiências pregressas, que compõe parte do processo de construção da identidade da criança. Sobre as experiências passadas, Ingrid (Mãe de Bruna) acredita que a idade da filha no momento da adoção realmente dificultou a vinculação entre as elas, visto que Bruna já expressava claramente suas vontades e pensamentos, nesse sentido as duas acabavam entrando em conflito com frequência:

Ela fazia escândalo por tudo que não saia do jeito que ela queria, ela chorava muito, só queria as coisas do jeito dela. Mas aos poucos fomos educando ela. Sentimos muito com essa questão das regras, pois no abrigo eles aprendem que criança não pode trabalhar, só brincar. Mas mandar colocar o próprio copo na pia, ou recolher a toalha molhada de cima da cama, não é trabalhar, faz parte da educação. Porém a resposta dela vinha rapidamente na ponta língua, que ela era criança e não podia trabalhar. Então aos poucos fomos ensinando, mas isso foi difícil. Hora de dormir, hora de comer, o que comer. Tudo isso foram pequenas batalhas (SIC)

Por isso, Fernandes e Santos (2019) acrescentam que os pais por adoção tardia necessitam aprender a conviver com essa situação, já que não se deve e não se pode eliminar da vida de uma criança suas experiências pregressas ou acreditar que isso será omitido por elas. Assim faz-se necessário discutir sobre estas vivências passadas, promovendo uma conversa de forma aberta com a criança sobre o seu passado, livre de ofensas, de forma a integrar essas experiências à nova vida do filho adotivo. Fernandes e Santos (2019) salientam ainda que o objetivo dessas conversas seria favorecer o desenvolvimento de narrativas sobre o passado, entretanto, tomando cuidado para que a criança não se sinta obrigada a escolher entre os pais adotivos ou biológicos daqui pra frente. Nesse sentido, Ingrid (Mãe de Bruna) demonstra como os pais adotivos devem assumir um papel de compreensivo acerca da história

pregressa do filho, ajudando-o a ressignificar essa experiência sem, no entanto, conferir seu julgamento de valor sobre a história dele:

Ela chegou aqui com uma ideia na cabeça de que a biológica era ruim, que maltratava ela e tal... mas eu tenho tentado desconstruir, explicando que ela era uma pessoa doente, usuária de drogas e que não tinha condições de cuidar dos filhos, mas que não era assim por maldade (SIC).

Winnicott (1955/1997) assinala que o sucesso de uma adoção tardia está relacionado especialmente à capacidade dos pais adotivos em tolerar as consequências derivadas dos erros e fracassos dos pais biológicos. Portanto, ainda que a adoção tardia possibilite uma nova realidade para a criança, não se podem desprezar suas vivências prévias, pois nelas a criança também obteve aprendizados, por meio de erros e acertos, perdas e conquistas. A criança construiu parte de sua identidade e subjetividade, além de ter estabelecido vínculos que serão importantes para a sua vida. Isto posto, é preciso que os pais adotivos acolham, elaborem e ajudem também seus filhos na condução dessa ressignificação da história pregressa.

4.2.3 A participação da psicologia na constituição da parentalidade adotiva.

O processo adotivo é uma alternativa promissora de fornecer à criança institucionalizada, um ambiente suficientemente bom para que ela possa dar continuidade ao seu desenvolvimento físico e psicológico. Segundo Winnicott (1953/1997), a partir do provimento de um ambiente suficientemente bom, uma relação profunda pode ser construída por meio da adoção, na qual a criança adotiva se sinta seguramente sustentada e acolhida, como pertencendo à nova família que a recebeu. Esse ambiente é proporcionado pelos pais adotivos, que devem estar aptos a oferecer uma base segura para o adotado, especialmente para seu desenvolvimento emocional, satisfazendo suas necessidades básicas e contribuindo para a superação de traumas derivados da ruptura com os primeiros laços afetivos a fim de que novos vínculos possam ser formados. Entretanto, para que exista a formação desses vínculos, é necessário primeiramente que os pais adotivos estejam preparados para a chegada desse filho real, e isso requer adaptações neste contexto, para uma tolerância e permanência da criança no ambiente, mas, sobretudo no seu psíquico.

É extremamente importante que esses pretendentes estejam atentos a real motivação que lhes impulsiona ao processo adotivo, haja vista as discussões da primeira e segunda categoria deste trabalho que alertam sobre as motivações, os desejos e as elaborações desses conteúdos parentais estarem intimamente relacionados ao prognóstico da adoção,

principalmente da adoção tardia. Geralmente os pretendentes à adoção têm como motivação de forma mais frequente a infertilidade, e como ponto crucial, eles precisam ter passado pelo luto ou pela reparação daquele filho biológico que não veio. Para que dessa maneira, quando a criança estiver em uma família substituta, ela não carregue a incumbência de concretizar as idealizações advindas desses novos pais.

É nesse sentido que se encontra a importância do trabalho do psicólogo junto ao processo de adoção tardia, buscando inicialmente conhecer e compreender as motivações para adoção a fim de evitar que a criança vivencie outras ocasiões traumáticas de abandono e sofrimento nessa nova família. CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2018). No Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), o Art. 197 estabelece que no período de habilitação do processo jurídico de adoção, há uma obrigatoriedade de avaliação desses futuros pais por uma equipe interprofissional, psicólogo e assistente social, a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, devendo ser elaborado um estudo psicossocial, capaz de fornecer subsídios que permitam aferir a capacidade e o preparo desses pretendentes a uma parentalidade responsável com base nos requisitos e princípios do ECA.

Em se tratando especificamente da avaliação psicológica dentro do processo jurídico de adoção tardia, Ferreira *et al.* (2017) interpõem a responsabilidade dessa perícia no período de habilitação, em compreender os fenômenos do indivíduo, reunindo informações sobre as condições psíquicas, emocionais, cognitivas e de personalidade dos postulantes, além de levantar informações sobre suas condições ambientais e financeiras que possam dar subsídio ao parecer final do juiz. De acordo Oliveira (2014), a observação e a escuta psicológica realizadas de forma sistemática durante a entrevista na avaliação psicológica, podem auxiliar o profissional a compreender melhor a história dos pretendentes à adoção, bem como, das crianças que estão à espera de uma família. Ferreira *et al.* (2017, p. 11) alertam ainda que:

É preciso ter um olhar subjetivo na avaliação com os pretendentes a adoção, no qual, cada um tem um motivo singular para fazer uma adoção. O psicólogo precisa seguir o código profissional e atuar com ética e empatia para lidar com os conflitos que possam acontecer em um processo judicial de adoção.

Assim considera-se que no processo adotivo a avaliação psicológica pode além de auxiliar a tomada de decisão do judiciário, contribuir também na prevenção de uma futura desistência e devolução da criança por parte dos pais adotivos ao se depararem com realidades muito distintas do que haviam idealizado em termos de parentalidade e filiação adotiva, haja vista que ao obter informações psíquicas dos pretendentes por meio dos instrumentos avaliativos, o psicólogo tem a possibilidade de compreender as fantasias e o lugar que a futura

criança ocupará no imaginário parental, evidenciando dentro do laudo psicológico os aspectos emocionais e afetivos desses futuros pais, de maneira que nos demais estágios do processo de adoção a equipe possa dar continuidade ao trabalho de amadurecimento do projeto adotivo com vistas a construir um sentimento de pertença e inscrição do filho adotivo na história desses pais. Nesse contexto Serafim (2014, p. 95) explica que:

O papel do psicólogo na adoção é fornecer subsídios por escrito (laudos) ou verbalmente (audiências), quando atuar como perito judicial diagnosticando as situações que envolvem a criança ou o adolescente e sua família, com os encaminhamentos pertinentes ao caso, ou quando realiza orientações, acompanhamentos com o objetivo de propiciar mudanças. É interessante notar que a intervenção do psicólogo pode tanto ser direcionada aos adotantes como à criança que será adotada. A avaliação da criança pode tanto ocorrer antes do processo de adoção começar (na destituição do poder familiar, por exemplo) como durante o estágio de convivência ou mesmo sendo realizado um acompanhamento posterior à adoção.

No entanto, Cecílio e Scorsolini-Comin (2018) afirmam que é necessário apontar para a escassez de estudos científicos que retratem experiências dos adotantes e adotados, quanto das equipes durante a realização dessas avaliações. É, sobretudo, lamentável a baixa produção científica acerca do tema, pois a coleta de informações durante a avaliação pode possibilitar a realização de intervenções prévias com os pretendentes e crianças também, a fim de minimizar situações de riscos do processo adotivo, aumentando as chances da adoção ser bem-sucedida, visto que é fundamental conhecer as peculiares do adotante, representações de suas histórias psíquicas, que refletirão na relação e no vínculo a ser estabelecido com a criança.

Para tal, a psicologia necessita estar presente para ajudar na formação desse vínculo afetivo desde a destituição do poder familiar dessa criança, ou seja, a ruptura com os pais biológicos que por razões diversas ficaram impossibilitados de criar seus filhos, até a formação do novo núcleo familiar da criança e consolidação do vínculo parento-filial com os pais adotivos, ou seja, é importante que a psicologia se faça presente antes, durante e após o processo adotivo. Winnicott (1954/1997) coloca que no processo por adoção tardia, é importante destacar a necessidade de esforços que devem vir de todos os envolvidos, implicando em uma elaboração psíquica por parte de pais, irmãos e também da família extensa, pois a nova família deve suprir condições para o desenvolvimento emocional e psicológico da criança adotada ocorrer de forma mais saudável assim como se espera de uma família concebida de forma biológica. Portanto, os pais pretendentes à adoção devem se preparar enquanto aguardam a chegada do filho adotivo, assim como os biológicos fazem

durante a gestação, preparação esta que envolve não apenas a aquisição de informações, mas também uma elaboração psíquica na formação da parentalidade.

Na constituição da parentalidade é necessário que os pretendentes possam rever as motivações que os direcionam para o caminho da adoção. É preciso conhecer a fundo o próprio desejo, questionar-se sobre a concretização desse desejo e na impossibilidade, aceitar a falha, reorganizar o desejo, dar novo sentido a ele, adequando-o à uma nova realidade. Mas isso não é uma tarefa simples e nem fácil, entre os pais participantes desta pesquisa, é possível perceber que alguns tiveram mais dificuldades nesse sentido, e por consequência, tiveram também mais dificuldades na formação de vínculo com seus filhos adotivos.

Nessa perspectiva, Winnicott (1957/2005) coloca que é importante pensar o contexto da família adotiva de maneira singular, a fim de que realmente se possa compreender as dificuldades do exercício parental. Fernandes e Santos (2019) consideram que a forma como os pais adotivos enfrentam e superam as dificuldades ocorridas é o prognóstico do sucesso da adoção tardia. À vista disso, é importante pensar sobre o acompanhamento psicológico no processo adotivo, que deve ocorrer não somente no início, mas também durante e no pós-adoção, tendo sua inestimável parcela de contribuição, conforme menciona Janine (mãe de Daniel):

Eu estava definhando, não saia do quarto, precisei de remédios. A família me ajudou muito e graças a Deus eu encontrei um anjo de psicóloga, especialista em pais adotivos que me ajudou a enterrar o filho imaginário que eu tinha lá de trás, anos atrás: Era uma menina, que eu idealizava brincar de boneca, aquele sonho de princesa, colocar lacinho e tudo mais. Tive que enterrar tudo isso pra aceitar o Daniel. Passei nove meses em depressão desde a chegada do Daniel (SIC).

Para que o vínculo parento-filial se estabeleça, Fernandes e Santos (2019) afirmam que é necessário que ambas as partes estejam envolvidas e interessadas em formá-lo. Nos relatos de Janine percebe-se que essa “disposição” à vinculação e consequentemente à constituição do seu papel parental por adoção somente se deu após o processo terapêutico com sua psicóloga, onde verdadeiramente permitiu-se vincular ao filho real e pôde experimentar a reciprocidade:

E o mais incrível foi que quando eu comecei a mudar, o Daniel começou a mudar os comportamentos também. Foi como se uma porta se abrisse entre a gente. E aí começamos a nos vincular pouco a pouco. Comecei a olhar o Daniel com olhos diferentes, comecei a ver as qualidades do Daniel (SIC).

Hoje temos uma relação muito forte. Hoje vivemos um momento completamente diferente. Hoje sou mãe... meu marido foi pai desde o primeiro dia, mas hoje sou mãe! Hoje somos uma família! (SIC).

Ao adotar um filho, Winnicott (1955/2008) compreende que os pais adotam, também, uma demanda psicológica complexa de conteúdos afetivos profundos a serem elaborados. Havendo, portanto, uma necessidade de acompanhamento terapêutico tanto da criança, quanto dos pais, para que seja possível manifestar as angústias e sentimentos adversos sobre a experiência adotiva. A respeito disso Elaine (Mãe de Rodolfo) expressa a influência do processo adotivo na sua vida “Acabei tendo que olhar também para as minhas expectativas, para as minhas dores também. O processo de adoção dele despertou um processo de mudança em nós três” (SIC). Desse modo, Winnicott (1955/2008) destaca ainda que antes da criança ser recebida por uma família adotiva, ela primeiramente vivencia o aniquilamento da sua base, da sua segurança inicial e passa por uma queda infinita suscetível de reaparecer a qualquer momento, seja em pesadelos ou desenhos. Dessa forma, Elaine retrata o sofrimento do seu filho diante de um passado de violência e perdas consecutivas:

Quando o Rodolfo começou o processo terapêutico, os traumas dele eram muito profundos, na hora de dormir ele deitava no colchão no nosso quarto e chorava e pedia pra morrer. A mãe dele biológica faleceu, ele presenciou morte dela. Ele viu a morte de alguns irmãos na rua, na violência, trocando tiros com a polícia, tinha 17 irmãos (SIC).

Nessa perspectiva, quando os filhos adotivos derivam de um ambiente hostil onde vivenciam experiências de rupturas e violências, Winnicott (1954/1997) aponta que os pais são provocados a desempenharem também o papel de “pais-terapeutas”, sendo chamados à necessidade urgente de suprir e reparar sofrimentos, angústias e deficiências ambientais dessas crianças. Alves e Hueb (2022) também colocam que os pais por adoção, tornam-se terapeutas de uma criança que sofreu privação ou de-privação, devendo tolerar os ataques de fúria da criança, e essa resistência é fundamental, pois a criança necessita experimentar o ódio externo a eles; assim, os pais, ao trazerem para a criança sua história de vida e também o ódio, lhe proporcionaram um ambiente terapêutico, que será sua própria casa.

A família é vista então como um ambiente facilitador para ao amadurecimento emocional da criança, devendo os pais estarem disponíveis para atender suficientemente as necessidades afetivas e emocionais do filho. Winnicott (1988/1990) postula na teoria do amadurecimento emocional que cada pessoa nasce com um potencial inato para amadurecer, porém isso estará condicionado a existência de um ambiente facilitador. Portanto, “amadurecer significa alcançar o desenvolvimento do que é potencialmente intrínseco – e para tal, é fundamental, no início da vida, um ambiente que consiga oferecer as condições necessárias” (ALVES; HUEB, 2022, p. 74).

Diante de tantas demandas psicológicas confiadas aos pais adotivos, é fundamental entender que eles podem não ser capazes de atendê-las todas simultaneamente e inteiramente. E que ao estarem disponíveis para promoverem um ambiente suficientemente bom e serem terapêuticos aos seus filhos, precisarão também de um espaço terapêutico para si próprios. Oliveira (2022) ressalta que é papel do psicólogo ajudar o adotante a proporcionar um ambiente suficientemente bom para o adotado, especialmente no período inicial de convivência onde há momentos em que o desejo do adotante é posto à prova. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade do acompanhamento psicológico antes, durante e após a adoção, sendo importante reafirmar que por meio dele, os pais adotivos encontram um espaço de reflexão, primordial para elaborar conteúdos de angústias, medos e fantasias, bem como ressignificá-los, tornando-se também um trabalho fundamental para favorecer a aceitação do seu processo de parentalidade por adoção.

Por meio do processo psicoterapêutico, Ana (mãe de Mikaela) pôde legitimar a criança como filha e assim entender que seria mãe “de uma forma ou de outra” (SIC) e que não era a origem (biológica ou adotiva) da sua filha que iria determinar a relação de amor a ser estabelecida com ela, mas sim o vínculo afetivo como afirmam Machado, Féres-Carneiro e Magalhães (2015, p. 445) “A ausência do fator biológico exigirá uma valorização do papel jurídico e dos aspectos afetivos para a legitimação dos laços de parentesco”. Além disso, Ana demonstra saber que sua filha teve grande atuação no seu processo de constituição parental, “Mas o sucesso da minha adoção foi todo mérito dela, mais dela do que da gente, porque Mika é incrível. Hoje em dia eu sou apaixonada pela minha Mikaela” (SIC). Pordeus e Viana (2020, p. 13) fortalecem esse relato ao mencionar que “É necessário que a ligação se dê entre ambas as partes e, para se formar vínculo, é importante que adotante e adotado queiram construir esses vínculos”, tornando clara, portanto a participação ativa da criança na formação do vínculo afetivo com o adotante, e por consequência na constituição da sua parentalidade.

Com o auxílio da psicoterapia, Janine (mãe de Daniel) também foi assumindo aos poucos o seu papel materno na dinâmica familiar e legitimando à Daniel o seu lugar de filho, “Eu faço questão hoje de reafirmar o quanto ele é amado, que ele foi enviado por Deus, que ele é o presente de Deus pra nós” (SIC). Oliveira (2022) corrobora ao afirmar que o apoio do profissional de psicologia é essencial tanto em relação a sustentação desses vínculos fortalecidos quanto para a escuta e orientação perante de novos desafios, ressaltando que cada família demandará um tempo e um manejo específico, sendo imperativo que o psicólogo possa refletir sobre as estratégias mais adequadas em busca de reduzir prováveis frustrações

das partes envolvidas nesse processo. Pordeus e Viana (2020, p. 14) também substanciam a participação da psicologia ao colocarem que “A terapia familiar atua como opção sólida no fortalecimento dos vínculos, atuando como um importante instrumento de consolidação dos vínculos, respeito às singularidades e incertezas provenientes do processo”.

Ademais, após a elaboração de conteúdos em processo terapêutico, alguns pais adotivos (Ana, Janine, Elaine e Ricardo) confirmaram o desejo de realizar uma nova adoção tardia, fato este que não apaga a experiência inicialmente dolorosa, porém demonstra que essa prática pode ser recompensadora e promissora com apoio psicológico adequado, além de evidenciar a aceitação do processo de parentalidade por adoção destes pais adotivos. Ana demonstra inclusive que hoje esse desejo por uma nova adoção é um processo mais consciente, alertando que “a adoção não é algo perfeito, assim como um filho biológico também não é” (SIC). Nesse viés da conscientização, destaca-se também o interesse de Elaine em atuar em Grupos de Apoio à Adoção. Após a superação de um processo de adaptação e reconhecimento do seu papel parental, ela decidiu auxiliar outros pretendentes à adoção, a mergulharem no universo da adoção tardia com apoio e orientação, a fim de que possam desfrutar de um percurso de constituição parento-filial mais consciente.

Portanto, constituir-se enquanto pai e mãe exige esforço, dedicação, trabalho e, sobretudo tempo. Tempo para se conhecer, tempo para conhecer ao outro, tempo para o conhecimento mútuo. É preciso acolher, aceitar o outro em sua integridade, mas também com suas dificuldades e limitações, sem, no entanto esquecer que somado a isso é preciso também acolher-se, aceitar-se, permitir-se sentir as dúvidas e as incertezas de ser pai ou mãe, vivenciar as dificuldades iniciais da adaptação e os desafios que uma adoção tardia implica, reconstituindo psicologicamente o tipo de família, de filho e de vínculo parento-filial possível para a sua realidade. Por fim, é válido relembrar que a Psicologia enquanto ciência que se debruça sobre a singularidade e pluralidade humana, é aquela que se dispõe a acolher e acompanhar essas pessoas em seus modos possíveis de serem mães e pais adotivos, afinal, como expôs Winnicott (1964/2016, p. 238) “... quantas das dificuldades dos pacientes decorrem simplesmente do fato de que ninguém jamais os escutou inteligentemente”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa demonstrou que no processo de constituição da parentalidade por adoção tardia, as relações parento-filiais estudadas ocorreram mediante o encontro de sofrimentos como a perda dos laços afetivos primários do adotado, o abandono prolongado em instituições de acolhimento, a frustração do adotante diante da não possibilidade de gerar filhos biológicos e as suas idealizações demasiadas de filhos e famílias adotivas. Apesar das dificuldades iniciais as adoções tardias representaram para as crianças a chance de restabelecerem um ambiente familiar suficiente bom, favorecendo o desenvolvimento, com espaço para trocas afetivas e possibilidade de ressignificar as relações familiares que antes possam ter se mostrado como negligentes ou faltosas. E por outro lado, as adoções também representaram a concretização do desejo de parentalidade desses pais adotivos.

Foi possível compreender também que as motivações para as adoções nos seis casos surgiram por meio do desejo genuíno de ter um filho, não sendo constatado aspectos altruístas nas narrativas. Entretanto em todos os casos, os pais confirmaram a adoção tardia como segunda opção de realização da parentalidade motivados pelo histórico de infertilidade ou dificuldades biológicas que impediram a continuidade das gestações. Sendo importante salientar que a substituição do filho biológico pelo filho adotivo ficou evidenciada como uma tentativa de encobrir uma ferida narcísica diante da impossibilidade de gestação. Essa questão demonstrou ser um fator preponderante à formação de vínculo na adoção, tornando imprescindível o processo de elaboração do luto por este filho biológico, a fim de que o filho adotivo seja realmente aceito e ocupe o seu devido lugar na vida e no psiquismo dos pais adotivos. A síntese teórica proporcionada pela revisão sistemática indicou também a importância de gestar simbolicamente esse filho adotivo, na intenção de preparar-se para a chegada dele, imaginando, sonhando e refletindo sobre a atividade parental.

Faz-se necessário, portanto, reafirmar que constituição da parentalidade está intrinsecamente relacionada à vinculação afetiva a ser estabelecida entre pai e filho e que o vínculo é uma necessidade humana. Na perspectiva winnicottiana, o vínculo tem início na relação mãe-bebê e se consolida no cotidiano da convivência familiar, não importando a configuração ou a forma como essa família foi concebida, pois o vínculo de sangue não produz necessariamente o vínculo afetivo e a parentalidade pode acontecer independentemente do fator consanguíneo, uma vez que está associada à disponibilidade e dedicação desses pais em estabelecerem uma relação suficientemente boa com o filho do que

propriamente à questão biológica entre eles. O vínculo parento-filial não se constitui de forma instantânea, inclusive entre pais e filhos biológicos, é necessário investimento afetivo, paciência, renúncia e dedicação.

No processo de romantização da parentalidade relatado entre as mães adotivas desta pesquisa observou-se que comumente era idealizado um tipo de vínculo afetivo imediato, que nenhuma experiência anterior ou dificuldade no período de adaptação seria capaz de abalar. Contudo, é preciso lembrar que pais e filhos biológicos ou adotivos negociam suas diferenças diariamente, a cada etapa e cada nova fase da vida, colocando a relação parento-filial em posição de construção e aprimoramento frequentemente. Além disso, na pesquisa, ficou evidente que as experiências e a história da criança somadas às vivências e história dos pais adotivos se fundem num processo mútuo, tornando-se irrefutável a influência dessa bagagem na construção do vínculo parental. Isso conduz os pais a refletirem sobre o histórico do adotado a fim de participar de forma assertiva na construção do vínculo parento-filial, elaborando suas próprias projeções e idealizações para que estas não dificultem a aceitação do filho real. Gerando dessa forma a necessidade dos pretendentes à adoção entrarem em conexão com suas motivações, medos e fantasias acerca da adoção tardia, pois toda parentalidade, seja ela biológica ou adotiva, tardia ou convencional, determina a existência de um processo de adaptação e elaboração psíquica para os pais adotivos.

Logo, compreende-se que a constituição parental por adoção tardia apresenta certa vulnerabilidade na formação do vínculo afetivo, residente no fato de que as dúvidas e incertezas de ser pai ou mãe, somadas às dificuldades iniciais de adaptação e o pouco conhecimento mútuo, ocorrem simultaneamente à necessidade de construção de laços afetivos. E por essa razão é possível assinalar que a construção do vínculo parental implica em reconhecer a criança como filho em sua subjetividade e garantir que ela possa compreender o seu novo ambiente, seus novos limites, as regras e a organização, mas, sobretudo, implica em compreender a si próprio e buscar adaptar-se a estes pontos de forma mútua com seus filhos, para que haja uma consonância entre os interesses, desejos e expectativas. Pôde-se afirmar também, com base na perspectiva winnicottiana, que o ambiente constituído nesse processo deve constantemente proporcionar que os pais e filhos sintam-se confortáveis em seus novos papéis e possam desempenhá-los de forma suficientemente boa, favorecendo o estabelecimento da confiança e reciprocidade.

Nesse sentido, este trabalho demonstra que é imprescindível a elaboração dos sentimentos de adotantes e adotados, para a completa construção do vínculo parento-filial. E

essa necessidade vem fortalecer o papel do psicólogo no processo por adoção tardia, na medida em que sua atuação demonstrou implicação na evolução do vínculo parento-filial dos adotantes que relataram receber ajuda psicoterapêutica em alguma etapa do processo adotivo. Esses profissionais auxiliaram na elaboração de sentimentos e significados, na diluição de expectativas irreais, idealizações, romantizações, frustrações, bem como contribuíram com uma escuta atenta, que de modo singular, pôde detectar no discurso o lugar destinado à criança no psiquismo destes pais. Evidencia-se, portanto o trabalho essencial dos psicólogos para a construção de um ambiente facilitador à constituição da parentalidade por adoção tardia.

Em relação aos instrumentos utilizados nesta pesquisa, as entrevistas semiestruturadas tiveram grande relevância, pois possibilitaram conhecer de forma mais detalhada a história de cada participante, trazendo um conteúdo robusto à pesquisa por meio de um diálogo mais natural e dinâmico, entretanto foi o procedimento Desenho de Famílias com Estórias (DF-E) que expandiu a capacidade de compreensão acerca do fenômeno estudado. As informações produzidas nas entrevistas foram ampliadas pelo DF-E de forma a possibilitar a assimilação de fatos que inicialmente haviam sido omitidos de maneira inconsciente ou até mesmo consciente nas narrativas. Por intermédio dos desenhos e histórias, os pais puderam expressar suas significações e seus conteúdos inconscientes, revelando sentimentos de angústia, medo, dúvidas quanto às experiências iniciais vividas no processo adotivo, mas também sentimentos de orgulho, realização e felicidade após a superação das dificuldades. Além disso, as produções gráficas demonstraram que a adoção tardia já se consolidou como forma de parentalidade no psiquismo destes pais, representando um modo de constituição familiar propício à formação de vínculos afetivos absolutos, sendo inclusive desejada e planejada a continuidade desse modo de constituição familiar por meio de novas adoções tardias.

Por fim, ressalta-se que parentalidade ainda é um tema pouco abordado nas pesquisas científicas, principalmente quando a intenção é aprofundar-se sobre o vínculo parento-filial dentro do universo da adoção tardia. No que tange à perícia psicológica no processo por adoção tardia foi possível observar também uma baixa produção científica acerca da avaliação psicológica e suas influências nessa forma de constituição parental. Fato lamentável, tendo em vista tamanha importância da avaliação psicológica dos pretendentes e também das crianças para a relação vincular a ser estabelecida entre eles. Além disso, a coleta de informações durante a avaliação psicológica pode possibilitar a realização de intervenções prévias com os pretendentes e crianças também, a fim de minimizar situações de riscos do processo adotivo,

aumentando as chances da adoção ser bem-sucedida, visto que é fundamental conhecer as peculiares do adotante, representações de suas histórias psíquicas, que refletirão na relação e no vínculo a ser estabelecido com a criança.

Assim as reflexões desse estudo almejam ter fornecido subsídios para auxiliar a construção dos laços entre pais e filhos na adoção tardia e também contribuir, dentre outros aspectos, para realização de outras pesquisas sobre parentalidade, colaborando para processo de construção de intervenções psicossociais direcionadas aos adotantes, bem como para suscitar o debate que promova a desconstrução de crenças equivocadas sobre a adoção tardia na sociedade em geral. Como limitação, aponta-se que os sujeitos dessa pesquisa foram em sua maioria mães adotivas (cinco), havendo apenas um pai adotivo que demonstrou interesse espontâneo em participar do estudo. Para tanto, pensando em ampliar a discussão e compreensão da parentalidade adotiva sob todos os aspectos, incluindo gêneros distintos, sugere-se que novos estudos possam estimular e enfocar a participação de pais adotivos, acolhendo vivências e experiências em suas particularidades e singularidades. Além disso, sugere-se também que o fenômeno da parentalidade possa ser estudado sob a perspectiva dos filhos adotivos, tendo em vista que essa pesquisa buscou-se compreender tal fenômeno a partir da perspectiva dos pais e mães adotivos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. M. M. **O processo de filiação de crianças maiores aos pais adotivos**. 2016. 92 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/243>. Acessado em: 14 de março de 2022.

ALVES, J. R; HUEB, M. F. D. Um estudo de caso sobre adoção de uma criança mais velha. **Revista da SPAGESP**, v. 23, n. 1, p. 71-86, 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702022000100007. Acessado em: 14 de junho de 2023.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1999.

AVELLAR, L. Z. 2009. A pesquisa em psicologia clínica: reflexões a partir da leitura da obra de Winnicott. **Contextos Clínicos**, 2(1):11-17. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822009000100002. Acessado em: 14 de dezembro de 2021.

AYALA, S. C. *et al.* Adoção Tardia: O real contexto de adotantes e adotados. **Revista Eletrônica FAEF**, [s. l.], 18. ed., 2014. Disponível em

AYRES, L. S. M. **Adoção: de menor a criança, de criança a filho**. Curitiba: Juruá, 2008.

BARBOSA, L. E. P. **Adoção tardia – Mitos e realidade**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/monopdf/27/LUCIA%20ELIANE%20PIMENTEL%20BARBOSA.pdf>. Acessado em: 10 de outubro de 2019.

BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. (A. Cabral, Trad.). São Paulo: M. Fontes, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça - CNJ. **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/campanha-adotareamor-entrara-em-campo-em-27-jogos-do-brasileirao/>. Acesso em: 18 junho de 2022.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>. Acessado em: 15 de setembro de 2020.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHAES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. **Revista Mal-Estar e Subjetividades**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 329-352, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200006.

Acessado em: 22 de agosto de 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, O. **Parentalidade**. Coimbra: Quarteto, 2005.

DANTAS, F. S. S.; FERREIRA, S. P. A. Adoção tardia: produção de sentidos acerca da paternagem e filiação em uma família homoafetiva. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n.3, p. 593-606, 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2015000300006&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 10 de fevereiro de 2022.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERNANDES, M. B.; SANTOS, D. K. Sentidos atribuídos por pais adotivos acerca da adoção tardia e da construção de vínculos parento-filiais. **Nova Perspectiva Sistêmica**, [S. l.], v. 28, n. 63, p. 67-88, 2019. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/433>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2022.

FLICK, U. A qualidade na pesquisa qualitativa: além dos critérios. In: FLICK, U., **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009, p. 356-379.

FONSECA, F. M. M. *et al.* A contribuição da psicologia no processo de adoção. **Pubsaúde**, 3, a036. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Kátia. A adoção à luz da teoria winnicottiana. **Winnicott e-prints**, v. 1, n. 2, p. 1-18, 2006.

GONDIM, Ana Karen. *et al.* Motivação dos pais para a prática da adoção. **Boletim de Psicologia**. São Paulo, v. 58, n.129, p. 161-170, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200004&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 20 de março de 2021.

GOOGLE. **Segurança e privacidade do Google Meet para administradores**, c2021. Disponível em: <https://support.google.com/a/answer/7582940?hl=pt-BR#zippy>. Acessado em: 8 de abril de 2021.

GRANATO, E. F. R. **Adoção – Doutrina e prática** – Com comentário à nova lei da adoção – Lei 12.010/09. Curitiba: Juruá, 2010.
http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/NSt5lqOoz7sc4eO_2014-4-16-0-6-59.pdf. Acessado em: 02 de junho de 2023.

LADVOCAT, C. (2008). Famílias com filhos adotivos. In: Osorio, L. C.; Valle, M. E. **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre - RS. Artmed. 2009. p. 297 – 311.

LE MOS, S. C. A.; NEVES, A. S. Os processos de constituição psíquica do sujeito na perspectiva da psicanálise de família e casal. **Psicologia clínica**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p.55-75, abr. 2019. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652019000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 12 de maio de 2023.

LEVINZON, G. K. A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. **Mudanças: Psicologia da Saúde**, v. 14, n. 1, p. 24-31, 2006. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-473732>. Acessado em: 10 de dezembro de 2021.

LEVINZON, G. K. **Adoção**. Casa do Psicólogo, 2004.

LIMA, B. G.; NÁCUL, L. R.; CARDOSO, N. O. A construção do vínculo parento-filial no processo de Adoção Tardia: Uma Revisão Integrativa. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 19, n. 2. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/35601>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2022.

LUZ, A. F.; GELAIN, D.; AMARAL, L. M. Vivências das famílias na adoção tardia. **Revista de Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 52-57, 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/0247/70c1db777f31b11e6702f47c401e434cfe84.pdf>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2022.

MACHADO, R. N.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. Parentalidade Adotiva: Contextualizando a Escolha. **Psico**, v. 46, n. 4, p. 442- 451. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/19862>. Acessado em: 02 de abril de 2021.

MAGALHÃES, A. S. **A construção do vínculo parento-filial nas adoções tardias**. 2017. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica). PUC-Rio.

Disponível em: http://ppg.psi.puc-rio.br/uploads/uploads/1969-12-31/2017_c346c0f248d1829de5a209766da7f426.pdf. Acessado em: 10 de fevereiro de 2022.

MAGGI, N. R. A criança em situações de adoção e a clínica psicanalítica: o registro identificatório e os recursos no processo de simbolização. **Estudos psicanalíticos**, Belo Horizonte, n.32, p.141-146, nov. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372009000100016&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 01 de junho de 2023.

MANZINI, E. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e dos roteiros. In: Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2, 2004, Bauru. **A pesquisa qualitativa em debate**. Anais. Bauru: USC, 2004. Disponível em: http://defsen.net/indexanais_arquivos/2019p205-214.pdf. Acessado em: 13 de maio de 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NABINGER, S. **Adoção: O encontro de duas histórias**. Santo Ângelo: FURI, 2010.

OLIVEIRA, A. A. S.; FALCAO, C. A.; MIURA, P. O. Sistema nacional de adoção e acolhimento: quais crianças as famílias desejam adotar?. **Revista da Esmal**, v. 1, p. 142-160, 2020. Disponível em: <http://revistadaesmal.tjal.jus.br/index.php/revistaEletronicaEsmal/article/view/174>. Acessado em: 22 de abril de 2023.

OLIVEIRA, M. L. S. **Adoção tardia de gêmeos: estudo de caso de uma família adotante**. 2013. 80 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento), Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em: https://btdt.ibict.br/vufind/Record/UFGA_ddefa03b48a8e8786ad376eea75a2073. Acessado em: 02 de fevereiro de 2022.

OLIVEIRA, M. L. S.; MAGALHÃES, C. M. C.; PEDROSO, J. S. Família adotante: estudo de caso de adoção tardia. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 5, n. 9, 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10519>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2022.

OLIVEIRA, M. V. **O trabalho do psicólogo na preparação do processo de adoção em acolhimento institucional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

ORIONTE, L., SOUZA, S. (2005). O significado do abandono para crianças institucionalizadas. **Psicologia em Revista**, 11 (17), 29-46. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-11682005000100003.
Acessado em: 1 de setembro de 2021.

OTUKA, L. K.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos contextos para a parentalidade. **Estudos de Psicologia (Campinas)**. 2013, v. 30, n. 1, pp. 89-99. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000100010>. Acessado em 10 de fevereiro de 2022.

PORDEUS, M. P.; VIANA, R. A. A estrutura do vínculo familiar na adoção tardia. **Cadernos de Comunicação, [S. l.]**, v. 24, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/48523>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2022.

QUEIROZ, A. C. A.; BRITO, L. Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária - Late adoption: the challenge of ensuring the right to living in a family and community. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 12, n. 1, p. 55 - 67, 18 jul. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/13161>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2022.

SALVADOR, P. T. C. O. *et al.* Online data collection strategies used in qualitative research of the health field: a scoping review. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. 2020, v. 41. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190297>. Acessado em: 27 de abril 2022.

SAMPAIO, D. S. *et al.* Tornar-se mãe: Construindo o vínculo parento-filial na adoção tardia. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 735-752, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000300011&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 18 de março de 2022.

SAMPAIO, D. S.; MAGALHÃES, A. S. Falhas no reconhecimento da alteridade nos casos de devolução em adoções tardias. **Psicologia USP**. 2021, v. 32. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e210008>. Acessado em: 25 de fevereiro de 2020.

SAMPAIO, D. S.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Pedras no Caminho da Adoção Tardia: Desafios para o Vínculo Parento-filial na Percepção dos Pais. **Temas em Psicologia**. 2018, v. 26, n. 1, pp. 311-324. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2018.1-12Pt>. Acessado em: 27 de fevereiro de 2022.

SAMPAIO, D. S.; MAGALHÃES, A. S.; MACHADO, R. N. Motivações para adoção tardia: entre o filho imaginado e a realidade. **Psicologia em Estudo**. 2020, v. 25. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44926>. Acessado em: 25 de agosto de 2020.

SCHMIDT, B.; PALAZZI, A.; PICCININI, C. A. (2020). Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, 8(4), 960-966. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4979/497966365017/497966365017.pdf>. Acessado em: 27 de abril de 2022.

SILVA, A. C. R.; ABRÃO, J. L. F. Do acolhimento institucional à família adotiva: a vivência da criança nesta transição. **Estilos da Clínica**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 83-98, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/171157>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2022.

SILVA, A. F.; MIURA, P. O. A história pregressa da criança e o processo de revelação da adoção, na perspectiva de pais adotivos. **Vínculo** (São Paulo), v. 19, p. 27-36, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1394/139473537004/139473537004.pdf>. Acessado em: 03 de dezembro de 2022.

SILVA, A. F.; MIURA, P. O. Adoção de pessoa com deficiência sob a ótica de pais adotivos. **Revista Família**, Ciclos de vida e saúde no contexto social, v. 11, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/6413>. Acessado em: 08 de setembro de 2022.

SILVA, D. Q. A pesquisa em psicanálise: o método de construção do caso psicanalítico. **Estudos de psicanálise**, Belo Horizonte, n. 39, p. 37-45, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010034372013000100004&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 25 de abril 2022.

SILVA, M. R.; **Adoção: Desafios na construção da filiação e da parentalidade**. Uma Reflexão Psicanalítica. 2016. 218 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

SILVA, P. S. *et al.* Fatores que influenciam a transição para a parentalidade adotiva: uma revisão sistemática. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 11, n. 3, p. 319-334, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822018000300005&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 25 de abril de 2022.

SONEGO, J. C.; LOPES, R. C. S. A experiência da maternidade em mães adotivas. **Revista Aletheia**, Canoas, n. 29, p. 16-26, jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000100003&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 22 de agosto de 2021.

SOUZA, H. P.; CASANOVA, R. P. S. **Adoção: o amor faz o mundo girar mais rápido**. Curitiba: Juruá, 2011.

TARDIVO, L. S. L. P. C. Derivações do Procedimento de Desenhos-Estórias: atendimentos em grupo. *In*: TRINCA, W. (Org.). **Procedimento de Desenhos-Estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões**. São Paulo: Vetor, 2013.

TRINCA, W. **Formas lúdicas de investigação em psicologia**. São Paulo: Vetor, 2020.

TRINCA, W. **Procedimento de desenhos-estórias: Formas derivadas, desenvolvimentos e expansões**. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2013, 373 p.

TURATO, E. R. Introdução à metodologia da pesquisa clínico-qualitativa - definição e principais características. **Revista Portuguesa de Psicossomática**. v. 2, n. 1, p. 1-17, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28720111>. Acessado em: 15 de outubro de 2021.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas**. Petrópolis: vozes, 2005.

TUZZO, S. A.; BRAGA, C. F. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v. 4, n. 5, p. 140-158, 2016. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/38>. Acessado em: 20 de outubro de 2021.

VARGAS, M. M. **Adoção tardia – Da família sonhada a família possível**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

VERCEZE, F. A. *et al.* Adoção e a psicoterapia familiar: uma compreensão winnicottiana. **Revista SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, p. 92-106, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000100008&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: de 24 de janeiro de 2022.

WEBER, L. N. D. **Adote com carinho – Um manual sobre aspectos essenciais da adoção**. Curitiba: Juruá, 2009.

WEBER, L. N. D. **Laços de Ternura**. Pesquisas e história de adoção. Curitiba: Santa Mônica, 1998.

WINNICOTT, D. W. (1993). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. *In*: WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise**. (J. Russo, Trad., pp. 389-408). Rio de Janeiro: Francisco Alves (Original publicado em 1951).

WINNICOTT, D. W. (1997). Adolescência das crianças adotadas. *In*: WINNICOTT, D. W. **Pensando sobre crianças** (M. A. V. Veronese, Trad., pp. 131-140). São Paulo: Artmed (Original publicado em 1955).

WINNICOTT, D. W. (1997). Duas crianças adotadas. *In*: WINNICOTT, D. W. **Pensando sobre crianças** (M. A. V. Veronese, Trad., pp. 115-125). São Paulo: Artmed (Original publicado em 1953).

WINNICOTT, D. W. Família e maturidade emocional. *In*: WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 129-140. (Original publicado em 1960).

WINNICOTT, D. W. Fatores de integração e desintegração da vida familiar. *In*: WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 59-72. (Original publicado em 1957).

WINNICOTT, D. W. Raízes da agressão (1964). *In*: WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. 3 triagem. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2016.

WINNICOTT, D. W. Sobre a criança carente e de como ela pode ser compensada pela vida familiar. *In*: WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 193-212. (Original publicado em 1950).

YIN, R. O estudo de caso como estratégia de pesquisa. *In*: **Estudo de Caso - Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZORNIG, S. M. A. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Revista Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 453-470, jun. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 11 de maio de 2023.

ANEXO I

CONVITE VIRTUAL DE PARTICIPAÇÃO PARA PESQUISA

[CONVITE PARA PESQUISA] A constituição da parentalidade na adoção tardia.

Olá! Eu me chamo Daniele Vasques de Amorim Morais, sou psicóloga (CRP-15/4985), mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (PPGP/UFAL) e, sob orientação da Profª Drª Paula Orchiucci Miura, estou realizando uma pesquisa que tem como título "A constituição da parentalidade na adoção tardia".

Essa pesquisa já foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (parecer nº: 4.917.841) e, diante disso, estou divulgando o projeto nas redes sociais, com a finalidade de buscar participantes que se voluntariam em participar.

O objetivo central da pesquisa é analisar e compreender a experiência de pais adotivos em relação à constituição de sua parentalidade na adoção tardia de crianças/adolescentes.

Para alcançá-lo, pretendo dialogar com os pais adotivos que estejam dentro dos critérios de inclusão da pesquisa: adoções constituídas a partir do processo legal de adoção de filhos entre 02 e 17 anos e 11 meses de idade.

Devido a situação de emergência global em saúde pela covid-19, esta pesquisa que será realizada remotamente, em ambiente virtual, na plataforma de videoconferência Google Meet.

ALGUMAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE ESSE CONVITE:

- O preenchimento desse formulário não implica a sua participação na pesquisa. Trata-se apenas de um instrumento para divulgação e rastreamento de possíveis interessados/as.

- Sua participação na pesquisa iniciará APENAS MEDIANTE assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes que a pesquisa seja iniciada, esse documento será apresentado aos possíveis participantes, para devida anuência.

- Os pais e as mães que tiverem interesse em saber mais sobre a pesquisa deverão responder este formulário informando telefone e e-mail.

Grata pela sua contribuição.

Atenciosamente,

Daniele Vasques.



vasques.psicologia@gmail.com (não compartilhado)

[Alternar conta](#)



*Obrigatório

Você tem interesse de receber mais informações sobre a pesquisa? *

- Sim
- Não

Informe seu endereço de E-mail:

Sua resposta _____

Digite um telefone para contato (Whatsapp, Telegram). Não esqueça de informar o DDD.

Sua resposta _____

Enviar

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

ANEXO II

QUESTIONÁRIO VIRTUAL SOCIO DEMOGRÁFICO

Questionário Sócio Demográfico - Pesquisa sobre Adoção Tardia

Olá! Eu me chamo Daniele Vasques de Amorim Moraes, sou psicóloga (CRP 15/4985), mestranda do PPGP/UFAL e, sob orientação da Profª Drª Paula Orchiucci Miura, estou realizando uma pesquisa com o objetivo de analisar e compreender a experiência de pais adotivos em relação à constituição de sua parentalidade na adoção tardia de crianças e/ou adolescentes.

Este questionário é mais um instrumento que nos ajudará a compor uma análise do estudo de caso.

Obrigada por preenche-lo e por contribuir com nossa pesquisa de mestrado!

Daniele.

 vasques.psicologia@gmail.com (não compartilhado)

[Alternar conta](#)



*Obrigatório

Seu nome completo: *

Sua resposta

Qual a sua idade? *

Sua resposta

Qual o seu Sexo? *

Feminino

Masculino

Qual o seu Estado Civil? *

- Solteiro
- Casado
- União estável
- Divorciado
- Viúvo
- Outro: _____

Você realizou uma adoção tardia? (crianças acima de 2 anos de idade) *

- Sim
- Não

A adoção foi realizada por meio de processo judicial? (Processo tramitado e julgado) *

- Sim
- Não
- Outro: _____

Em que ano você realizou a(s) adoção(ões)? *

Sua resposta _____

Você participou de algum curso preparatório antes de adotar? *

- Sim
- Não
- Outro: _____

Possui quantos filhos adotivos? *

Sua resposta _____

Qual o sexo do(s) filho(s) adotivo(s)? *

Sua resposta _____

Qual era a idade da(s) criança(s) quando foi(foram) adotada(s)? *

Sua resposta _____

Possui filhos biológicos? Qual a idade? *

Sua resposta _____

Qual a Cidade e o Estado onde reside atualmente? *

Sua resposta _____

Quantas pessoas moram na mesma casa que você? Quem são elas? *

Sua resposta _____

Qual a sua Escolaridade? *

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Pós-graduado (mestrado)
- Pós-graduado (doutorado)

Qual a sua Etnia? *

- Negra
- Branca
- Amarela
- Parda ou mulata
- Indígena

Qual a etnia do(s) seu(s) filho(s) adotivo(s)? *

Sua resposta _____

Você tem orientação religiosa? Se sim, qual? *

Sua resposta _____

Qual a sua atual profissão? *

Sua resposta _____

Qual a Renda Familiar? *

- De 1 a 3 salários mínimos
- De 3 a 6 salários mínimos
- De 6 a 9 salários mínimos
- De 9 a 12 salários mínimos
- De 12 a 15 salários mínimos
- Mais de 15 salários mínimos

Além de você, quem mais auxilia na renda familiar? *

Sua resposta

Você pretende realizar outra adoção no futuro? *

- Sim
- Não
- Talvez

Se pretende adotar no futuro, qual o perfil?

- Adoção de Bebê
- Adoção Tardia

Enviar

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

ANEXO III

TÓPICOS TEMÁTICOS PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- História familiar dos pais adotivos;
- Motivação para adoção;
- Processo de adoção e histórico do filho adotivo;
- Filho imaginário e filho real;
- Primeiras experiências do filho adotivo com a nova família;
- Relacionamento do filho adotivo com mãe/pai e família extensa;
- Primeiras experiências do filho adotivo na escola;
- Experiências Subjetivas da Parentalidade;
- Projetos de vida para o futuro.